



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Volume 1

Cultura Brasileira

Maria Amália Silva Alves de Oliveira
Camila Maria dos Santos Moraes
Fernanda da Silva Figueira Rodrigues
Ingrid Almeida de Barros Pena
Izabel Cristina Augusto de Souza Faria
Rosane Soares dos Santos



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

 **FAPERJ**
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ – Maria Lúcia Almeida Martins

UNIRIO – Maria Amália Silva Alves de Oliveira

CEFET – Claudia Fragelli (tecnólogo)

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Maria Amália Silva Alves de Oliveira
Camila Maria dos Santos Moraes
Fernanda da Silva Figueira Rodrigues
Ingrid Almeida de Barros Pena
Izabel Cristina Augusto de Souza Faria
Rosane Soares dos Santos

DIREÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

COORDENAÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo da Cunha
Paulo Vasques de Miranda

DESIGN INSTRUCIONAL

Anna Amélia Brasileiro Medeiros Silva
Jacks Bezerra
Jorge Amaral
Paulo Alves

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Fábio Rapello Alencar

ASSISTENTE DE PRODUÇÃO

Bianca Giacomelli

REVISÃO LINGUÍSTICA E TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi
Cristina Freixinho
Elayne Bayma
Renata Lauria
Thelenayce Ribeiro

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira
Larissa Averbug
Sanny Reis

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patrícia Esteves
Ulisses Schnaider

Copyright © 2016, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

C968

Cultura Brasileira: volume 1 / Maria Amália Silva Alves de Oliveira ... [et al]. – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016.

306 p.: il. 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0064-4

1. Cultura. 2. Tipos de cultura. I. Oliveira, Maria Amália Silva Alves de. II. Moraes, Camila Maria dos Santos. III. Rodrigues, Fernanda da Silva Figueira. IV. Pena, Ingrid Almeida de Barros. V. Faria, Izabel Cristina Augusto de Souza. VI. Santos, Rosane Soares dos. VII. Título.

CDD: 306

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Gustavo Tutuca

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE

Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

FAETEC - FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

Presidente: Wagner Granja Victor

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

SUMÁRIO

Aula 1 – Revisitando o conceito de Cultura _____	7
<i>Maria Amália Silva Alves de Oliveira</i>	
Aula 2 – Há algo de comum em todas as culturas? _____	31
<i>Maria Amália Silva Alves de Oliveira</i>	
Aula 3 – Quem somos nós – Culturas Formadoras da Sociedade Brasileira _____	61
<i>Maria Amália Silva Alves de Oliveira</i>	
Aula 4 – A construção histórico-social da cultura brasileira _____	89
<i>Maria Amália Silva Alves de Oliveira</i>	
Aula 5 – E os intelectuais? Teorias sobre a cultura brasileira _____	129
<i>Fernanda da Silva Figueira Rodrigues</i> <i>Ingrid Almeida de Barros Pena</i> <i>Maria Amália Silva Alves de Oliveira</i>	
Aula 6 – Culturas erudita, popular e de massa _____	173
<i>Izabel Cristina Augusto de Souza Faria</i>	
Aula 7 – O que é cultura material? _____	193
<i>Camila Maria dos Santos Moraes</i>	
Aula 8 – Museu não é lugar de coisa velha! _____	231
<i>Camila Maria dos Santos Moraes</i>	
Aula 9 – Os vestígios materiais do Homem: os artefatos arqueológicos _____	269
<i>Rosane Soares dos Santos</i>	
Referências _____	297

1

Revisitando o conceito de Cultura

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Meta da aula

Apresentar uma revisão do conceito antropológico de Cultura, bem como suas implicações para o entendimento do homem enquanto ser social.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 distinguir sociedade e cultura;
- 2 reconhecer que o conceito de cultura é a base da reflexão acerca da conduta dos indivíduos em sociedade;
- 3 identificar a relação entre cultura e o estudo do fenômeno turístico.

Introdução

O termo cultura faz parte do vocabulário cotidiano. Todos têm uma ideia do que é cultura e, de acordo com o antropólogo americano Alfred Kroeber (1952), há uma grande variedade de definições para o termo cultura, assim como um vasto número de variações para essas definições. O estudo da cultura não é um assunto restrito ao campo da Antropologia, pois é objeto também da Literatura, da Filosofia e da História, entre outras áreas. Na aula de hoje, iremos analisar o conceito de cultura através de uma revisão do seu conceito e adotar o referencial teórico da Antropologia para fazê-lo. A opção pela Antropologia na explicação da cultura deve-se ao fato de aquela buscar compreender o que é cultura não só para fins argumentativos ou demonstrativos, uma vez que a referida ciência preocupa-se em esclarecer o valor conceitual de cultura.



Alfred Louis Kroeber, etnólogo norte-americano (1876-1960), desenvolveu uma concepção de etnologia – estudo histórico dos povos e de suas culturas – baseada nas relações interpessoais. “O Superorgânico” (in *American Anthropologist*, vol. XIX, nº 2, 1917), clássico artigo deste pesquisador, é uma argumentação vigorosa acerca da distinção entre a dimensão cultural e a biológica, no qual o autor postula a supremacia da cultura sobre o biológico.



Alfred Louis Kroeber e Ishi (último membro da tribo dos Yahi) em 1911.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ishi.jpg>

A Antropologia e o estudo da Cultura

A etimologia da palavra Antropologia é formada por dois substantivos de origem grega. São eles: *ánthropos* = homem e *logos* = estudo ou razão. Resulta daí a tradução “estudo do homem” ou “lógica do homem”. A Antropologia faz parte do campo das ciências, sendo inserida no que é denominado Ciências Humanas ou Sociais. Tem por finalidade o estudo e a pesquisa de semelhanças e diferenças culturais entre os vários agrupamentos humanos, assim como a origem e a evolução das culturas.

A Antropologia busca abordar um pouco de tudo acerca do homem. Trata da questão básica da natureza do homem, de sua condição fundamental de ser uma espécie biológica, localizada na ordem dos primatas, na subordem dos antropoides, na família hominoidea, no gênero dos hominídeos, como a espécie *Homo Sapiens*. A referida ciência analisa, também, o homem como ser de cultura, ou seja, em um modo de ser além dos condicionamentos da natureza.

Como ciência, a Antropologia apresenta-se em quatro subdisciplinas: Antropologia Física ou Biológica, Arqueologia, Linguística e Antropologia Social ou Cultural. A posição do homem na natureza, compreendendo sua evolução, distribuição e adaptação pelos espaços geográficos, assim como as características e os potenciais biológicos são estudados no âmbito da Antropologia Biológica.



Figura 1.1: Povos indígenas do Brasil.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazilian_indians_000.JPG

Por sua vez, na Arqueologia se encontra a busca de dados e materiais que auxiliam a formulação de teorias sobre os processos de transformações da cultura ao longo do tempo. Desse modo, a Arqueologia é fundamental para o conhecimento de sociedades antigas.



Marco Aurélio Esparz

Figura 1.2: Cerâmica para atividade culinária / Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (SP)

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MAPA_-_Arqueologia_02.jpg

Já a Linguística tem por objeto as línguas humanas, suas estruturas internas, suas conexões mútuas, suas histórias, sua capacidade de mudança e, especialmente, o significado que elas dão ao homem e à Cultura. Por fim, a Antropologia Cultural vem a ser o estudo do homem e das sociedades humanas na sua vertente cultural.

O surgimento da Antropologia Cultural reflete em parte uma reação contra a noção antiga de oposição entre “cultura” e “natureza”. De acordo com essa noção, alguns humanos viveriam num “estado natural”, isto é, de pura natureza, enquanto outros viveriam em estado de cultura. Os antropólogos, ao criticarem esta noção, argumentam que a cultura é “natureza humana” e que todas as pessoas têm a capacidade de classificar experiências, codificar classificações simbolicamente e transmitir tais abstrações, pois a cultura é aprendida. A prova disso é que os

homens foram rompendo com suas limitações e, por isto, diferem dos outros animais – tendo em vista que é o único que possui cultura. Mas o que é Cultura?

Cultura e Sociedade – Definições

Muitas vezes as palavras cultura e sociedade são usadas como termos equivalentes, não propriamente como sinônimos e sim transparecendo o mesmo significado e sentido. De fato, elas compartilham muitos sentidos e operam-se de maneira semelhante. Sociedade compreende o conjunto dos indivíduos não como soma populacional indiferenciada, mas agrupados em situações comuns de existência. Os sociólogos conceituam essas situações como instituições e categorias sociais, que são parcialidades de um todo. São exemplos mais evidentes família, vizinhança, vivência na cidade ou no campo (urbanidade e ruralidade), trabalho, educação e outras condições de vida. Os indivíduos se comportam de acordo com sua participação nessas categorias, isto é, cada uma dessas categorias tem uma influência de comportamento coletivo sobre os indivíduos. Ser membro de tal ou qual família implica atitude tal ou qual; ser cidadão dessa ou de outra cidade significa ter tal ou qual visão de mundo.

Falando em atitudes e visões de mundo, falamos em cultura. Assim, a sociedade, em suas parcialidades ou em sua totalidade, rege-se pela cultura, por um modo de ser coletivo que é partilhado por seus membros. Pertencendo a determinada categoria social, os indivíduos têm participação coletiva dentro dessa categoria, que, por sua vez, se integra ao todo da sociedade. Isto é: cada categoria social abriga comportamentos e modos de ser coletivos que podem ser vistos como cultura. Cultura aqui seria uma dimensão da sociedade. Uma metáfora que ajuda a compreender a questão explica que sociedade seria como um esqueleto, que é sustentado por músculos, nervos e carne, que conformariam a cultura.

Portanto, sociedade é um todo de indivíduos agrupados em categorias sociais. Tais categorias constituem-se por diferenciação, mesmo que não resultem em desigualdade. Já a cultura teria uma função muito importante: dar coesão e integridade ao que é necessariamente dividido. Numa sociedade igualitária, a divisão dá-se entre famílias, grupos de idade etc. que formam interesses próprios. Assim, a cultura seria aquilo que passa por cima dessas diferenças e faz todos sentirem-se um só. Desse ponto de vista, a cultura seria uma vivência que mantém o todo, que produz a unidade daquilo que é desigual. Seria uma categoria de conservação.

Já vimos na disciplina Turismo e Sociedade que a sociabilidade – tendência natural da espécie humana para viver em sociedade – é desenvolvida pelo processo de socialização, pelo qual o indivíduo integra-se ao grupo em que nasceu, assimilando, deste modo, a sua cultura. A socialização é o ato de transmitir ao indivíduo e de inculcar em sua mente os padrões culturais da sociedade. É o processo social mais global.

Já a cultura ocupou ao longo da história humana uma série de sentidos ou noções que acabaram por produzir uma amplitude de acepções para o termo. A Antropologia Cultural propôs, para efeito de análise, o agrupamento dos diversos significados do referido conceito para que, a partir daí, elaborasse o conceito antropológico de cultura. Abaixo fornecemos um quadro para melhor visualização dessas noções.

Quadro 1.1: Noções e interpretações de Cultura

Noções	Interpretações
Cultura como sinônimo de erudição	Primeiro, a cultura foi vista por este prisma. Sua noção estava associada a ser culto, ou seja, possuir um determinado conhecimento e refinamento social. O conhecimento que colocava o indivíduo na condição de ser culto concentrava-se nas áreas de Filosofia, Literatura, História, entre outras. Já o refinamento estava atrelado aos modos de comportamento e à etiqueta social demonstrada por uma classe social considerada superior.

Cultura como hábito e costumes	Parte do principio de que a cultura é composta por hábitos e costumes que representam ou identificam um modo de ser de seus membros. Em geral, esses costumes são reconhecidos como singulares e específicos.
Cultura como arte e manifestações	Neste caso, a cultura diz respeito a determinadas manifestações e produção artistica de um grupo social. Inclui-se, aqui, o que é percebido como folclore, tradição e cultura material.
Cultura como identidade de um povo	Noção que enfatiza que a identidade de um povo forma-se em torno de elementos simbólicos compartilhados. Estes elementos incluem os valores que permitem às sociedades lidarem com as diferenças que as dividem.
Cultura como “um todo complexo”	É a noção mais abrangente de cultura. Foi formulada por Edward Tylor, em 1871, e explica que é tudo aquilo que o homem vivencia, realiza, adquire e transmite por meio de sua experiência.
Cultura como dimensão que dá sentido	A cultura seria a dimensão que perpassa e está em todos os aspectos da vida social, dando sentido aos atos e fatos ocorridos em uma sociedade.
Cultura como padrão, modelo ou estrutura	Considera que a cultura é aquilo que está por trás dos costumes e atitudes de um grupo cultural. Neste caso, a cultura é um sistema ou estrutura que estaria por trás dos processos inconscientes que determinam os modos como as pessoas se comportam, pensam e se posicionam perante o mundo.

Diante de tantas noções sobre Cultura, o conceito antropológico de Cultura que estaremos adotando, a partir de agora, com a intenção de servir como instrumento de reflexão, pode ser resumido como o modo próprio de ser do homem em coletividade. Nesta perspectiva, cultura envolve todo o conjunto que caracteriza um determinado agrupamento humano. A cultura compreende o complexo que inclui conhecimentos, artes, leis, crenças, moral, costumes, enfim, tudo o que o ser humano adquire e compartilha como membro de sua comunidade.

Em um sentido metafísico, cultura é uma espécie de “segunda natureza” do homem, ou seja, uma mediação ou lente que o permite formar noções sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca, ao mesmo tempo em que faz o homem agir. Num sentido prático, cultura é tudo aquilo que o ser humano faz parcialmente consciente e parcialmente inconsciente, além daquilo que sua natureza biológica o permite fazer.

Atividade

Atende ao objetivo 1

A figura abaixo apresenta hindus realizando práticas religiosas às margens do rio Ganges – na Índia. Observe bem a imagem e responda se a mesma enfoca a sociedade ou a cultura hindu. Justifique.



Figura 1.3: Cerimônia na cidade de Varanasi – a Cidade Sagrada / Rio Ganges

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ceremonia._Varanassi._Ciu-dad_Sagrada._Rio_Ganges.JPG

Resposta comentada

A figura apresenta elementos que revelam a cultura hindu, pois uma análise dos hábitos, costumes, tradições, valores e crenças daquele povo dão conta do significado do rio Ganges para aquele grupo social. Assim quando o que está em jogo são os significados atribuídos aos diversos aspectos da vida social, estamos falando de cultura e não de sociedade.

Diversidade cultural

Desde que o conhecimento científico se preocupou com as diferenças de comportamentos entre os diversos grupos sociais, houve várias tentativas de explicação para esse fato. Inicialmente, a explicação que alcançou maior aceitação esteve baseada nos argumentos biológicos; posteriormente, em argumentos geográficos até a Antropologia propor uma nova explicação. As duas primeiras explicações – biológicas e geográficas – utilizaram de argumentos que não deixavam margem para a ação humana, sendo essa a grande crítica da Antropologia. Por serem explicações extremamente “fechadas”, ambas ficaram marcadas por serem deterministas. Assim sendo, vejamos o que dizem os determinismos biológico e geográfico quando explicavam a cultura humana.

Determinismo biológico

Explicação que relaciona características das sociedades humanas a determinadas partes do corpo, sendo essas características transmitidas de geração a geração pelo caráter hereditário dos ge-

nes. Dessa forma, comportamentos, habilidades, interesses, formas de distribuição de poder, padrões cognitivos, entre outras manifestações da cultura humana, seriam determinados biologicamente.

A Antropologia criticou a explicação mencionada, argumentando que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais. Elas não constituem um fator de importância primordial entre as causas das diferenças culturais. Deste modo, seriam a história e a configuração cultural de cada grupo que explicariam essas diferenças. Assim, o que explica as diferenças de comportamento entre homens e mulheres, por exemplo, é a cultura – tendo em vista que o comportamento de ambos é resultado de um aprendizado diferenciado que produz as distinções entre homens e mulheres.

Determinismo Geográfico

Esta explicação para a diferença cultural entre os povos produziu as bases para uma primeira corrente de pensamento geográfico. Deste modo, conceitualmente, o determinismo geográfico foi expresso primeiro pelo alemão Friedrich Ratzel. Versava sobre as influências exercidas pelas condições naturais sobre a humanidade. O argumento dessa corrente de explicação sustentava a teoria de que o meio natural seria uma entidade definidora da fisiologia e psicologia humanas, isto é, o homem seria produto da natureza que o cerca.

O Determinismo Geográfico foi uma explicação que sofreu grande influência da Teoria da Evolução das Espécies, de Charles Darwin, que defendia que a luta entre as espécies ocorria basicamente pelo espaço. Com o Determinismo em questão, essa ideia foi estendida à humanidade.

Os antropólogos, por sua vez, perguntaram-se acerca do posicionamento da explicação geográfica. Questionaram se as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Exemplos de grande diversidade cultural localizada em um mesmo ambiente físico, como esquimós e os lapões que habitam as regiões extremamente frias do polo Norte, deixaram claro para os

antropólogos que está na própria cultura a diversidade entre elas.

Para maiores informações sobre a diversidade cultural existente entre os esquimós e os lapões, sugiro a leitura da obra *Cultura: conceito antropológico*, de Roque de Barros Laraia. A referência completa encontra-se no item Referências desta aula. Acrescento ainda que esta obra encontra-se disponível via internet.



Deste modo, o estudo e a análise da diversidade entre as culturas humanas levaram os antropólogos a concluir que:

Quadro 1.2: Estudos culturais e Antropologia

Argumentos	Posicionamento antropológico
Hereditariedade	<ul style="list-style-type: none"> • O organismo humano não é capaz de limitar o homem. • A herança genética não é a produtora das ações e dos pensamentos humanos.
Natureza	<ul style="list-style-type: none"> • A cultura humana distingue os homens dos demais animais. • O homem é o único animal que tem a capacidade de ter toda a terra como o seu <i>habitat</i>. • Ao “superar” o aspecto orgânico, o homem flexibilizou a dependência que tem quanto à natureza. • O homem ao adquirir cultura relativizou a propriedade animal, geneticamente determinada, pois se adaptou ao meio. • A natureza é capaz de criar ambientes que favoreçam o desenvolvimento de indivíduos extremamente inteligentes, contudo é necessário que esses indivíduos tenham ao seu alcance condições que lhes permitam exercer a sua criatividade.
Instintos	<ul style="list-style-type: none"> • As necessidades básicas são comuns a toda a humanidade, porém a maneira de satisfazê-las varia de uma cultura para outra. • Os instintos humanos não foram suprimidos e, como exemplo, podemos citar o caso clássico de um recém-nascido que busca o seio materno e o suga. Neste momento, o bebê age por instinto. Posteriormente, tudo o que a criança fizer não será determinado somente por instintos, mas pela imitação dos padrões culturais da sociedade em que vive. O exemplo deixa claro que enquanto os instintos têm uma uniformidade, os padrões culturais têm diversidade.

Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">• A cultura atua sobre o homem.• Todos os atos humanos dependem inteiramente de um processo de aprendizado. O homem criou o seu próprio processo evolutivo.• O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado.• A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo. Tudo o que o homem faz aprendeu com os seus semelhantes e não decorre de imposições originadas fora da cultura.
Comunicação	<ul style="list-style-type: none">• A comunicação é um processo cultural.• A linguagem humana é um produto da cultura, que depende de um sistema articulado de comunicação oral.• Através da comunicação oral, a criança vai recebendo informações sobre todo o conhecimento acumulado pela cultura em que vive (observação e invenção). Uma criança e um bebê chimpanzé agem iguais até um ano de vida, mas depois desta idade agem completamente diferentes. O que falta ao chimpanzé não é a capacidade de observação e invenção, mas a capacidade de comunicação.

Pelo exposto, a conclusão a que se chega é a de que as diferenças entre os homens não podem ser explicadas pelos determinismos biológico e/ou geográfico.

Teorias sobre a origem da Cultura

Muito se pergunta acerca de como o homem adquiriu este processo, denominado “cultura”, que o diferenciou de todos os animais e que lhe deu um lugar privilegiado no planeta. Sabemos que alguns fatores favoreceram essa ocorrência, tais como: uma modificação cerebral, isto é, a complexidade e o aumento de volume do mesmo; a utilização das mãos; a conquista da posição ereta; o alcance de uma visão tridimensional. Entretanto, a pergunta que permanece reside no momento em que o homem adquiriu a “cultura”.

Muitos antropólogos teorizaram a esse respeito, trazendo argumentos que ajudam a pensar sobre a questão colocada. Claude Lévi-Strauss, antropólogo francês, afirma que a cultura

surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma, sendo esta a proibição do incesto.



Michel Ravassard

Figura 1.4: Claude Lévi-Strauss.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Levi-strauss_260.jpg

Por sua vez, Leslie White afirma que a passagem do estado animal para o humano ocorreu quando o cérebro do ser humano foi capaz de gerar símbolos. Para ele toda cultura depende de símbolos. White afirma que “é o exercício da faculdade de simbolização que cria cultura e o uso de símbolos torna possível a sua perpetuação”. Sem o símbolo não haveria cultura. O homem seria apenas animal, não um ser humano. O comportamento humano é o comportamento simbólico. Uma criança do gênero homo torna-se humana somente quando é introduzida e participa da ordem de fenômenos super-orgânicos – que é a cultura.

Características da Cultura

Todas as culturas possuem aspectos que lhe são fundamentais!

1. A cultura é aprendida. O aprendizado corresponde ao traço diferencial que a distingue da natureza. Ninguém nasce investido de cultura, mas há um legado ancestral que é repassado através da história de vida de cada um.

2. As manifestações culturais são variáveis, múltiplas e diversificadas, o que não implica uma valoração de superioridade de uma cultura sobre outra e sim de diferenciação técnica. É de grande importância introduzir tal critério, de modo a evitar qualquer juízo de valor.

3. A cultura é ao mesmo tempo estável e mutável, operando em uma dualidade que se assenta no dinamismo que lhe é próprio. As alterações de seus elementos fazem parte do estímulo do grupo. Ao lado do dinamismo, há, todavia, um *continuum* estruturante que evita o demasiado alargamento do fio condutor. A cultura resiste a uma mutação dissolvente porque o polo de sustentação se defende das rupturas, embora não impeça o movimento de mudança.



Cinelandia Magazine

Figura 1.5: Traje de banho feminino do ano de 1947.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Adele_Mara_Argentinean_Magazine_AD.jpg?uselang=pt



Ed Frazier

Figura 1.6: Traje de banho feminino do ano de 2010.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bikini_and_hat.jpg?uselang=pt

4. Os processos culturais desdobram-se em pensamentos, ideias, instituições e objetos materiais. Embora a expressão “cultura material” refira-se ao real/tangível, nela habitam também o mundo simbólico e fantasioso. Há, por efeito, uma cultura material e outra não material.

5. A cultura revela-se como o instrumento por meio do qual o indivíduo ajusta-se ao cenário local e adquire meios de expressão.

6. A cultura contém o princípio da universalidade — onde há agrupamento humano, a sua presença instala-se. Na sua universalidade, prevalece uma “adequação” ao tempo e ao espaço. As modulações são inúmeras: especificidades e dessemelhanças, semelhanças e analogias. As singularidades enriquecem as culturas, tornando-as únicas, sem minorar, contudo, a perspectiva universal.

7. A cultura deriva de componentes biológicos, ambientais, psicológicos e históricos.

8. A cultura é estruturada em blocos, isto é, pontos em que mantêm uma relação mais estreita, sem, contudo, deixar de estar interconectadas a outros blocos. Exemplos de estruturas culturais em bloco: cultura religiosa, a cultura da arte, cultura da juventude, entre outros.



Atividade _____

Atende ao objetivo 2

A diversidade do comportamento humano favoreceu a reflexão acerca da noção de cultura. De que forma podem-se destacar argumentos da Antropologia acerca dessa diversidade?

Resposta comentada

As diferenças nos padrões comportamentais entre os grupos, mesmo naqueles que estão situados em regiões geográficas semelhantes e com o mesmo padrão étnico, acenou para uma ordem distinta de problemas científicos que necessitavam de explicações que “fugissem” dos determinismos biológicos e geográficos. A explicação cultural, elaborada por antropólogos, ganha então destaque, pois esclarece que o homem se adapta ao meio geográfico em que habita e que seu corpo obedece a um processo de aprendizado que limita os instintos característicos da espécie. A cultura, enquanto conceito antropológico, defende que a hereditariedade, a natureza e os instintos não determinam o comportamento humano, pois este é resultado de um longo aprendizado que é repassado de geração em geração, como, por exemplo, os orientais alimentam-se usando aparatos distintos (hashi) dos usados pelos ocidentais (garfos e facas).

Elementos que compõem a Cultura

A cultura compreende os bens materiais, de um modo geral, como utensílios, ferramentas, moradias, meios de transporte, comunicação e outros. De igual modo, também os bens não materiais, como as representações simbólicas, os conhecimentos, as crenças e os sistemas de valores, isto é, o conjunto de normas que orienta a vida em sociedade.

A produção cultural da espécie humana é um documento vivo da história da humanidade. Desde a pré-história até os nossos dias a espécie humana faz cultura, manifestando através dela o seu conhecimento e a sua visão de mundo.

A cultura não é sempre a mesma. Apresenta formas e características diferentes no espaço e no tempo. Por exemplo, o namoro no Brasil atual é bastante diferente do namoro no Brasil do século XIX. E mesmo nos dias atuais o namoro é diferente, quando se trata da zona rural e/ou da urbana.

Toda cultura é suficiente para fins a que se propõe, embora eventualmente com questões não resolvidas. Por exemplo, ficamos deslumbrados com os avanços da Medicina, mas ao mesmo tempo nos damos conta de que temos muitas questões de saúde não solucionadas, como é o caso do câncer e da Aids. O mesmo verifica-se na cultura indígena – suas práticas de cura são suficientes para resolver certos problemas de saúde, deparando-se, também, com doenças que não conseguem curar.

Deste modo, ao compararmos esses dois universos distintos – a nossa Medicina e as práticas de cura dos povos indígenas – podemos concluir que não há nada que nos autorize a considerar a superioridade de uma cultura sobre a outra.

Assim, cada geração passa por um processo de aprendizagem, no qual assimila a cultura de seu tempo e se torna apta a enriquecer o patrimônio cultural das gerações futuras. É na capacidade que têm os grupos de perpetuar a cultura que reside a possibilidade de progresso. Todo progresso é resultante de uma síntese de elementos já adquiridos. Uma cultura não pode sofrer uma quebra de continuidade entre uma e outra geração. Por mais viva e inventiva que seja uma cultura, as gerações não rompem inteiramente com seu passado.

A cultura de uma sociedade é transmitida das gerações adultas às gerações mais jovens pela Educação. Educar é promover e transmitir aos indivíduos os valores, os conhecimentos, as técnicas, o modo de viver, enfim, a cultura do grupo. A cultura é a vida total de um povo, a herança social que o indivíduo adquire de seu grupo. Pode ser considerada a parte do ambiente que o próprio homem criou.

A cultura é um todo, um sistema e um conjunto de elementos ligados estreitamente uns aos outros. Os principais elemen-

tos de uma cultura são: os traços culturais, o complexo cultural, a área cultural, o padrão cultural e a subcultura.

Os traços culturais são elementos mais simples da cultura. Eles são a unidade de uma cultura e só têm significado quando considerados dentro de uma cultura específica. Um colar pode ser um simples adorno para determinado grupo e para outro ter um significado mágico ou religioso. Para os fiéis das religiões afro-brasileiras, por exemplo, os colares usados têm cores especiais, dependendo da divindade cultuada pela pessoa e, de acordo com a crença, dão proteção a quem usa. Portanto, só no conjunto da cultura é que se pode entender um determinado traço.

O complexo cultural é a combinação dos traços culturais em torno de uma atividade básica. Por exemplo, o carnaval no Brasil é um complexo cultural que reúne um grupo de traços culturais relacionados uns com os outros: carros alegóricos, música, dança, instrumentos musicais, desfiles etc. Da mesma forma, o futebol é um complexo cultural que pode ser desmembrado em vários traços culturais: o campo, a bola, o juiz, os jogadores, a torcida, as regras do jogo etc.

Área cultural é a região em que predominam determinados complexos culturais. É a área geográfica por onde se distribui certa cultura. Por isso, os grupos humanos localizados em determinada área cultural apresentam grandes semelhanças quanto aos traços e complexos culturais.

Padrão cultural é a norma de comportamento estabelecida pela sociedade. Os indivíduos normalmente agem de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade em que vivem. Quando os membros de uma sociedade agem de uma mesma forma estão expressando os padrões culturais do grupo. No Brasil, por exemplo, o casamento monogâmico é um padrão de nossa cultura.

A subcultura ocorre quando aparecem diferenças significativas no interior de uma cultura. Em uma subcultura encontramos geralmente os mesmos elementos da cultura, mas com símbolos, normas, sanções e valores sociais particulares. Assim,

um bom exemplo é a subcultura jovem que pode apresentar costumes muito diferentes dos da população adulta.

A aquisição e a perpetuação da cultura fazem parte de um processo social, não biológico, resultante da aprendizagem. Cada sociedade transmite às novas gerações o patrimônio cultural que recebeu de seus antepassados. Por isso a cultura é também chamada de herança social. Em geral, o enriquecimento do patrimônio de uma cultura se faz por dois processos: a invenção e a difusão.

Em meados do século XIX, o uso do motor a vapor para mover um veículo correndo sobre trilhos criou um equipamento que teria importância decisiva no mundo moderno: o trem. Impacto maior ainda foi provocado, no fim daquele século, pela invenção do automóvel, que era pouco mais que uma carruagem impulsionada por um motor a explosão.

Assim, a invenção é a combinação de traços culturais já existentes, dando como resultado um traço cultural novo. Muitas vezes, como no caso do trem e do automóvel, as invenções acarretam mudanças amplas e profundas em toda a cultura.

Alguns traços culturais, como uma nova moda ou o uso de um equipamento recentemente inventado, difundem-se dentro da sociedade em que tiveram origem e também em culturas diferentes – geralmente pelos meios de comunicação (jornais, revistas, televisão, cinema, rádio, internet etc.). Quando isso ocorre, dizemos que está havendo um processo de difusão cultural. Pode-se afirmar que o enriquecimento cultural se verifica mais frequentemente por difusão do que por invenção.

Nesse processo, geralmente, o patrimônio de uma cultura cresce de geração em geração. As culturas se desenvolvem e o número de traços que são incorporados é muito maior do que aqueles que caem em desuso. Assim, a cultura é o somatório de todas as realizações das gerações passadas, que se sucederam no tempo, mais as realizações da geração presente.

Cultura e Turismo

Ao pensarmos em Turismo, a cultura pode ser vista como um recurso comercial, especialmente a cultura percebida como singular ou incomum pelos demais membros de outras culturas, incluindo os especialistas em marketing turístico e planejadores.

As relações entre a atividade turística e a cultura podem ajudar a minimizar impactos negativos sobre uma cultura receptora, pois os processos pelos quais o turismo ingressa e torna-se parte da vida da comunidade podem e devem ser controlados no momento do planejamento turístico de todas as regiões a serem **turistificadas**. Esse cuidado é de extrema importância porque as questões centrais que ela coloca referem-se aos modos complexos de um processo de significação e apropriação simbólica das sociedades em questão. Isto se torna ainda mais importante ao termos em vista que o encontro de culturas promove choques culturais e consequentes mudanças tanto na comunidade receptora quanto na comunidade visitante. Contudo, não restam dúvidas acerca do fato de ser a comunidade receptora aquela que enfrenta os maiores impactos.

Turistificação

Diz respeito ao processo de implantação, implementação e/ou suplementação da atividade turística em espaços turísticos ou com potencialidade de turismo.

Os antropólogos concordam que a cultura muda em resposta ao ambiente, aos contatos com outras culturas e à tecnologia. Isto ocorre porque as culturas são dinâmicas. É importante ter isso em mente, pois não faz sentido as tentativas de “preservar” as culturas, fato que deve ser considerado particularmente pelos planejadores da atividade turística e, também, pelas companhias de turismo. Assim sendo, para um processo de turistificação nos moldes da sustentabilidade, o que deve ser considerado é a minimização dos impactos negativos da atividade e não uma “estagnação” da cultura receptora, pois não existe uma cultura “pura” ou “intocada”. O turismo é um elemento entre tantos outros capazes de promover mudanças culturais, devido a interação estreita entre a cultura dos membros de um destino receptor e os próprios turistas.

Os processos de turistificação de espaços, que envolvem a cultura como atrativo central, devem se preocupar com a questão da “mercantilização” da cultura. A mercantilização da cultura pode ser entendida como o fenômeno contemporâneo da transformação da cultura em mercadoria, ou seja, em objeto de venda. Nesta perspectiva, a cultura tende a ser observada e interpretada como uma “coisa”, algo descartável e para pronto consumo, fatores que afetam as vidas dos residentes de uma comunidade receptora de turistas.

A mercantilização da cultura como um todo ou de eventos sociais e ritualísticos favorece a perda de seus significados para o grupo social afetado pelo referido processo. Deste modo, quando uma cultura é mercantilizada para fins turísticos, a comunidade receptora é levada a um estado de dependência cultural e econômica do sistema turístico na qual foi inserida, tendo em vista o fato de que os significados de traços e complexos culturais, como uma festa, por exemplo, passam a existir somente em função da cultura daqueles que os visitam.



Atividade _____

Atende ao objetivo 3

3. De que maneira a mercantilização da cultura através da atividade turística afeta a localidade receptora de turistas?

Resposta comentada

A mercantilização é parte de uma cultura de consumo geral. Define-se em si mesma por uma postura de individualismo comum às culturas ocidentais. Nesta “lógica”, os consumidores de qualquer produto identificam-se, explicitamente, com o consumismo desenfreado. Assim, ao carregarem para os momentos de lazer, tais como viagens, essa postura diante da cultura dos membros das comunidades que estão sendo visitadas, conduzem à percepção de que todo o arsenal cultural daqueles que lá estão está à disposição dos visitantes para ser consumido como um produto qualquer. Em vista disso, quando se pensa em cultura, estamos falando de pessoas que carregam uma gama de significados, sentimentos, valores, visões de mundo etc. A ênfase no consumo transforma todos estes elementos em produto e, como produto, seriam descartáveis. Efetivamente, pessoas e seus valores não podem ser percebidos como um produto a ser consumido.

Conclusão

O homem pode ser interpretado como um ser duplo, ou seja, dotado de natureza e cultura. A natureza é de onde surge o homem e ele vira um ser cultural por conta de sua evolução biológica e pelo “trabalho” de transformação de sua vivência em sociedade. As várias tarefas que desempenha, para obter tudo além do que é dado pela natureza, o transforma em ser verdadeiramente cultural.

A cultura estabelece sua própria lógica na medida em que tendo o homem saído dos domínios da natureza, ganha sentido pela cultura que o abriga. Nessa linha de raciocínio, o homem é um ser de coletividade e que, por este motivo, pode ser interpretado como objeto de estudo através de suas manifestações culturais.

Resumo

Cultura é um termo de múltiplos sentidos. Deste modo, para dar conta de análise acerca da cultura brasileira, iniciamos esta disciplina revendo o conceito de cultura, que foi aqui observado através do referencial teórico da Antropologia.

A Antropologia é uma das Ciências Humanas ou Sociais que se preocupa com a dimensão humana enquanto ser produtor e produto da cultura. Neste sentido, a Antropologia pode ser definida como a ciência que estuda as manifestações culturais do homem, tomando-o em sentido integral, isto é, ser da natureza e ser da cultura.

A cultura pode ser definida como o modo próprio de ser do homem em coletividade, sendo que esse processo é um aprendizado que ocorre em parte de forma consciente e em parte inconsciente no que diz respeito às formas de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se, em uma palavra, de reproduzir-se.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, iremos abordar a questão dos universais da cultura, ou seja, os elementos que fazem com que a cultura humana, embora haja a diversidade cultural que caracteriza essa “marca” da humanidade, seja comum a todos os grupos culturais.

2

Há algo de comum em todas as culturas?

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Meta da aula

Contextualizar as noções de diversidade e de universalidade, quando aplicadas a distintos grupos sociais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer que a diversidade entre os grupos sociais é produto da cultura em que cada grupo está inserido;
- 2 reconhecer que a diversidade cultural não implica estágios evolutivos ou hierarquia entre os indivíduos e grupos sociais;
- 3 identificar elementos universais da cultura.

Introdução

A cultura traduz um estilo de vida próprio, ou seja, um modo particular que todas as sociedades possuem e que caracteriza cada uma delas. Assim, os indivíduos que compartilham a mesma cultura apresentam o que se chama de identidade cultural. As identidades culturais chamam a atenção para as particularidades de grupos humanos que são rotulados como pertencentes a mesma cultura. Nesta linha de raciocínio, a humanidade apresenta-se subdividida em vários grandes grupos, cuja cultura é o elemento que individualiza esses grupos.

As particularidades culturais acabam por chamar a atenção para a questão das semelhanças entre os iguais, isto é, os pertencentes à mesma cultura. Por outro lado, a pergunta que se coloca é: somos iguais somente no âmbito de nossa cultura particular, ou seja, aquela em que nascemos e fomos educados, ou há na espécie humana caracteres culturais que nos particularizam enquanto seres culturais?

Na aula de hoje, iremos analisar essa questão para entendermos quais os traços culturais que estão presentes em todas as culturas. O objetivo desta reflexão é percebermos que somos componentes de culturas com identidades próprias, que nos particularizam e nos caracterizam diante da humanidade, mas temos também traços culturais que deixam claro o fato de fazermos parte de uma grande unidade cultural.

Diversidade cultural

A diversidade cultural engloba as diferenças culturais que existem entre as pessoas, como a linguagem, danças, vestimenta e tradições, bem como a forma como as sociedades organizam-se conforme a sua concepção de moral e de religião, a forma como eles interagem com o ambiente etc.

O termo diversidade diz respeito à variedade e convivência de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente. Cultura (do latim *cultura*, cultivar o solo, cuidar) é um termo com várias acepções, em diferentes níveis de profundidade e especificidades. São práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço/tempo. Refere-se a crenças, comportamentos, valores, instituições e regras morais que permeiam a sociedade. Explica e expressa a visão de mundo de um grupo social. É a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano, quanto a diversidade biológica o é para a natureza.

O desenvolvimento do conceito de cultura é importante para a compreensão do paradoxo da enorme diversidade cultural da espécie humana. No início do século XX, surgiu a explicação funcionalista para a cultura e esta teoria compôs a Escola Funcionalista Antropológica que sucedeu a Evolucionista. De acordo com a Escola Funcionalista, cada sociedade deve ser estudada como uma totalidade integrada e constituída por partes interdependentes e complementares, cuja função é satisfazer as necessidades essenciais de seus integrantes.

Na obra *Uma teoria científica da cultura*, Bronislaw Malinowski, antropólogo polonês, definiu função como a resposta de uma cultura a necessidades básicas do homem, como alimentação, defesa e habitação. A função, nesse aspecto mais simples e básico do comportamento humano, pode ser definida como a satisfação de um impulso orgânico pelo ato adequado. Contudo, as necessidades humanas não se restringem a questões biológicas, uma vez que a função social de determinados costumes e instituições respondem às necessidades do grupo.



Figura 2.1: Bronislaw Malinowski com nativos da tribo Trobriand – por volta de 1918.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bronis%C5%82aw_Malinowski_among_Trobriand_tribe.jpg

Das necessidades inerentes a todos os grupos sociais, é possível detetar que, embora a cultura nos particularize, fornecendo-nos uma identidade enquanto grupo, há um conjunto de elementos que deixam claro nossa igualdade enquanto seres humanos. Nesta perspectiva, a diferença existente entre os seres humanos é algo puramente cultural, pois o que nos distingue é a cultura e não a Biologia.

Para a Teoria do Funcionalismo, elaborada por Malinowski, o indivíduo sente necessidades e cada cultura vai satisfazê-las, criando instituições (econômicas, jurídicas, políticas e educativas) para dar resposta coletiva organizada, resultando em soluções para atender às necessidades.

Os universais da cultura

Ritos de nascimento e morte

Ritos de passagem são celebrações que marcam mudanças de status de uma pessoa no seio de sua comunidade. Os ritos de passagem, por exemplo, podem ter caráter religioso. Cada religião tem seus ritos, sendo parecidos com de outras religiões ou não.

O termo foi popularizado pelo antropólogo alemão Arnold van Gennep no início do século vinte. Outras teorias foram desenvolvidas por Mary Douglas e Victor Turner na década de 1960. Os ritos de passagem são realizados de diversas formas, dependendo da situação celebrada – desde rituais místicos ou religiosos até assinatura de papéis (ou ainda os dois juntos).

Em todas as sociedades primitivas, determinados momentos na vida de seus membros eram marcados por cerimônias especiais, conhecidas estas como ritos de iniciação ou de passagem. Estas cerimônias, mais do que representarem uma transição particular para o indivíduo, representam igualmente a sua progressiva aceitação e participação na sociedade na qual estava inserido, tendo, portanto, tanto o cunho individual quanto o coletivo.

Geralmente, a primeira dessas cerimônias era praticada dentro do próprio ambiente familiar – logo em seguida ao nascimento. Neste rito, o recém-nascido era apresentado aos seus antecedentes diretos e era reconhecido como sendo parte da linhagem ancestral. Seu nome, previamente escolhido, era então pronunciado para ele pela primeira vez e de forma solene. Alguns anos mais tarde, ao atingir a puberdade, o jovem passava por outra cerimônia.

Para as mulheres, isso se dava geralmente no momento da primeira menstruação, marcando o fato de que, entrando no seu período fértil, estava apta a preparar-se para o casamento.

Para os rapazes, essa cerimônia geralmente se dava no momento em que ele fazia a caça e o abate do primeiro animal. Ligadas, portanto, ao derramamento de sangue, essas cerimô-

nias significavam a integração daquela pessoa como membro produtivo da tribo: ao derramar sangue para a preservação da comunidade (pela procriação ou pela alimentação), ela estava simbolicamente misturando o seu próprio sangue ao sangue do seu clã.

Variadas cerimônias marcavam, ainda, a idade adulta. Entre os nativos norte-americanos algumas tribos praticavam um rito em que a pele do peito dos jovens guerreiros era trespassada por espetos e repuxada por cordas. A dor e o sangue derramado eram, desta forma, considerados como uma retribuição à Terra das dádivas que a tribo recebera até ali. Outras cerimônias seguiam-se ao longo da vida. O casamento era uma delas. Já os ritos fúnebres eram considerados como a última transição, ou seja, aquela que propiciava a entrada no reino dos mortos e garantia o retorno futuro ao mundo dos vivos.

Todas essas cerimônias, no entanto, marcavam pontos de desprendimento. Velhas atitudes eram abandonadas e novas deviam ser aceitas. A convivência com algumas pessoas devia ser deixada para trás e novas pessoas passavam a constituir o grupo de relacionamento direto. Muitas vezes, a cada uma dessas cerimônias, a pessoa trocava de nome, representando que aquela identidade que assumira, até então, não mais existia – ela era uma nova pessoa.

Nos tempos atuais e nas sociedades modernas, muitos desses ritos subsistiram embora muitos deles esvaziados do seu conteúdo simbólico. Batismo e festas de aniversário de 15 anos, por exemplo, são resquícios desse tipo de cerimônia, que hoje representam muito mais um compromisso social do que a marcação do início de uma nova fase na vida do indivíduo. No entanto, a troca do símbolo pela ostentação pura e simples acaba criando a desestruturação do padrão social.

Tomando o batizado cristão, como exemplo, poder-se-ia perguntar quantas pessoas que batizam os seus filhos são, realmente, cristãs. Quantas pretendem realmente cumprir a promessa solene, feita em frente ao seu sacerdote, de manter a criança

na fé dos seus antepassados? Obviamente, nas sociedades primitivas, tais promessas eram obrigações indiscutíveis e sagradas. Rompê-las era colocar em risco a própria sobrevivência da tribo como unidade coerente, o que não era, ao menos, cogitável.

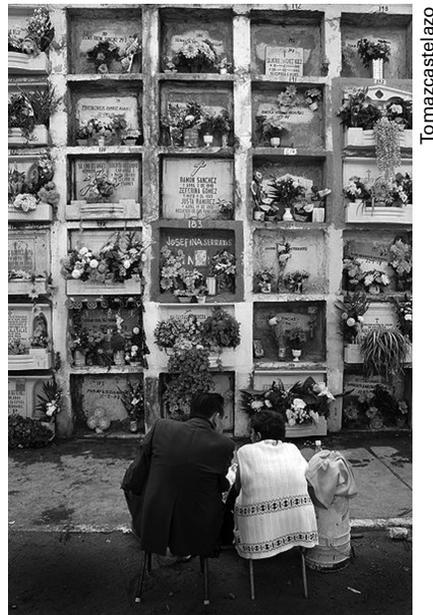


Figura 2.2: “Visita aos mortos”

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Graveyard_visit.jpg



Figura 2.3: Batismo religioso de uma criança.

Fonte: <http://pt.fotopedia.com/items/flickr-2851994371>

Fala: língua, sistemas de escrita, signos e comunicação

A comunicação é a forma mais importante de **interação social**. Ela é fundamental para o ser humano, enquanto ser cultural e social.

A comunicação manifesta-se em variadas formas, tais como: meios não vocais, sons inarticulados, palavras e símbolos. Os meios não vocais manifestam-se através de expressões ou traços fisionômicos e expressões corporais. Exemplos de expressões fisionômicas mais corriqueiras e facilmente entendidas no contexto social são: trejeitos de bocas, o choro, o riso, movimentos dos olhos, o rubor, entre outras. Por sua vez, as expressões corporais podem ser exemplificadas como: movimento de mãos ou ombros, além da postura do próprio corpo. O entendimento da comunicação por meios não vocais é condicionado por significados atribuídos a ela, aprendidos ao longo do processo de educação, e interpretado através de experiências já vivenciadas nesse aspecto.

As palavras e os símbolos caracterizam sobremaneira a humanidade, pois nenhum outro animal desenvolveu a capacidade da **linguagem**. Não sabemos ao certo quando na história humana ocorreu e porque ocorreu o desenvolvimento desse mecanismo, mas há consenso que palavras e significados das mesmas foram fatores essenciais para o domínio do homem sobre o ambiente. Já os símbolos, isto é, os códigos de transmissão de ideias, por sua forma e natureza, atuam nos variados contextos como substitutos, provocadores ou mesmo reprodutores daquilo que é abstrato ou que não se faz presente no momento. São exemplos de símbolos: brasões de família, a bandeira nacional ou de um time de futebol, a cruz do Cristo, sistemas de escrita, entre outros.

Sons inarticulados são também uma forma de comunicação. Nestes casos, estes sons geralmente partem de reações emocionais e apresentam-se através da inflexão da voz. Esses sons são entendidos, mesmo não sendo articulados em palavras, pois o processo de interação social favorece o reconhecimento dos mesmos, dadas as experiências anteriores.

Interação social

É um tipo de ação social e, por se enquadrar nesse conceito, a interação social é mutuamente orientada, podendo envolver dois ou mais indivíduos que estão em contato. A interação social envolve significados e expectativas em relação à ação de outras pessoas.

Linguagem

É a atribuição de significados a fonemas, a um conjunto de sons articulados.

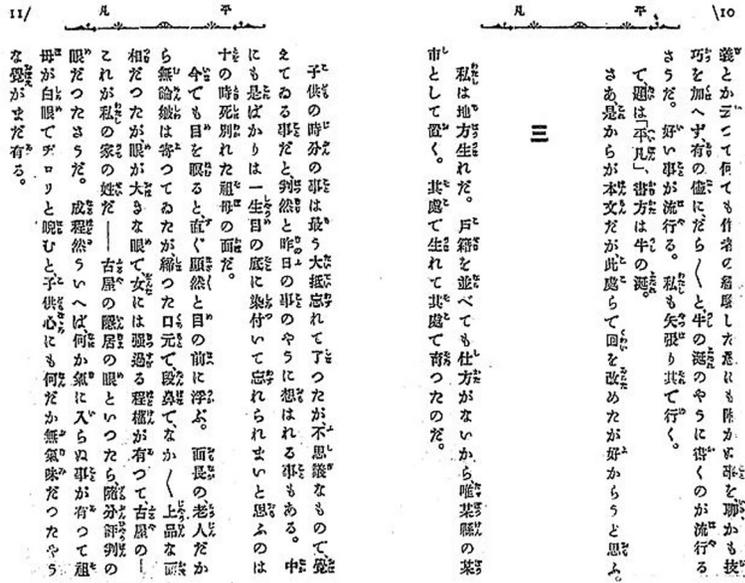


Figura 2.4: Sistema de escrita japonês.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Heibon-pp.10-11.jpg>

Traços materiais: utensílios de cozinha, abrigo/moradia, transportes, roupas, ferramentas e armas

Todo grupamento humano reúne no interior de sua cultura artefatos que compõem o aspecto material da mesma. Pode-se afirmar que todas as culturas são compostas de aspectos materiais e não materiais.

A cultura material consiste em utensílios de todo tipo: ferramentas, instrumentos, máquinas, tipos de habitação etc. Enfim, tudo aquilo que é concreto insere-se no campo material da cultura e influi na cultura não material, produzindo, assim, os “estilos de vida”.



Felipe Micaroni Lalli

Figura 2.5: Bancada com ferramentas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Workshop_001.jpg

Alimentação: gastronomia e hábitos à mesa

O ato de alimentar-se obedece a uma necessidade ou função biológica, que é a de fornecer ao corpo os elementos necessários a sua manutenção e sobrevivência. Alimentação, além de atender à função anteriormente descrita, é também um ato cultural que se ajusta a variadas regras – circunscritas à cultura em que está manifestada. Não cabe na proposta da aula discutir acerca dos aspectos nutricionais da alimentação e sim da alimentação enquanto elemento cultural. Assim sendo, o que chama atenção é para o significado simbólico que a alimentação assume em cada cultura.

Deste modo, utilizando os elementos disponíveis no ambiente ocupado por cada grupo social, é estabelecido por este o que pode ser comido e o que não pode, as formas de preparo, a forma como será consumido e os rituais que irão compor a ocasião. Por todos estes motivos, os hábitos alimentares variam de cultura para cultura. A variação cultural sobre o que é comido, como, quando e onde obedece à série de condicionamentos

comuns ao grupo social, mas o ato de alimentar-se é um universal cultural, pois está presente em todo e qualquer grupamento humano.



Figura 2.6: Sopa de massa.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Oyster-Vermicelli.jpg>

Arte: escultura, pintura, desenho, música etc.

A arte sempre esteve presente na vida humana. Ela é um dos universais da cultura cuja função reside na materialização de valores estéticos, tais como a harmonia, a beleza e o equilíbrio, sintetizando a emoção humana e, conseqüentemente, sua cultura. A definição de arte também abrange o conjunto de procedimentos utilizados para realizar aquilo que, posteriormente, será denominado obra de arte. Apresenta-se sob variadas formas como: a plástica, a música, a escultura, o cinema, o teatro, a dança, a arquitetura etc. Pode ser vista ou percebida pelo homem de três maneiras: visualizadas, ouvidas ou mistas (audiovisuais).

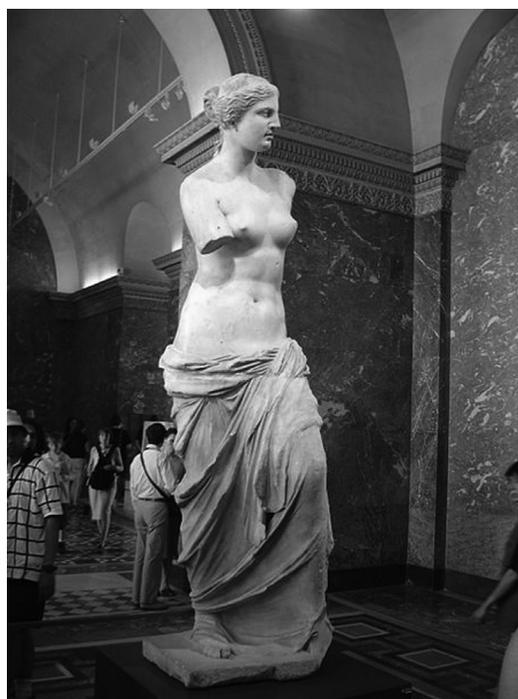
Há registros artísticos que datam da pré-história, pois o homem paleolítico desenvolveu surpreendentes manifestações artísticas, tais como: figuras entalhadas em pedra, **pintura rupestre** e modelagem em barro.

Pintura rupestre

Diz respeito à pintura realizada em paredes de cavernas.

A atividade artística parece ligada a rituais mágicos, pois as pinturas e as esculturas, no geral, representam animais que seriam caçados. Muitos estudiosos explicam que o homem paleolítico acreditava que, dessa forma, poderia dominá-los antecipadamente.

Na Idade Antiga, egípcios, hebreus, fenícios, persas e gregos também manifestavam atividades artísticas. Roma Antiga apresentava grande produção artística, cujo destaque era a literatura, arquitetura e escultura. A Idade Média legou registros que revelam uma produção artística com preocupação religiosa. Nessa época, as manifestações mais comuns eram a literatura, a arquitetura, a pintura e a música.



David Monniaux

Figura 2.7: Escultura da Vênus de Milo em exposição no Museu do Louvre (Paris, França).

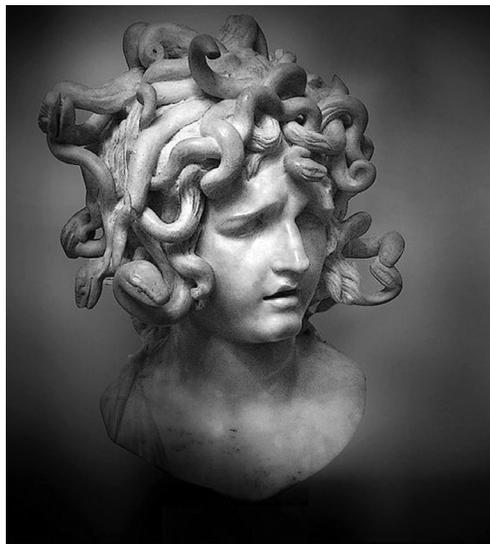
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Louvre_Venus_de_Milo_DSC00900.jpg

Mitologia e conhecimento

O conhecimento pode ser empírico, baseado apenas na experiência, ou científico. O pensamento mítico consiste em uma forma pela qual um povo explica aspectos essenciais da realidade em que vive: a origem do mundo, o funcionamento da natureza e dos processos naturais e as origens desse povo, bem como seus valores básicos. O mito caracteriza-se, sobretudo, pelo modo como essas explicações são dadas, ou seja, pelo tipo de discurso que constitui.

As lendas e narrativas míticas não são produtos de um autor ou autores, mas parte da tradição cultural e folclórica de um povo. Sua origem cronológica é indeterminada, e sua forma de transmissão é basicamente oral. O mito é, portanto, essencialmente fruto de uma tradição cultural e não da elaboração de um determinado indivíduo.

A mitologia, produto do pensamento mítico, está presente em todas as sociedades, pois é uma tentativa de explicação dos fenômenos naturais, dos acontecimentos, do sobrenatural, entre outras situações desconhecidas de determinado grupo social. O pensamento mítico é um tipo de conhecimento, tal como o são a ciência, a religião e a Filosofia. Cada tipo de conhecimento possui sua especificidade e atende a determinada demanda humana. Contudo, o pensamento mítico foi sendo enfraquecido no confronto com outras formas de conhecimento. Deste modo, em grupos sociais mais complexos há somente resquícios desse pensamento e o mesmo aparece sob a forma de folclore.



Ricardo André Frantz

Figura 2.8: Medusa, de Bernini, exposta no Capitoline Museum (Roma, Itália)

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Berninimedusa.jpg>



Jean Marconi

Figura 2.9: Representação, em desenho, da personagem Saci Pererê – por Marconi.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Saci_Perere_por_Marconi.jpg

Religiosidade e fé: práticas religiosas, formas litúrgicas, crenças e visão de transcendência

Todas as sociedades humanas possuem em seu sistema cultural alguma expressão relacionada ao extrafísico. Daí alguns sociólogos defenderem a ideia de que existem três níveis de ambientes: o natural, o social/cultural e o sobrenatural. Nesta perspectiva, a religião seria o meio de relacionamento entre o homem e o nível sobrenatural, povoado por seres (duendes, gnomos, fadas, bruxas, deuses, demônios, anjos, arcanjos etc.), lugares (céu, inferno, paraíso, éden, olimpo, limbo, purgatório etc.), forças (mana, carma, santidade etc.) e entidades (santos, almas, orixás, espíritos etc.).

Assim, como os demais universais da cultura, existe a necessidade (mesmo que não física) desses elementos para a manutenção da própria cultura, mas as formas de manifestação da relação homem/sobrenatural são balizadas pela cultura que organizará as práticas inerentes à referida relação.



Figura 2.10: Procissão da Semana Santa realizada na cidade de Pirenópolis (Goiás, Brasil).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Semana_Sata_de_Piren%C3%B3polis.jpg



Figura 2.11: Barracão de candomblé (Pernambuco, Brasil).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Candomble_Pernambuco.jpg

Família: formas de casamento, sistema de parentesco e herança

Vários autores partilham da ideia de que a família surgiu com a necessidade biológica de conservação e reprodução da espécie humana, transformando-se, posteriormente, em fenômeno social/cultural. As regras de relações sexuais e localização dos descendentes em determinada posição no sistema de parentesco ocorrem em todos os grupamentos humanos. Daí o fato de ser a família, enquanto instituição social, um dos universais da cultura.

Os grupos culturais apresentam diferenças na forma como organizam ou estruturam seus sistemas de parentesco, sendo a família a estrutura mais elementar desse sistema. Como já foi abordado, na Aula 7 da disciplina Turismo e Sociedade, há variadas formas de famílias, tais como: elementar, extensa, composta e conjugada-fraterna. Quanto à autoridade, a família pode ser patriarcal, matriarcal ou paternal.



Figura 2.12: Casamento civil.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bride_and_groom_signing_the_book.jpg

Sistemas sociais: normas, leis, controle social, instituições sociais e burocracia

Os sistemas sociais expressam e representam os códigos e modelos que exercem determinado constrangimento sobre as ações do indivíduo ou de grupos. Variam de cultura para cultura e dentro da mesma cultura, resultando um sistema de sanções positivas ou negativas. Os sistemas sociais presentes em uma cultura regem as relações e o comportamento dos membros de um grupamento social e fazem com que todos regulem a si próprios.

O conjunto de sanções positivas e negativas comuns a determinado grupo social promove a motivação do comportamento orientado para obter aprovação e evitar a reprovação dos demais membros do grupo. As sanções são uma força poderosa de regulamentação que fornece recompensas e castigos, pois permitem ao indivíduo discernir o que é socialmente aceito e o que não é. Os exemplos de sanções mais comuns são a rejeição, a censura, a zombaria, a violência física, o sistema jurídico, as multas, a penitência, a excomunhão, entre outras.

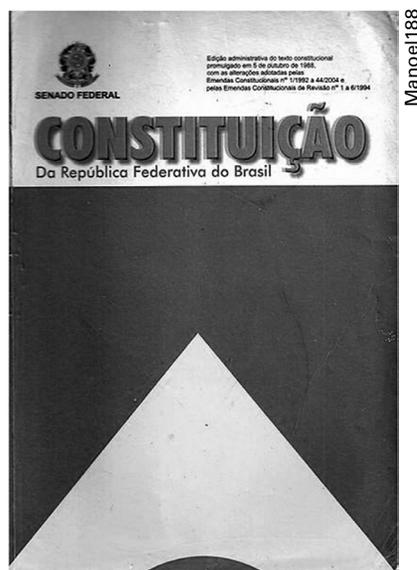


Figura 2.13: Capa da Constituição (de 1988) da República Federal do Brasil.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Capa_da_Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1988.jpg

Lazer: esportes, jogos e divertimentos

A disciplina Turismo e Sociedade dedicou muitas aulas para o entendimento do lazer e, por este motivo, não repetiremos aqui definições, conceitos, formas, conteúdos e história desse aspecto cultural. Cabe ressaltar que o lazer é um dos universais da cultura porque atende à necessidade de diversão e de quebra no ritmo do cotidiano social. O ser humano necessita repor as energias físicas despendidas nos variados processos produtivos e o lazer atende a essa necessidade, manifestando-se de variadas formas em todos os grupos sociais.



Figura 2.14: Prática de esporte náutico (esqui aquático).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Belgrade_Ada_Water_skiing_.jpg

Propriedade: real, privada, coletiva, padrões de valor e troca, e comércio

A propriedade delimita o direito a coisas abundantes ou escassas, valorizadas ou não pelo grupo social. É um mecanismo que permite a uma pessoa ou a um grupo, considerado o proprietário da coisa, a particularizar como de sua posse determinado bem.

Essa noção está presente em toda e qualquer cultura e abrange coisas concretas, abstratas e simbólicas. Da noção de posse derivou o direito de propriedade, que se apresenta em três tipos: individual (particular), grupal (de um grupo) ou coletiva (pertencente a toda sociedade). Se há a propriedade, há por conseguinte a troca ou permuta, pois os bens são escassos e estão localizados nas mãos de alguém. As trocas existem em todas as culturas, ainda mais que em muitas delas existe a propriedade privada. Em sociedades menos complexas é comum encontramos trocas que não envolvem dinheiro e a troca se dá através de mercadoria por mercadoria, mercadoria por serviço ou serviço por serviço. Nas sociedades complexas, geralmente, as trocas

envolvem o dinheiro e se chama comércio. Contudo, vale ressaltar que nessas sociedades também ocorrem os outros tipos de trocas mencionadas anteriormente.



Figura 2.15: Setor comercial, representado por clientes em um supermercado.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Compras_de_Panico.jpg

Governo: formas políticas, tipos de regime, poder e símbolos de prestígio

É importante iniciarmos esse item explicando que governo não é sinônimo de Estado. Existem governos sem Estado em muitos pontos do planeta. Estado, em linhas gerais, é a instituição social que detém a exclusividade do uso da violência, por exemplo, pois a lei confere esse direito; assim, Estado é antes de tudo um agente de controle social que difere das demais instituições, como a família e a Igreja (que também exercem controle), por regular as relações entre todos os membros da sociedade. Já o governo é o grupo de pessoas colocadas à frente dos órgãos fundamentais do Estado e que, em seu nome, exercem o Poder Público.

Assim, como os demais universais da cultura, o governo está presente em todos os grupos culturais/sociais, sendo que a expressão do mesmo é que varia de intensidade, modalidade, origem etc. A manifestação cultural em formas variadas de governo obedece e é o resultado de algo comum a todos os seres humanos: a produção de relações de poder. Estas assumem esse caráter de generalidade em todos os grupamentos humanos devido ao acesso desigual aos bens e à construção social de elementos intimamente ligados ao poder: a força e a autoridade.



Figura 2.16: Plebiscito de 2005 sobre o comércio de armas de fogo e munição no Brasil, retratando o Estado democrático.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Urna_eletr%C3%B4nica.jpeg

Guerras

O surgimento da agricultura tornou os homens sedentários. Deste modo, ao se estabelecerem de forma definitiva em determinado lugar, produziu um novo comportamento em relação à natureza, pois a sedentarização trouxe a noção de território. Isto aguçou a ideia de propriedade, ainda que inicialmente pensada de forma comunal, ou seja, de todos aqueles pertencentes ao grupo.

Ao se dedicarem ao território cultivado, surge a função de proteção do mesmo contra as invasões ou roubo dos bens cultivados. Desse panorama surgem as funções defensivas em relação à propriedade da terra e ao produto do trabalho, elementos que criaram conflitos permanentes entre os grupos humanos.

As guerras com objetivo de conquista e de defesa acirraram-se e disseminaram-se entre todos os grupos sociais, pois as posições de agressão e defesa acionadas pela disputa dos bens estão intimamente ligadas à necessidade e/ou ao instinto de sobrevivência.



Figura 2.17: Trincheiras da 1ª Grande Guerra Mundial (em La Lys/1918).

Fonte:http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Trincheiras_La_Lys.jpg

Assim, com o passar do tempo, os grupos sociais foram se aperfeiçoando em estratégias de guerra e incremento de armamentos contra os potenciais inimigos. O investimento no poder bélico,

através do desenvolvimento de armas de grande potência, disputadas de todas as formas e através de um comportamento pautado na violência, promoveu cada vez mais guerras entre os povos.



Atividade

Atende aos objetivos 2 e 3

A questão das diferenças entre as culturas muitas vezes é observada como forma de hierarquização dos grupos sociais, isto é, de posicionamento em uma escala de progresso. Assim sendo, a partir das discussões trazidas nesta aula, responda: em que a reflexão sobre os universais da cultura ajuda na reflexão sobre as diferenças culturais? Justifique.

Resposta comentada

O grande mérito de analisarmos os universais da cultura é percebermos que neles residem a essência de cada grupo social, ou seja, a identidade cultural de cada grupo. Na medida em que os universais revelam o que há de particular na elaboração cultural do grupo, conseguimos verificar que as diferenças culturais existentes entre os grupos não passa por uma questão biológica, de superioridade ou inferioridade e sim porque cada grupo é resultante de um processo particular de elaboração de sua trajetória cultural.

Os Universais da cultura no contexto da semelhança entre todos os grupamentos culturais humanos

Os universais da cultura advêm de necessidades básicas que, por sua vez, geram necessidades derivadas numa cadeia crescente e progressiva. As sociedades “primitivas” possuem uma dinâmica menos acelerada, o que provoca um volume menor de necessidades derivadas. O mesmo não acontece nas sociedades contemporâneas ocidentais, pois essas são infladas de estímulos exógenos e geradores de novas necessidades. A partir dos desejos satisfeitos, desenvolvem-se as chamadas necessidades psicoculturais, que vão além das categorias derivadas, provocando um forte ritmo de desdobramentos e de incentivo às transformações.

Exemplifico: o abrigo é uma necessidade básica. As moradias atendem a esta necessidade e adiciona componentes relacionados à geografia local, à interpretação do grupo sobre como deve ser essa moradia etc. Cumpridas essas etapas, a sociedade gera artifícios prazerosos — rádio, televisão e luz indireta — que se sucedem numa aspiração excedente do homem social. Neste processo, o mundo capitalista consagra um leque de amplo espectro na emulação das necessidades psicoculturais.

Cada cultura é resultado de uma combinação de necessidades e de inúmeras possibilidades físicas, geográficas, climáticas, enfim, as condições ambientais. O processo de escolha de cada grupo cultural acerca do que será selecionado para satisfazer as necessidades é algo que, para ser explicado, requer um conjunto de pesquisas e análises pertinentes a diversas áreas de conhecimento. Para a Antropologia a relação inerente a essa construção é extremamente importante, pois é ela que explica a cultura de um grupo, cultura esta entendida aqui como um estilo ou um “modo de ser” e de existir de determinado grupo cultural.

Biologicamente, o homem está obrigado a comer, dormir, reproduzir, proteger-se etc. Contudo, não há uma determinação

biológica acerca de como isso deve ser feito. É justamente nesta elaboração que está assentada e que são marcadas as diferenças entre os homens. A relação entre as necessidades biológicas e o sistema de satisfação dessas necessidades produz um dos temas mais interessantes e debatidos nas Ciências Humanas: a identidade cultural. As diferenças, os estilos e o modo de ser coletivo são os elementos que compõem a identidade cultural dos grupos sociais e que distinguem brasileiros de americanos, americanos de ingleses e assim por diante.

Conclusão

O conceito de ser humano, defendido nesta aula, é o de ser cultural. Biologicamente, a humanidade é uma só, pois há os traços que nos diferenciam e nos distinguem dos demais animais. Contudo, a necessidade de atendermos a determinadas demandas tipicamente naturais obriga o homem a adotar um “equipamento” para responder a essas necessidades. Esse “equipamento”, denominado pelos antropólogos de cultura, por sua própria construção histórico-social produz a diferença entre os grupos. Assim sendo, podemos entender que a natureza instituiu uma série de requisitos à nossa sobrevivência. Isto gerou uma série de instituições, como o matrimônio e a família para o atendimento à reprodução e ao controle social. Para cumprirmos esses requisitos, os homens adotaram um “equipamento” (a cultura) que o permite interagir com o meio físico no cumprimento de necessidades naturais. Como as necessidades são comuns a todos os seres humanos, o cumprimento das mesmas também é unânime entre os grupos. Daí observarmos uma série de instituições, normas e regras que acabam por ser universais. O fato de serem denominadas universais, não equivale a dizer que sejam idênticas em todos os grupos e sim que a sua ocorrência, para responder às necessidades biológica e social, ocorre em todas as sociedades/grupos culturais. Nessa linha de raciocínio, respon-

endo à questão que intitula esta aula, o que há de comum a todas as culturas é o fato de respondermos de forma particular às necessidades biológicas, elaborando, dessa forma, culturas – no plural e não no singular. Somos diferentes pela cultura, que funciona nesse nível como identidade cultural de um grupo cultural. Nesta diferença entre as culturas persiste o fato de haver os “universais da cultura”, isto é, padrões de normas, regras e instituições que existem em todas as sociedades porque as necessidades biológicas/orgânicas e sociais são inerentes a todos os seres da espécie humana.



Atividade final _____

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

O título desta aula é “Há algo de comum em todas as culturas?”. A partir das questões levantadas durante a exposição do conteúdo, explique se há algo de comum entre as culturas.

Resposta comentada

Diferente dos demais animais, somos seres que para atender às necessidades biológicas elaboramos equipamentos simbólicos, isto é, culturais. Assim sendo, o que há de comum em todas as culturas são os padrões de atendimento a essas necessidades. Contudo, ao mesmo tempo em que ocorrem em todas as culturas, esses universais da cultura distinguem-se entre os diversos grupos culturais por obedecerem a contextos históricos, geográficos, políticos e econômicos particulares. Como exemplo, cito a alimentação: a necessidade de nutrição é biológica, mas a comida é cultural, pois a carne de vaca não é ingerida pelos hindus, mas é bastante apreciada pelos brasileiros.

Resumo

A diversidade entre os grupos sociais é um produto cultural. Resultado de um conjunto de elementos em jogo no processo de construção cultural, a diversidade particulariza e distingue os grupos sem, contudo, colocá-los em condições hierárquicas antagônicas. Dessa forma, embora sejamos culturalmente diferentes, não há grupo social superior ou inferior a um outro. Existem, sim, culturas no plural, ou seja, variados sistemas ou “equipamentos” de interação homem/natureza e do homem com os seus semelhantes. Os denominados universais da cultura deixam clara a relação entre o homem – ser biológico – com o homem – ser cultural. Nesta relação, temos em evidência padrões, regras, normas e instituições que existem em todas as sociedades e que estão intimamente relacionadas a processos biológicos inerentes à condição humana. Nessa linha de raciocínio, trazemos como exemplo a proibição do incesto. No exemplo mencionado, é possível afirmar que todos os grupos sociais produziram um código de conduta que guia os pertencentes ao grupo sobre quais membros estão na condição de serem eleitos ou não para os relacionamentos sexuais.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, iremos analisar as culturas formadoras da cultura brasileira. Deste modo, buscaremos identificar elementos que contribuíram para que a nossa organização social fosse elaborada e identificada tal como a percebemos e a observamos.

3

Quem somos nós – Culturas Formadoras da Sociedade Brasileira

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Meta da aula

Apresentar os grupos sociais que, através do processo cultural, formaram a identidade brasileira.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar as características culturais específicas dos três grupos étnicos que estiveram presentes no início da formação do povo brasileiro;
- 2 descrever o processo cultural vivenciado pela sociedade brasileira.

Introdução

Para o entendimento da cultura brasileira é indispensável remontarmos a história da cultura dos três elementos étnicos que participaram da formação inicial do povo brasileiro, ou seja, indígenas, negros e brancos. Durante a colonização, a união entre esses grupos deu origem ao mulato (descendente direto do negro com o branco), ao caboclo (descendente direto do índio com o branco) e ao cafuzo (descendente direto do índio com o negro).

Os autores mais consagrados, como Gilberto Freyre, autor do clássico *Casa-grande & senzala*, afirmam que a *miscigenação* entre brancos, negros e índios formou no Brasil uma sociedade capaz de vencer as enormes diferenças entre nossas distintas matrizes raciais e culturais, produzindo uma cultura de confraternização sociocultural.

Por outro lado, outros autores, mais críticos em relação à tese de Freyre, apontam para o fato de que as relações interpessoais do conquistador com negros e índios sempre foram marcadas por profundas desigualdades, destacando-se a escravidão como exemplo máximo. Ao termos como objetivo entender a cultura brasileira, nesta aula vamos retomar a história cultural desses três grupos e analisar como foram travadas as relações que produziram a cultura e a identidade brasileiras.



Figura 3.1: Gilberto Freyre: sociólogo brasileiro (1900-1987).

Posteriormente, discutiremos como ocorreram os processos de interação social, defendendo que, no caso brasileiro, do conflito chegamos à assimilação. Para finalizar, verificaremos quais elementos da cultura material ficaram como legado dos três grupos iniciais que formaram a cultura brasileira.

Pensar em quem somos implica uma análise da história da cultura nacional e, para esta empreitada, não há como fugir de conceitos discutidos na aula anterior, como o conceito de cultura, tal como empregado pelas Ciências Sociais e, de modo especial, pela Antropologia: como tudo aquilo que é criação do homem.

Essa noção leva em consideração tudo aquilo que é herdado da própria sociedade ou adquirido de outras sociedades, formando assim um complexo de hábitos, ideias e criações do homem. A formação da base cultural brasileira está atrelada à união das culturas indígenas, negro-africanas e portuguesas; assim como às influências não apenas ibéricas, mas também francesas, alemãs, italianas, orientais, saxônicas, etc. Não nos estenderemos aqui resenhando o histórico cultural de todas essas culturas. Iremos nos deter em recuperar alguns aspectos das culturas indígenas, portuguesa e africana, pois são estas que, efetivamente, marcaram o “modo de ser brasileiro”, fornecendo as bases de nossa identidade cultural.

População indígena americana-brasileira

Os povos pré-colombianos recebem essa denominação tendo como base a chegada de Colombo ao continente americano. Constitui-se em um referencial europeu. Em fins do século XV havia no continente mais de três mil nações indígenas, sendo muitas das nações aparentadas. Falavam línguas diversas e possuíam culturas distintas. Podemos mencionar, como exemplos de povos pré-colombianos, os apaches, os sioux e iroqueses, na América do Norte; astecas e maias, na América Central; incas, tupis, jês e nuaruaques, na América do Sul.

As pesquisas também revelam que havia, na América Pré-Colombiana, um grande número de povos com modos de vida bastante diversos e constituindo uma enorme riqueza e variação em termos de vida social. Infelizmente, são poucos os registros acerca da vida social no Brasil até a chegada dos europeus. Biologicamente, os indígenas que habitam as terras brasileiras possuem como características gerais a estatura mediana, complexão robusta, carência de barba, pouca pilosidade corporal, olhos oblíquos e cabelos lisos, grossos e abundantes. A terra pertencia a todos e cada casal fazia sua plantação, de onde extraía alimentos para si e seus filhos. Quando a terra utilizada era abandonada, outros podiam utilizá-la. Arcos, flechas, machados de pedra e outros instrumentos de trabalho são de propriedade individual. A divisão das tarefas de sobrevivência é por sexo e idade.

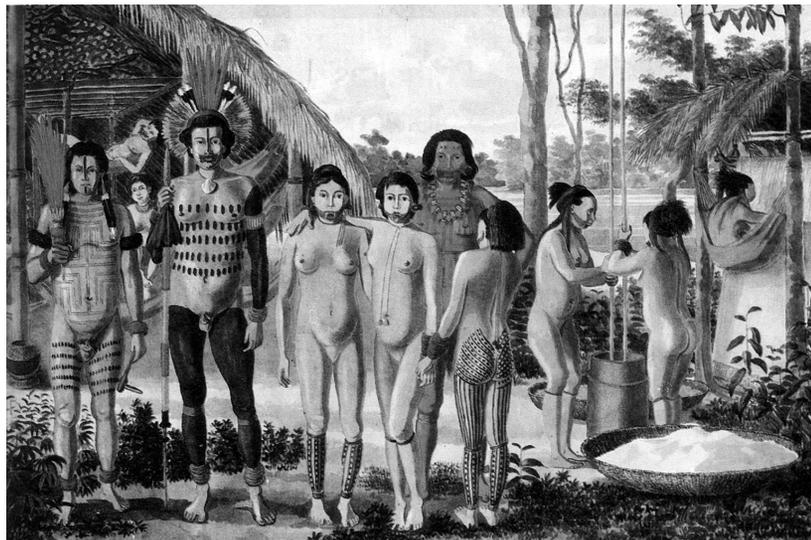


Figura 3.2: Tela *Maloca dos apiaká no rio Arinos* (1826).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d0/Indios_apiaka_no_rio_Arinos.jpg/800px-Indios_apiaka_no_rio_Arinos.jpg

Uma sociedade organizada dessa maneira não tem classes sociais. O trabalho para a sobrevivência também cabe aos chefes de aldeias – unidades políticas independentes que compõem as tribos. Nesse tipo de sociedade, a competição não é tão acirrada

e os bens são partilhados de forma diferenciada daquela a que estamos acostumados atualmente. A produção de excedentes praticamente inexistente. Daí o fato de haver poucas trocas e, essas, acontecem em casos de um grupo produzir o que o outro não conseguiu produzir. Nestes casos, as trocas ocorrem de forma ritual e servem basicamente para estreitar os laços de amizade entre os grupos.



Figura 3.3: Tela *Família de botocudos em marcha* (1834).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:E11_p9.jpg

A vida social dos nativos brasileiros, antes do contato cultural com os europeus, era extremamente oposta a do nosso país de hoje. Por outro lado, como afirmado anteriormente, pouco se sabe desse período de nossa História e, por esse motivo, somos altamente influenciados pela percepção e noções criadas pelos colonizadores para explicar a cultura indígena de então. Até hoje, está presente no senso comum brasileiro as ideias preconceituosas que relacionam os indígenas ao atraso e à preguiça e outras ideias que mitificam o indígena, colocando-o como um ser humano “puro” e com uma vida social que mais se assemelha ao paraíso na Terra. As sociedades indígenas de outrora e atuais

devem ser vistas como qualquer sociedade, isto é, dotadas de relações sociais comuns a todas as outras. A particularidade dessa cultura é a ausência da exploração de uma classe por outra, na concepção marxista do termo, fato que produz uma série de traços culturais que a distingue das demais.



Jean-Baptiste Debret

Figura 3.4: Tela *Família de um chefe camacan se prepara para uma festa* (1820-1830).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Debret37.jpg>

Não é possível responder com precisão quantos milhões de pessoas viviam na América antes da chegada do europeu no final do século XV. Historiadores, como Gilberto Cotrim (1997), calculam que existia em todo o continente americano uma população de cerca de 88 milhões de habitantes, concentrada principalmente na América Central e no norte da América do Sul. Essa massa populacional correspondia a aproximadamente 20% da humanidade. As estimativas acerca da população indígena que vivia no Brasil também são variadas e alguns estudiosos apontam para o número de 2,5 milhões de pessoas e outros apontam para 5 milhões. A totalidade numérica de habitantes das Américas chama a atenção quando os comparamos com Portugal e Espanha à mesma época, pois, juntos, esses dois países conta-

bilizavam cerca de onze milhões de habitantes. Foram, principalmente, esses dois países que conquistaram, brutalmente, os povos americanos.



Figura 3.5: Distribuição de povos indígenas no Brasil (período não especificado).

Os povos pré-colombianos resistiram e lutaram bravamente. Contudo, a grande parte dessa população foi drasticamente dizimada em um curto espaço de tempo (cerca de 50 anos). A violência militar, econômica e cultural reduziu à metade os povos pré-colombianos. A expressão “violência militar” pode ser aplicada na análise da conquista europeia dos povos pré-colombianos devido à superioridade dos armamentos utilizados pelos primeiros, tais como: a pólvora, o cavalo e o aço. A utilização de armas de fogo dava aos europeus uma grande vantagem sobre os povos nativos, que as desconheciam e não as usavam con-

tra os europeus. Além da letalidade das armas, o barulho dos tiros e das explosões tinha o efeito de assustar grandemente esses grupos. O uso dos cavalos conferia grande mobilidade ao conquistador durante os combates. Estes animais não eram conhecidos dos povos americanos e provocavam verdadeiro pavor entre eles. Para os indígenas, ficava a dúvida relativa ao cavalo e ao cavaleiro, isto é, se seriam uma única coisa ou se eram coisas distintas (COTRIM, 1997). O uso de resistentes armas feitas de aço também foi um dos grandes diferenciais na luta entre os povos pré-colombianos e europeus. O uso de espadas, lanças, punhais, escudos e alabardas pelos europeus, para a defesa e o ataque, era fatal para os indígenas que, por outro lado, dispunham apenas de arcos, flechas envenenadas, lanças, pedras, machados e atiradeiras de pedra. Assim, somente atacavam e não conseguiam defender-se a contento.

Muitos estudiosos defendem que a superioridade do armamento europeu não é suficiente para explicar a vitória sobre os nativos americanos. Estes autores chamam a atenção para o fato de que os indígenas eram numericamente superiores aos conquistadores, chegando a representar cerca de 500 a 1.000 índios para cada europeu. Para esses estudiosos, na luta contra os nativos, os conquistadores contaram também com a ausência de imunidade daqueles a diversas doenças infecciosas trazidas pelos europeus, tais como: sarampo, tifo, varíola, malária, gripe etc. Tais doenças provocavam grandes epidemias e acabavam por dizimar toda uma aldeia. O nativo, contaminado por essas doenças, que ignorava e não sabia combater, sofria duplo impacto, pois supunha estar sendo castigado por seus deuses e terminavam por entregar-se à apatia.

O conquistador europeu impôs aos povos pré-colombianos costumes que modificaram bastante o modo de vida de suas comunidades. Populações inteiras foram aprisionadas e removidas de suas regiões de origem para trabalhar como escravos para o conquistador. Milhares de famílias indígenas foram desmembradas; pais foram separados dos filhos; maridos separados das mu-

Iheres. Longe de seu meio natural, a população indígena sofreu com as mudanças no tipo de alimentação e no ritmo de trabalho. Enfim, a economia indígena foi completamente desestruturada.

Considerando-se superior aos povos conquistados, o europeu oprimiu de todas as maneiras os nativos americanos. Impôs-lhes os elementos básicos da cultura europeia: idioma, religião, normas jurídicas, ideias e práticas sobre política e economia, bem como padrões científicos e artísticos. Ao chegarem ao Brasil e a outras partes das Américas, o conquistador fincava a cruz católica e esse ato simbólico significava não somente a posse de terra, pelo rei de Portugal ou de Espanha, como marcava também o início da conquista cultural dos indígenas. Nessa lógica, padres e soldados andavam juntos para subjugar os povos indígenas. Contudo, houve uma grande dificuldade em convencer o índio adulto a aceitar a doutrina católica. Diante dessa realidade, os padres resolveram dedicar-se às crianças indígenas. Com essa proposta, as crianças eram separadas de suas famílias e levadas a escolas para aprenderem o catecismo e demais elementos da cultura europeia. Assim, o conquistador foi impondo seus valores e conhecimentos aos povos americanos. As tradições indígenas, as festas, as crenças e os costumes foram sendo gradualmente destruídos.

A busca de compreensão da cultura indígena nunca foi uma preocupação do colonizador e isto se deve a vários motivos. Pode-se começar a enumerá-los mencionando o fato de que o colonizador trazia em si uma postura etnocêntrica, isto é, a tendência de considerar as normas e valores de sua própria sociedade ou cultura como critério de avaliação de todas as demais e, nesta perspectiva, o colonizador media e aplicava os seus próprios valores à cultura indígena. Desconsiderava que esta tinha seus próprios valores, crenças e normas. Não são as diferenças culturais que tornam essa ou aquela cultura superior ou inferior. Isto se deve pelo fato de que as diferenças são marcas de processos de construção cultural distintos e que envolvem uma lógica que só pode ser decifrada a partir de uma profunda e metodológica

análise e não através do olhar etnocêntrico que é comum a todas as culturas. Entendendo-se este olhar como *etnocêntrico*, seremos capazes de minimizar pré-conceitos e pré-noções sobre as diferenças.

O conceito de etnocentrismo acha-se intimamente relacionado ao de **relativismo cultural**. A posição relativista libera o indivíduo das perspectivas deturpadoras do etnocentrismo, que significa a supervalorização da própria cultura em detrimento das demais. Todos os indivíduos são portadores desse sentimento e a tendência na avaliação cultural é julgar as culturas segundo os moldes da sua própria. A ocorrência da grande diversidade de culturas vem testemunhar que há modos de vida bons para um grupo e que jamais serviriam para outro. O etnocentrismo pode ser manifestado no comportamento agressivo ou em atitudes de superioridade e até hostilidade. A discriminação, o proselitismo, a violência, a agressividade verbal são outras formas de expressar o etnocentrismo.

Paralelamente, o conceito de relativismo cultural, funda-se na ideia de que os indivíduos são influenciados a um modo de vida específico e particular, elaborado culturalmente. Por outro lado, defende que os indivíduos adquirem seus próprios sistemas de valores e sua própria integridade cultural. Nesta perspectiva, as culturas diferem uma das outras em relação aos postulados básicos, embora tenham características comuns. Assim, toda cultura é considerada como configuração saudável para os indivíduos que a praticam e o relativismo cultural não concorda com a ideia de normas e valores absolutos. Defende o pressuposto de que as avaliações devem ser sempre relativas à própria cultura onde surgem.

■ **Relativismo cultural**

Posição científica que parte do pressuposto de que cada cultura se expressa de forma diferente. Implica a ideia de que é preciso compreender a diversidade cultural, respeitá-la e reconhecer que todo sistema cultural tem uma coerência interna própria. Nos estudos antropológicos, a noção de relativismo cultural é um instrumento metodológico fundamental para que o pesquisador realize um trabalho sério – interpretando cada cultura em seu contexto.



Figura 3.6: Tela *Primeira missa no Brasil* (1860).

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: Meirelles-primeiramissa2.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Meirelles-primeiramissa2.jpg)



Atividade

Atende aos objetivos 1 e 2

Leia o texto!

“A língua de que [os índios] usam, toda pela costa, é uma: ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes; mas não de maneira que se deixem de entender. [...] Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente [...]” (GANDAVO, 1578, p. ?)

A partir do texto, pode-se afirmar que todas as alternativas expressam a relação dos portugueses com a cultura indígena, exceto:

- a) a busca de compreensão da cultura indígena era uma preocupação do colonizador;
- b) a desorganização social dos indígenas se refletia no idioma;
- c) a diferença cultural entre nativos e colonos era atribuída à inferioridade do indígena;
- d) a língua dos nativos era caracterizada pela limitação vocabular;

Os portugueses e suas conquistas

O contexto europeu

Do século XV ao XVIII, os europeus buscaram a expansão comercial pelo mundo. África, Ásia e América foram objetos da conquista e exploração europeias. Desse modo, durante muito tempo, a História exaltou os aspectos positivos desse processo, isto é, o progresso para o mundo, as glórias e os benefícios dos feitos. Tudo era revertido em favor de uma mitificação dos povos europeus e parte desse processo de valorização pode ser constatada através da utilização do termo “descobrimento” e não “conquista”.

A substituição de palavras é atestada através de documentos e determinações expedidos pelo rei da Espanha proibindo o uso da palavra conquista e propondo a utilização do termo descobrimento. Analisando esta determinação, podemos perceber que ela não envolve meramente a troca de palavras e sim um artifício de afastar a ideia de conflito, pois o termo “conquista” preserva na memória a existência de uma guerra entre conquistadores (os vencedores) e conquistados (os vencidos) e essa imagem não está de acordo com a visão de uma liderança pacífica (COTRIM, 1997).



Figura 3.7: Família de índios guaranis capturada para trabalho escravo (tela de 1830).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Slaved.guarani.debret.jpg>

A conquista colonial de diversos povos do mundo, resultante da expansão marítimo-comercial, foi considerada um direito inquestionável da Europa, pois dentro de sua visão etnocêntrica consideravam sua “civilização” superior às demais civilizações. Em vista disto, julgavam-se no direito de submeter os povos do resto do mundo, impondo-lhes sua cultura.



Figura 3.8: D. Pedro II, no Brasil, na abertura da Assembleia Geral (tela de 1872).
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Brazil_Imp%C3%A9rio

A crença na superioridade da civilização europeia baseou-se, principalmente, nos seguintes pontos:

- a Europa acreditava ter um povo superior desde o nascimento – pessoas de etnia branca;
- a Europa julgava conhecer a única e verdadeira fé religiosa – o cristianismo;
- a Europa acreditava possuir o mais avançado estágio de desenvolvimento técnico, científico e artístico.

Com base nesse conjunto de ideias, os europeus justificaram a brutal conquista dos povos da América, da Ásia e da África.

As navegações portuguesas: pioneirismo marítimo e as conquistas de Portugal

Portugal surgiu como reino independente em 1139 e seu primeiro rei foi d. Afonso Henriques, que iniciou a dinastia de Borgonha. Por muito tempo, o reino português permaneceu envolvido na luta pela expulsão dos mouros da Península Ibérica. Esta luta, conhecida como “reconquista cristã”, terminou em 1249 com a vitória portuguesa e a conquista de Algarves – região localizada ao sul de Portugal. Entre 1279 e 1325, Portugal passou por um período de reorganização interna, pois sob o reinado de d. Dinis interrompeu-se a reconquista cristã no plano militar. Nesta ocasião, as fronteiras do país já estavam definidas.



Figura 3.9: Mapa de Portugal

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil_Imp%C3%A9rio

A Dinastia de Avis, iniciada em 1383 com d. João, foi resultado direto da luta político-militar denominada “Revolução de Avis”, na qual disputaram o trono português o rei de Castela e d. João. A vitória deste último representou a vitória da burguesia portuguesa sobre a sociedade agrária e feudal que dominava o país. A nobreza agrária submeteu-se, então, ao rei d. João e este, apoiado pela burguesia, centralizou o poder e favoreceu a expansão marítimo-comercial portuguesa. Assim, Portugal tornou-se o primeiro país europeu a constituir um Estado absolutista e mercantilista.

Devido à sua organização interna, Portugal foi o primeiro país europeu a lançar-se às grandes navegações no século XV. Muitos foram os fatores responsáveis por esse pioneirismo e podemos citar os seguintes: centralização administrativa, mercantilismo, ausência de guerras e posição geográfica. A expansão marítima portuguesa teve como marco inicial a conquista da cidade de Ceuta, localizada no norte da África, em 1415. d. Henrique, filho de d. João I, participou da conquista de Ceuta e ao regressar para Portugal organizou um centro de pesquisas de navegação. Este centro ficou conhecido como Escola de Sagres e tornou-se o mais avançado centro de navegação da época. Os objetivos básicos de d. Henrique eram atingir o Oriente e apossar-se do comércio.

Os objetivos buscados foram sendo alcançados, pois, navegando pela costa africana, os portugueses foram estabelecendo postos nos quais realizavam lucrativo comércio, obtendo ouro, sal, marfim, pimenta e escravos para trabalhar na Europa. De acordo com Caio Prado Júnior (p. 30; 1986), em 1550 a população de Lisboa possuía em sua totalidade 10% de negros.

A descoberta do novo caminho para as Índias foi recebida com grande alegria na corte portuguesa, até porque Vasco da Gama retornou dessa expedição com um carregamento que superou em sessenta vezes o custo total da viagem. O sucesso foi considerado excepcional e o rei de Portugal resolveu enviar às Índias uma esquadra extremamente bem-aparelhada e com

grande tripulação para estabelecer sólida relação comercial e política com o Oriente. Liderada por Pedro Álvares Cabral, pertencente à nobreza portuguesa e sem grande experiência marítima, a esquadra aproximou-se no mês de abril das terras que foram, posteriormente, denominadas Brasil. No dia 23 do referido mês a esquadra de Cabral estabeleceu os primeiros contatos com os indígenas brasileiros.

A Carta redigida pelo escrivão oficial da expedição, Pero Vaz de Caminha, ao rei de Portugal, relatando a “descoberta”, revela as primeiras impressões do grupo acerca das novas terras e dos contatos iniciais ocorridos entre portugueses e indígenas, que, cautelosos, demonstraram sua cordialidade. A Carta também deixa clara a intenção de “salvar esta gente” (os indígenas). A “salvação” referia-se à tarefa de conversão dos indígenas à fé cristã.



Atividade _____

Atende ao objetivo 1

1. Na Seção 2 desta aula foram apontados fatores que explicam a primazia dos portugueses no cenário dos grandes descobrimentos. Você poderia descrever os principais fatores que teriam colaborado para o pioneirismo de Portugal?

devido a ausência de guerras e; posição geográfica estratégica para a expansão marítima, temos os elementos que favoreceram o pioneirismo de Portugal nos “grandes descobrimentos”

2. Situações de contato entre distintas culturas sempre ocorreram na história da humanidade. Por consequência, culturas menos complexas ou isoladas mudam ou desaparecem com maior velocidade, fruto da relação de dominação e subordinação entre os grupos envolvidos. A cultura dominante ou colonizadora, via de regra, impõe seus padrões culturais à cultura colonizada, cujas reações à nova situação são as mais variadas. No caso brasileiro, a crença na superioridade da cultura portuguesa sobre a cultura indígena, pautada na violência cultural, acabou por provocar o desequilíbrio e tensão, exigindo dos colonizados um esforço de adaptação cultural, como bem demonstra a Figura 3.6, na qual o catecismo de indígenas revela a imposição de uma religião a um grupo que já tinha todo um sistema de valores voltados para o que é entendido como religião ou espiritualidade.

Legado africano: uma história de violência

O negro representa um elemento tão significativo na vida brasileira que não é possível escrever uma história da cultura no Brasil ou discorrer sobre a história nacional sem abrir um capítulo sobre esse tema. Certamente, o Brasil teria seguido uma trajetória totalmente distinta sem o escravo negro e seriam muito diferentes os rumos da economia, do povoamento e da formação da sociedade. O capitalismo comercial da época teria que procurar outras soluções ou não realizar-se.

A História do Brasil deixa claro que os primeiros engenhos e fazendas de cana-de-açúcar tentaram, sem êxito, escravizar o indígena e adaptá-lo ao trabalho, mas o sistema econômico da época favorecia o tráfico e comercialização de mão de obra escrava negra na costa ocidental da África. A sociedade africana de então é marcada por um grau de diversidade cultural que existia e ainda existe por lá. A noção de uma África formada por países, como ocorre em outros continentes, não se aplica ao continente africano. Dessa forma, a região deve ser entendida como um conjunto de várias etnias, que se dividem em organizações tribais, de tamanhos, idiomas e culturas variados.

A diversidade cultural existente no continente africano foi transportada para o Brasil, por ocasião do tráfico de escravos. Dentre os principais grupos étnico-culturais africanos que chegaram ao Brasil, destacam-se os bantos (como os angolas e cabindas), os sudaneses (iorubás, geges, hauçás e minas) e os malês (de tradições muçulmanas). A vinda de tais grupos estava diretamente ligada às principais rotas de tráfico entre África e Brasil.

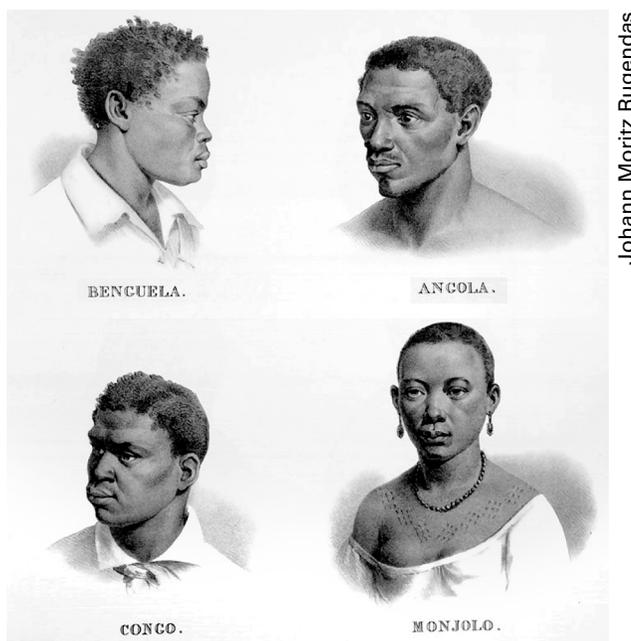


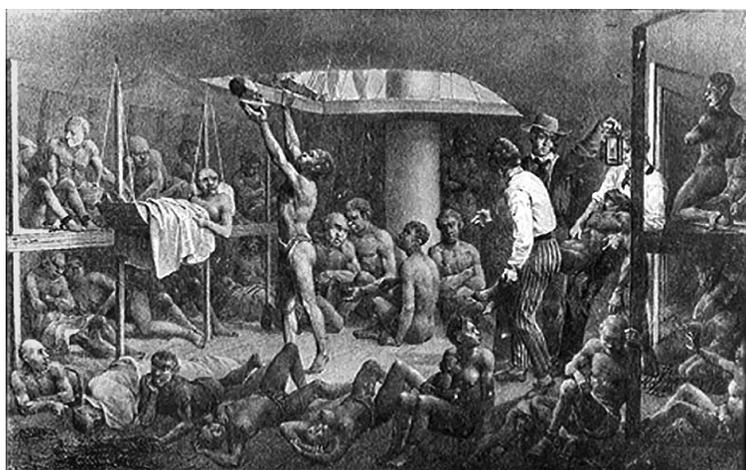
Figura 3.10: Escravos crioulos nascidos no Brasil (desenho de 1830).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendas_-_Escravos_Crioulos.jpg

É importante ressaltar que a escravidão já era um traço cultural na África e sua ocorrência estava intimamente ligada às guerras entre tribos. A mudança cultural ocorrida com a chegada dos europeus foi a transformação de uma prática comum entre os africanos em um negócio capitalista extremamente rentável. Assim, com o aumento da necessidade de mão de obra nas colônias ame-

ricanas, a partir do século XVI, o tráfico intensificou-se, provocando profundas transformações culturais nas sociedades africanas.

Após a realização do comércio em terras africanas, os negros aprisionados eram acorrentados e marcados com ferro em brasa para, posteriormente, serem transportados para o Brasil nos navios negreiros. Os navios saíam da costa africana com cerca de 600 escravos e um grupo de cerca de 12 traficantes brancos. Como esses temiam algum tipo de revolta, os escravos eram trancados no porão do navio. Essas acomodações eram escuras, pequenas para abrigar a todos e extremamente quentes. Somava-se à situação a insuficiência de comida e água. Devido aos maus-tratos e às péssimas condições do transporte, era comum a morte de 20 a 40% dos escravos durante a viagem.



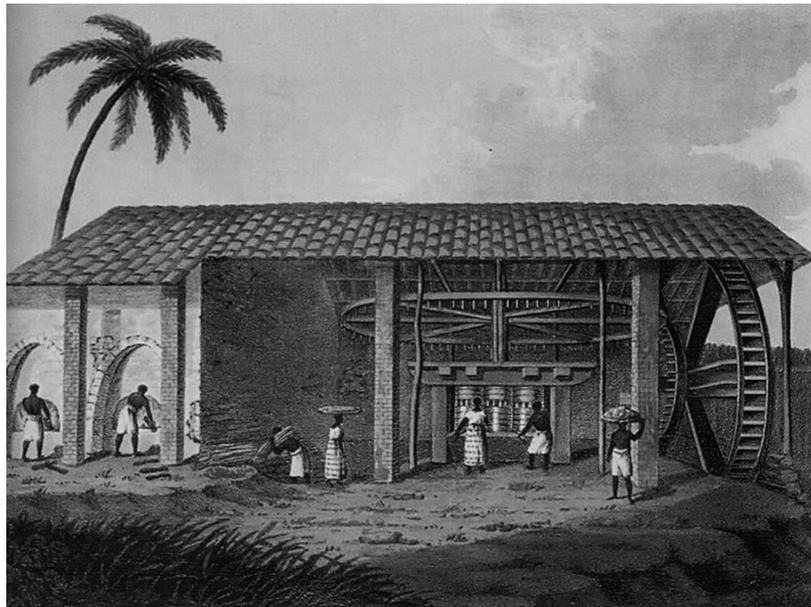
Johann Moritz Rugendas

Figura 3.11: Interior de navio negreiro (desenho realizado em torno de 1830).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Navio_negreiro_-_Rugendas.jpg

Em terras brasileiras, o destino dos escravos negros era lamentável. Logo na chegada, eram vendidos no próprio porto, em leilões, e em pouco tempo já estavam trabalhando para seus proprietários. A jornada de trabalho durava em média quinze horas por dia: um excesso que, somado à má alimentação, às péssimas condições de higiene e aos castigos, acabava por deteriorar rapidamente a saúde do escravo – cuja média de vida nessas condições era de cinco a dez anos.

O escravo era visto como mercadoria e, nesse raciocínio, era importante mantê-lo sob o jugo e a subordinação. Parte do processo de manutenção do escravo nessa condição passava pela separação de famílias e a desintegração dos laços de solidariedade entre os cativos, pois a percepção de valores em comum favorece o agrupamento entre as pessoas. Estar junto em quilombos, a reunião em torno de um ideal revoltoso ou de fuga é algo capaz de unir e gerar um sentimento comum de pertencimento, solidariedade e mesmo igualdade e esse não era o desejo dos senhores de escravos. Permitir que houvesse qualquer situação que colaborasse para uma aproximação, que acaba por ser também uma aproximação cultural, era algo danoso para o sistema vigente, daí todos os esforços para tolher movimentos e acabar com locais de convivência de escravos, como os quilombos.



Henry Koster

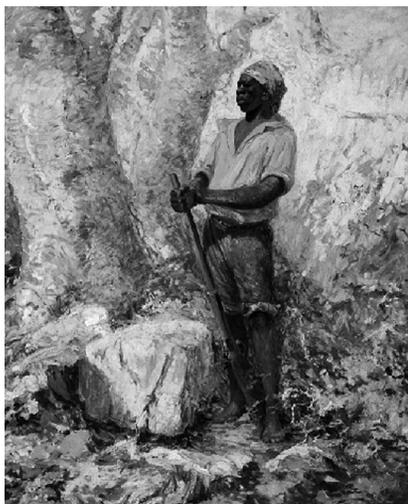
Figura 3.12: Engenho de açúcar, do Nordeste brasileiro, no ano de 1816
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Engenho_de_acucar_1816.jpg

Os escravos procuravam reagir de várias maneiras à violência da escravidão. A fuga era o meio mais utilizado para a busca da liberdade, sendo também o mais difícil, devido à constante vigilância. Quando os escravos obtinham êxito nas fugas, o co-

num era a acolhida em quilombos ou a fundação de novas comunidades semelhantes. Dos muitos quilombos criados, o mais famoso e importante foi o Quilombo dos Palmares.

O trabalho do africano foi de tal modo assimilado no Brasil colônia que uma célebre frase marcou esse período. Trata-se da frase proferida pelo jesuíta italiano André João Antonil que viveu por muito tempo na Bahia. Pautado em sua observação sobre a empresa açucareira afirmou: “O escravo negro são as mãos e os pés do senhor de engenho.”

Dessa frase, podemos compreender que o escravo negro gerava todo tipo de lucro para os seus senhores, pois desde o próprio comércio negreiro, isto é, o tráfico em si, que era um dos setores de comércio mais lucrativo da época, até aos lucros produzidos pela plantação e comercialização da cana-de-açúcar, passando pelos serviços domésticos, o escravo africano gerava benefícios econômicos altamente vultosos para o Sistema Colonial no Brasil.



Antônio Parreiras

Figura 3.13: *Zumbi dos Palmares* (óleo de 1927).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ant%C3%B4nio_Parreiras_-_Zumbi.jpg

Resposta comentada

A preferência pela escravidão africana incide no elevado ganho deste negócio. O lucro do comércio negreiro acabava retornando à metrópole, pois envolvia o pagamento de impostos, fato que estimulava a Coroa Portuguesa. A metáfora dos pés e mãos do senhor de engenho, utilizada por Antonil, reflete as várias formas de obtenção de lucro através da força de trabalho do escravo negro. Esse lucro era revertido diretamente para a metrópole, através do pagamento de impostos, bem como para a burguesia portuguesa que envolvia-se nesse negócio através da compra e venda dos escravos que seriam revendidos para os senhores de engenho instalados no Brasil. De igual modo, também para os senhores que usavam a força de trabalho negra para sustentar a empresa açucareira no Brasil. Nesse complexo mercado, vemos um único elemento sendo utilizado de várias formas e sendo tão importante quanto informa a analogia de Antonil, isto é, os “pés e as mãos” dessa estrutura. Nesse contexto, os africanos foram sendo “rotulados” como aqueles que deveriam desempenhar as tarefas e funções mais pesadas, subalternas, menos complexas e valorizadas da sociedade brasileira; enquanto os europeus deveriam ocupar as posições de mando, destaque e complexas de nossa sociedade. As identidades culturais sedimentadas no período em questão em muito contribuíram para que a sociedade brasileira atual esteja configurada nos padrões culturais que observamos até os dias de hoje.

Conclusão

As culturas são dinâmicas devido ao seu próprio caráter de contato entre os distintos grupos sociais. Cada contato produz reações distintas, que conduzem a processos de interação social que, dependendo dos interesses, é conflituoso. A reunião dos três grupos étnicos que juntos forjaram a cultura brasileira não escapou ao estabelecimento de um conflito social. O conflito instalado entre as culturas divergentes em seus interesses conduziram a sociedade colonial brasileira ao processo de interação social denominado pela Sociologia como Assimilação. Nesse processo social, como é comum em todo encontro de culturas, há perdas e ganhos de traços, elementos, padrões, enfim de aspectos que compõem cada cultura. Contudo, em uma análise que se propõe

eurocêntrica revelam que as culturas são dinâmicas, adaptam-se, reconfiguram-se ao contato com o “outro” produzindo novas lógicas culturais que só fazem sentido quando observadas através da noção de processo, recuperando o momento em que os encontros culturais se dão em sua fase inicial. Nessa perspectiva, nossas origens revelam bastante sobre nossa atual configuração cultural.

Resumo

Nesta aula iniciamos uma investigação acerca da cultura brasileira, ou seja, dos valores e crenças, aspectos materiais e simbólicos que estão presentes na vida social brasileira. Para essa investigação, optamos por recuperar a História Cultural dos três grupos étnicos que estiveram presentes na formação da sociedade brasileira – brancos europeus, negros africanos e indígenas sul-americanos. Esse esforço orientou toda a reflexão aqui exposta e conduziu a observação de que todo esse processo foi altamente conflituoso devido à violência extrema empregada para a Colonização das culturas negra e indígena.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula daremos continuidade à pesquisa e reflexão acerca das culturas formadoras da sociedade brasileira.

4

A construção histórico-social da cultura brasileira

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Meta da aula

Contextualizar o processo histórico-social brasileiro, interpretando-o como fator estruturante dos padrões culturais existentes em nossa sociedade.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer que a cultura brasileira resulta de um processo histórico particular;
- 2 identificar traços que singularizam a nossa cultura e que definem a identidade política e cultural do país.

Introdução

A história da cultura brasileira, remontada na aula de hoje, procura identificar as instituições e modos de vida que se implantaram no Brasil desde o início da colonização. A origem das manifestações culturais e o desenvolvimento dessas são aspectos que representam, não raro, expressões decorrentes de instituições implantadas que influenciaram a construção do que somos. Nessa perspectiva, o passado colonial, representado aqui por todas as instituições sociais do período, é um elemento que não pode ser desprezado quando estamos analisando a cultura brasileira. A instituição da escravidão negra, a ausência de autonomia, a inserção no mercado mundial na condição de colônia e os latifúndios, por exemplo, são traços culturais que marcaram profundamente a vida e as ações dos atores sociais na construção do processo histórico-cultural brasileiro. Assim sendo, retomar as bases dessa organização e as formas de sociabilidade nos primórdios de nossa estruturação social torna-se essencial para a compreensão da sociedade brasileira contemporânea, pois uma reflexão sobre essa “herança colonial” revela a formação, o desenvolvimento e o pensamento de grupos e classes sociais do Brasil. Desta forma, nesta aula iremos abordar o Período Colonial brasileiro, ou seja, o período que compreende os séculos XVII ao XIX para, posteriormente, analisarmos a Cultura resultante dessa configuração histórico-social.

O processo histórico brasileiro

Na transição do feudalismo para o capitalismo, atendendo aos interesses mercantilistas, a Europa acelerou o desenvolvimento da economia de mercado, incentivando a acumulação capitalista. Contudo, a constituição do sistema fabril pressupunha certo grau de acumulação de capital, que foi obtido com a exploração colonial. Assim sendo, Ásia, África e América do Sul foram os lugares para onde a Europa voltou seu sistema exploratório com vistas à satisfação do novo sistema econômico. Ao Brasil,

coube inicialmente a inserção nesse modelo através da produção agrícola, sendo que esta produção, a quantidade e o ritmo do bem agrícola produzido eram determinados pela flutuação da procura europeia. Deste modelo, originou-se a agricultura de exportação e a conseqüente dependência do mercado externo.

O sistema previa: a exclusividade da compra dos produtos coloniais, isto é, os preços poderiam ser diminuídos até o seu limite máximo, ou seja, até o nível dos custos de produção; a exclusividade da oferta – podiam-se elevar os preços até onde não houvesse compradores, fato que garantia lucros na compra e na venda; a exclusividade da oferta dos produtos europeus, isto é, o que era comprado a preço na Europa era revendido, nas colônias, por preço mais alto.

Nesse panorama, temos claramente a proibição da concorrência entre a produção da colônia e da metrópole, uma vez que cada qual deveria exercer um papel: a colônia supria o mercado externo e a metrópole monopolizava os produtos manufaturados, mesmo quando não os produzia. Este modelo obrigava as economias coloniais a permitirem o funcionamento de um sistema de exploração colonial, que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou escravista.

A produção colonial, dirigida para o mercado externo, necessitava de uma organização de produção em larga escala. Isto aniquilava a possibilidade de uma produção dirigida por pequenos proprietários autônomos – que produzissem para a sua subsistência e que exportassem o excedente.

O quadro apresentado chama atenção para três características da propriedade agrícola do Período Colonial e mesmo após a Independência: latifúndio, monocultura e escravidão. Internamente, temos uma estrutura social e econômica que concentrava a renda nas mãos das camadas dominantes.

Para apresentarmos os elementos que favoreceram a configuração cultural que nos caracteriza, utilizaremos como fio condutor o aspecto econômico da sociedade brasileira, ou seja, através do modo de produção dos três grandes itens produzidos

pelo país ao longo do Período Colonial – açúcar, ouro e café –, resgataremos os traços culturais dele resultantes.

A economia açucareira

A grande propriedade açucareira, além de monocultora, foi, também, escravocrata. Inicialmente, o problema da mão de obra foi resolvido com a escravização do indígena. Contudo, à medida que a produção açucareira foi-se tornando significativa, para o comércio português, recorreu-se à importação do africano e à sua utilização como escravo.

A sociedade que se organizou, até então, era o reflexo da economia agrária escravista, com acentuadas diferenças entre o senhor de engenho e a da massa de trabalhadores (escravos; em sua maioria). O senhor de engenho residia na “casa-grande” que, de forma geral, possuía arquitetura em forma de sobrado, sendo desse espaço social que ele “dirigia o seu mundo”: o engenho.

O senhor de engenho era temido e respeitado por todos que rodeavam, a começar pelos membros de sua família, isto é, mulher e filhos para os quais sua palavra era ordem. Daí, a denominação de família patriarcal a esse modelo familiar. Além disso, seu poder alcançava além de sua propriedade, incluindo os trabalhadores livres, ou seja, plantadores de terras próprias ou não e que não possuíam instalações para moagem de cana e a fabricação do açúcar. De igual modo, também incluía os trabalhadores obrigados, isto é, aqueles que plantavam nas terras do engenho e que, por isto, tinham a obrigação de realizarem a moagem da cana nos engenhos.



Figura 4.1: Engenho de cana-de-açúcar do Brasil Colônia, em Pernambuco – século XVII (1612-1680).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_com_capela.jpg

Assim, trabalhadores livres e obrigados dependiam totalmente da palavra do senhor de engenho para a realização de qualquer atividade. Recebiam por isso de acordo com a vontade e o entendimento do senhor da terra. Esses trabalhadores possuíam situação indefinida, fator que gerava insegurança e temor, pois o risco de expulsão mediante a mudança nos interesses do senhor do engenho era algo comum.

No espaço físico de um engenho havia também os “moradores”, em geral eram mulatos, que cultivavam produtos de subsistência em troca de salário ou de uma porcentagem da produção. Os “moradores” formavam, junto com os demais agregados mestiços, uma categoria que prestava vários tipos de serviços ao senhor de engenho. Entre esses serviços estavam: a proteção da propriedade e a transmissão de mensagens, entre outras que envolviam a liberdade de tempo e trânsito que um escravo negro não possuía. Esse grupo, embora livre, pouco se diferenciava em suas condições de vida dos escravos negros – dada a dependência em que se encontravam diante da estrutura vigente.



Jean-Baptiste Debret

Figura 4.2: Escravidão no Brasil Colônia (1768-1848).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:024debret.jpg>

Os engenhos açucareiros possuíam poucos trabalhadores assalariados. Dentre estes estavam o feitor e o mestre de açúcar. Havia, também, o capelão ou padre responsável pela manutenção da estrutura religiosa de então. Contudo, todas essas pessoas estavam sujeitas ao poder e à influência do grande proprietário da terra – que mandava e decidia sobre todas as questões.

Como vimos, existia nessa estrutura agrária uma série de gradações na população livre. Mas estas não chegavam a caracterizar situações radicalmente distintas, pois todo o conjunto vivia na dependência do senhor. Constituíam-se, então, aquilo que vários autores convencionaram denominar como “clientela”, cujas relações eram muitas vezes estreitadas pelos laços do compadrio. Assim sendo, nessa estrutura social, era reduzida a camada de proprietários. Estes eram sustentados por uma massa de trabalhadores formada por uma grande quantidade de escravos e de poucos assalariados.

A economia mineradora

As informações sobre os primeiros achados auríferos no Brasil espalharam-se, rapidamente, por toda a colônia. As descobertas movimentavam milhares de aventureiros oriundos de várias regiões do Brasil, que rumavam para o local apontado nutrindo o mesmo objetivo: elevar-se socialmente. Dentre os locais onde as minas apareciam, o mais abundante em quantidade de metal e de diamantes foi o atual estado de Minas Gerais. Aqui, a exploração do ouro e diamantes permitiu o surgimento de novos grupos sociais com funções bem distintas das que ocorriam no engenho açucareiro.

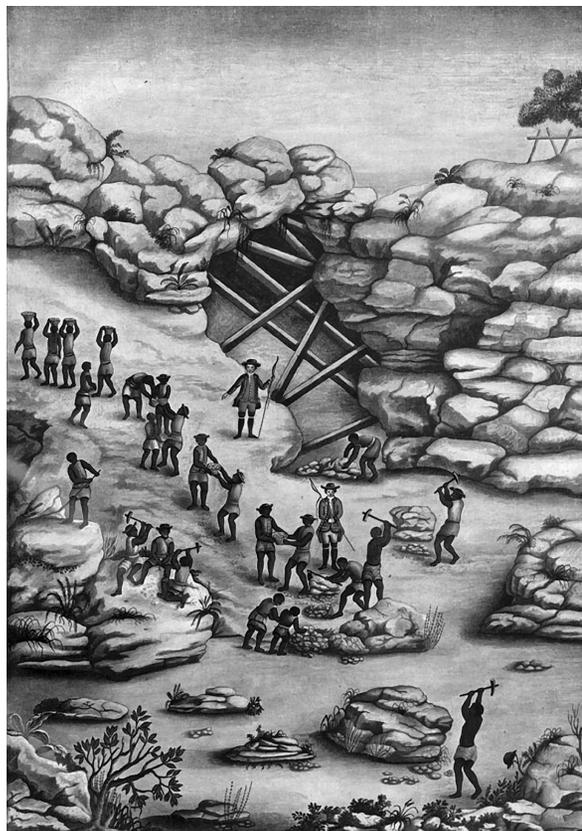


Figura 4.3: Mineração de diamantes, realizada por escravos, no Arraial do Tijuco (atual Diamantina/MG) (século XVIII).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Juliao06.JPG>

Entre a população branca emergiu uma elite afeita ao estudo e que enviava os filhos para as universidades europeias. Comerciantes, artesãos, advogados, médicos, burocratas e pertencentes ao clero formaram uma camada intermediária, cuja característica primordial residia no fato de ser eminentemente urbana – elemento que até então era insignificante naquela estrutura colonial.

Por sua vez, o grande número de pessoas que também chegava à região produtora de ouro e diamantes era formado por brancos pertencentes ao sexo masculino. Estes mantinham relações com escravas negras – fato que propiciou o aparecimento de um grande número de mulatos livres ou não. Este aspecto imprimiu característica peculiar à sociedade local e à vida urbana.

A sociedade que emergiu da extração do ouro e diamantes, em Minas Gerais, não teve como sua questão central a origem ou o nascimento e sim a capacidade de obtenção de riqueza, pois era essa que tornava as pessoas iguais ou diferentes. Nesta perspectiva, a cor tornava-se algo menor e era facilmente “esquecida” mediante os recursos materiais ou das relações de amizade travadas pela pessoa. Assim, a cor da pele era encarada, principalmente, pelas conveniências. Deste modo, em lugar dos preconceitos raciais existia, em especial, o preconceito social.

As relações econômicas resultantes da extração do ouro e do diamante favoreceram, pela primeira vez em nossa história, o estabelecimento de um grande número de mulatos em altos cargos da Administração Pública e, também, nas produções artesanais ligadas às diversas formas de arte. Contudo, enquanto os homens possuíam maiores condições de galgar posições de destaque a despeito da cor de sua pele, as mulheres negras escravas enfrentavam grandes obstáculos de inserção. Assim, era extremamente comum a prostituição nesta camada da população. A prostituição entre as mulheres negras favoreceu o alto grau de miscigenação e contribuiu para o aumento de nascimento de crianças indesejadas – que cresciam à margem da sociedade, valendo-se de subterfúgios para sobrevivência nas ruas.



Morio; modificado por Fulviusbas

Figura 4.4: Arquitetura colonial do Brasil (Ouro Preto, Minas Gerais)

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:OuroPretoView.jpg>

Os padrões de diferenciação que encontramos nas sociedades extratoras de ouro e diamante e açucareira são bastante visíveis. Entretanto, na sociedade baseada na economia aurífera, tal qual como na açucareira, o negro escravo é o elemento mais explorado. Para este continua os longos períodos de trabalho em condições desumanas, os castigos e as más condições de moradia e alimentação. A grande diferença para esta camada da população e que, ao mesmo tempo, era motivo de sonho para os mesmos, é que na sociedade extratora de ouro residia a possibilidade de juntar o ouro necessário para a compra da própria liberdade.

cravos; a classe intermediária formada por pequenos mineradores, comerciantes, tropeiros, soldados, profissionais liberais e padres; o topo da pirâmide composto por ricos mineradores e autoridades da Coroa portuguesa. Já a sociedade açucareira possuía somente duas classes: a do senhor de engenho e sua família e a classe dos dependentes, agregados e escravos.

A economia cafeeira

O período que se seguiu à proclamação da Independência foi caracterizado por uma grande instabilidade política, resultante de diversas lutas que assinalaram a organização, no Brasil, de um império, cujas instituições deveriam se compatibilizar com os princípios do liberalismo, em nome dos quais o país se separara de Portugal. Do ponto de vista econômico, a sociedade brasileira modificou-se apenas nos seus aspectos exteriores, pois, estruturalmente, ela continuou agrário-exportadora de base escravista. Isto significa que o país, assim como a colônia, deveria produzir, em grande escala, uma só mercadoria em função da demanda externa.



Figura 4.5: Fazenda (de café) Santa Genebra/Província de São Paulo (1880).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fazenda_Santa_Genebra_S%C3%A3o_Paulo_1880.jpg

O café havia sido introduzido no Brasil ainda no século XVIII. Com o tempo, porém, fez-se substituto das atividades coloniais e tornou-se o sustentáculo econômico do Império. A economia cafeeira manteve as características da economia colonial praticamente inalterada, com o café sendo produzido em larga escala para atender ao mercado externo. A sua cultura processava-se em propriedades latifundiárias que se utilizavam, exclusivamente, da mão de obra escrava.

O café provocou, contudo, uma grande mudança no panorama geral do Brasil: foi o responsável pela permanência, no Sul do país, do eixo econômico, fazendo com que o poder econômico e político se concentrassem em torno do Rio de Janeiro.

O traço mais nítido da persistência colonial após a Independência foi, justamente, o da organização do trabalho e da propriedade da terra. A terra continuou sendo privilégio daqueles que constituíam a classe dominante e se distribuía em extensos latifúndios monocultores. O trabalho, por sua vez, continuou sendo fornecido, quase que exclusivamente, pelo braço escravo.



Marc Ferréz

Figura 4.6: Café sendo embarcado no Porto de Santos/SP, em cerca de 1880 (1843-1923).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cafe_porto_Santos_1880.jpg

A sociedade brasileira na segunda metade do século XIX caracterizou-se pela polarização em dois grupos que eram, ao mesmo tempo, opostos e reciprocamente dependentes: senhores e escravos. Os primeiros, apesar da sua condição de “donos” dos escravos, dependiam do trabalho destes que, afinal, era o que dava valor às propriedades territoriais. Os escravos, por sua vez, apesar de serem os produtores da riqueza, não passavam de mercadorias. Podiam ser negociados e eram computados entre animais – na condição de “peças”. Eles, bem como os indígenas, não faziam parte do conjunto de cidadãos brasileiros e a Constituição nem sequer os mencionava. Em uma sociedade assim constituída, a estabilidade social assentava-se, necessariamente, no fato de que cada segmento reconhecesse e aceitasse o seu lugar e o papel a ele correspondente – sem contestações. Isto quer dizer que a estabilidade significava, na verdade, o respeito e a manutenção de uma ordem rigidamente estabelecida e que se apresentava como natural e inquestionável. Correspondia, ao mesmo tempo, às mais antigas tradições e às características da sociedade da época, que tinha como pilar uma organização econômica semelhante à dos períodos anteriores e que dividia a população, grosso modo, entre “os que tinham” e “os que não tinham”.

É evidente que a manutenção da ordem social, mesmo que esta se apresentasse como natural, implicava a existência de instrumentos de controle, dentre os quais se destacavam aqueles destinados a manter a própria escravidão, como os castigos, os feitores e os capitães de mato. Assim, acabou por se configurar, no Segundo Reinado, uma sociedade senhorial e patriarcal, em que as possibilidades de mobilidade social eram poucas e devidamente controladas pelo segmento dominante. A libertação de escravos, por exemplo, dependia, exclusivamente, do arbítrio dos senhores. Foi nesse quadro de rigidez social, de feições nitidamente aristocráticas, que se verificou a estabilidade social atribuída ao período. Esta estabilidade era, porém, uma capa sob a qual se abrigavam de questionamentos mais sérios as violentas contradições típicas de uma sociedade que se polarizava em

torno de dois elementos radicalmente opostos. Evidentemente, a sociedade brasileira possuía setores intermediários entre os seus polos opostos (senhores e escravos). Contudo, sua configuração mais geral reproduzia, de certo modo, a oposição básica. Assim, em quase todos os setores e atividades sociais, era possível verificar as contradições de uma sociedade que se pretendia civilizada e consoante com o progresso geral do século. Entretanto, mantiveram-se instituições e formas condenadas por esse mesmo progresso, dando-lhes, porém, novas reorganizações.

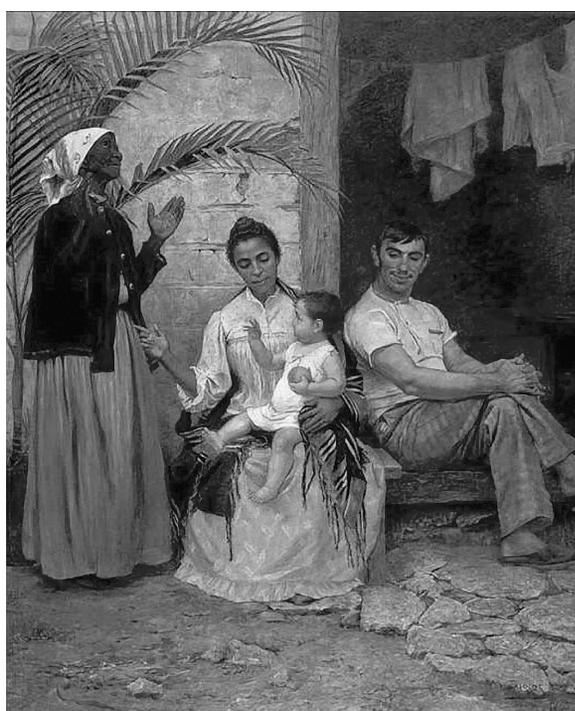


Figura 4.7: Família brasileira: avó negra, mãe mestiça, pai branco e filho branco (1852-1936).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg>

Devemos notar nas contradições pontuadas anteriormente que nas cidades, sobretudo na Corte, havia uma sociedade refinada, erudita, esclarecida que estudava na Europa, que consumia os produtos da moda nos países mais adiantados, que assistia a espetáculos teatrais em língua estrangeira e que lia e publicava jornais.

Essa sociedade empenhou-se na elaboração de legislação e instituições democráticas e liberais que, por sua vez, funcionavam de forma a impedir a participação do povo como um todo. Contudo, a principal distorção realizada em nome da estabilidade social, no Segundo Reinado, foi a forma pela qual se pretendeu superar as contradições: elaborando leis que as ignoravam oficialmente.

É preciso salientar que a estabilidade social da época era fortalecida também pela Igreja, que desempenhava papel homogeneizador no processo. Enquanto única religião e com *status* que lhe garantia uma posição oficial, promovia a ideia de harmonia social determinante para a manutenção da imagem ideal de um elo comum entre os brasileiros de todas as categorias sociais. Do ponto de vista social, a estabilidade, característica do Segundo Reinado, significava imobilismo e rigidez no controle das divergências e contradições sociais, o que fazia com que todos “soubessem o seu lugar” e, por isso, não perturbassem a ordem social estabelecida, trazendo à tona os problemas que esta escondia ou, mais propriamente, criava.

A imagem tradicional do Brasil Império, no que diz respeito ao seu relacionamento internacional, revela um país pacífico, porém, cioso da sua soberania. Pretende-se que o Brasil tenha mantido sempre uma conduta diplomática, baseada na cordialidade e na cooperação internacionais, somente entrando em litígios, diplomáticos ou armados, quando provocado e para resguardar a honra ou a integridade nacional. Paralelamente, o Brasil continuou voltado para a Europa, numa atitude de indiscutível dependência cultural, cuja manifestação mais evidente era a imitação dos padrões culturais das nações europeias, sobretudo da França e da Inglaterra. Esta imitação cultural, registrada de maneira bastante clara pela literatura da época, era, geralmente, apontada como avanço no sentido da civilização.

Os romances, as crônicas e o noticiário dos jornais da época assinalam a importância dos padrões europeus para os grupos sociais que possuíam recursos econômicos suficientes para

a reedição, nos trópicos, da cultura europeia: a matriz da civilização ocidental. A moda exigia o consumo de produtos franceses importados. Nas festas da Corte ou das capitais das províncias o bom-tom exigia que se falasse em francês. Os hábitos alimentares nas cidades incluíam produtos estrangeiros, tais como a manteiga, doces, biscoitos, além das tradicionais bebidas, os azeites e as frutas, vindos dos diferentes países europeus.

A cultura artística e científica era composta por publicações europeias e a transmissão dos conhecimentos era, em sua maioria, executada por europeus alçados à condição de professores e preceptores. O padrão cultural europeu era tão arraigado entre as elites que somente os espetáculos teatrais promovidos por companhias daquele continente faziam sucesso. Também o modelo político e econômico bem como o pensamento filosófico e as ideologias eram tomados de matrizes europeias. Para as elites, ir estudar na Europa era a grande aspiração intelectual e, para o país, ser reconhecido e aceito pelas nações europeias significava realizar o *status* de nação civilizada e moderna. Vale ressaltar que, em grande parte, o sentido da dependência cultural era de natureza econômica.

A modernidade era o grande argumento a favor da assimilação dos padrões e do consumo dos produtos europeus. Em nome da civilização, entregavam-se aos europeus os serviços urbanos e a construção de, praticamente, todos os melhoramentos das principais cidades. Pertenciam à Inglaterra as companhias de iluminação, de água e de transportes (principalmente as ferrovias) e os principais trabalhadores especializados (alfaiates, modistas, relojoeiros, ourives etc.), tanto no comércio quanto na atividade industrial, eram principalmente europeus.

A predominância europeia na vida social brasileira, notória nas cidades, estendia-se, com maior ou menor intensidade, por todo o Brasil. Era comum observar em fazendas muito afastadas dos espaços urbanizados traços que referenciavam a cultura europeia e que eram introduzidos naqueles espaços sociais como símbolos de *status*, poder e sintonia com o novo.



Figura 4.8: Avenida Rio Branco em 1909 (centro da cidade do Rio de Janeiro) (1843-1923).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:TeatroMunicipal-MFerrez1909.jpg>

A europeização da cultura brasileira, que contou, ainda no século XIX, com a contribuição da imigração, serviu de suporte para o tipo de relação que o Brasil manteve com as nações europeias. Desta forma, o então Império Brasileiro continuou reafirmando a relação colônia/metrópole dos tempos coloniais e, de acordo com esse panorama, a sociedade brasileira, especialmente as elites, não se relacionava com o interior do Brasil e, sequer, interessava-se pelo que era tipicamente nacional e muito menos com os seus problemas. A elite brasileira procurava, constantemente, estreitar os laços com a Europa. Desejava, então, poder acompanhar, mesmo com relativo atraso, suas conquistas e realizações civilizatórias, ou seja, almejava tornar-se igual ou parte daquela comunidade. A tentativa de acompanhar a Europa, considerada civilizada, sobretudo a Inglaterra, produzia uma subserviência cultural, cujas raízes podem ser encontradas ou explicadas pela dependência econômica. Em contrapartida, cumprindo seu papel social de grande líder econômica, política e social de um sistema econômico que favorece a desigualdade,

ou seja, o capitalismo, a Inglaterra, seguida por outras nações do referido continente, mantinha-se em posição orgulhosa, arrogante e prepotente.

A Inglaterra, potência hegemônica da época, além de impor seus produtos, dava-se ao direito de interferir nos negócios internos dos países sob sua influência. Ao Brasil, particularmente, ela impôs tratados e acordos econômicos que lhe eram altamente vantajosos. Exigiu leis que correspondiam aos seus interesses ou dos ingleses no Brasil. Exigiu também do governo brasileiro o cumprimento de disposições de caráter internacional aprovadas, unilateralmente, pelo seu próprio Parlamento. Os súditos e os diplomatas ingleses, estabelecidos no Brasil, exigiam tratamento privilegiado. Enfim, a Europa, matriz civilizadora, mantinha-se na condição de metrópole, a cujos ditames submetia diversas sociedades ainda situadas na posição de colônias (mesmo que efetivamente não o fossem, o padrão cultural permanecia). Neste processo, a sociedade brasileira esperava com esse comportamento ser incluída no rol dos beneficiados pelos avanços da civilização.

As transformações que se tornaram evidentes, nas últimas décadas do século XIX e que revelavam a mudança na própria organização da sociedade brasileira, tiveram seu marco inicial no ano de 1850, com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que proibia, definitivamente, o tráfico negreiro para o Brasil. Essa transformação afetou profundamente a vida econômica brasileira e as consequências da extinção do tráfico de escravos foram sentidas, sobretudo, na organização do trabalho, pois era imprescindível a substituição do escravo pelo trabalhador assalariado. Nessa perspectiva, a abolição do tráfico negreiro foi o centro de um conjunto de transformações que modificou a organização socioeconômica do Brasil.

Entre os resultados da Abolição, o ponto mais marcante para a reflexão acerca da construção social brasileira está relacionada à inserção do negro na estrutura social brasileira. Uma vez que, no caso brasileiro, a Abolição não representou a integração social dos ex-escravos. Isto se deveu ao fato de que a

necessária reforma agrária para assegurar o trabalho e a subsistência para os libertos, além de uma ampla reestruturação da Educação, visando não só à educação desses para uma vida em liberdade como também para modificar a mentalidade da sociedade brasileira, marcada pela escravidão, não ocorreram.

O advento da República

A instalação do Regime Republicano, no Brasil, ligou-se a um conjunto de mudanças – que teve no ano de 1870 um marco fundamental, por ser o ano em que ficou evidenciado o início do declínio da Monarquia e o retorno dos ideais republicanas propagados pelo Partido Republicano. Essas ocorrências caminham no bojo das transformações sociais, sustentadas estas com ideias e situações concretas que apontavam a República como a solução para o problema do país. Entretanto, a proclamação da República não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro, pois o poder político continuou sendo exercido por componentes ou representantes da elite agrária, isto é, os proprietários de terras e fornecedores de produtos tropicais para o mercado externo. De igual modo, a Abolição da Escravidão não alterou as relações de produção, pois estas continuaram a se basear na total exploração dos trabalhadores.

As instituições republicanas deveriam expressar as transformações de caráter socioeconômico que, tendo agitado a sociedade brasileira no final do Império, provocaram a mudança política. Contudo, do ponto de vista das características políticas básicas, a República não avançou em nada comparada ao regime anterior. Manteve-se no novo regime o predomínio das oligarquias compostas pelos grandes proprietários de terra. Assim, as transformações foram apenas formais e ligadas a mudanças de atividades. Os proprietários de terra passaram a ser chamados de coronéis e ocuparam o lugar dos antigos “barões do império” – proprietários de terras e escravos.



Coronel diz respeito ao título originado da referida patente da guarda nacional, no período do Império, que era reservado aos grandes poderosos locais. Na República, essa denominação passou a ser dada espontaneamente, pela população, aos ricos e pertencentes à classe dominante.

Assim como no Império, a base local e eleitoral do poder oligárquico era constituída pelos coronéis. A grande modificação política realizada tinha sido na esfera da substituição do critério censitário – anteriormente baseado na renda. Com o novo regime foi estendido o direito de voto a todos os brasileiros homens, natos ou naturalizados, que fossem alfabetizados. Com este mecanismo, acreditava-se que ocorreria a livre expressão de escolha por parte do eleitorado. Contudo, a ampliação do direito ao voto a todo cidadão alfabetizado só favoreceu o aumento do número de eleitores. Estes continuaram a reproduzir a obediência aos “mandões” locais.

A ocorrência dessa situação deveu-se à inalterada estrutura econômica, bem como pelo fato de o controle das instituições e o processo político manterem-se “nas mãos” de grupos que controlavam grandes massas rurais e urbanas dependentes daqueles economicamente. Os coronéis, mediante o sistema do **coronelismo**, detinham o poder e o controle sobre: as terras que eram cultivadas; os empregos públicos ou privados; a proteção que cada indivíduo recebia; a obtenção de favores oriundos das mais diversas esferas; a prestação de ajuda e socorro perante as diversas situações. Já a população adulta, masculina e alfabetizada, recém-detentora do direito ao voto, via este como uma moeda de troca diante de tanto controle exercido sobre si.

Coronelismo

Sistema de troca eleitoral. O voto torna-se moeda de troca diante da escassez de possibilidades sociais, econômicas e políticas. Neste sistema, é comum trocar favores econômicos e proteção pelo voto em determinado coronel ou representante deste – ao qual o grupo social dominado esteja vinculado. Vale ressaltar que a escassez aqui referida é promovida e mantida pelo próprio sistema através do grupo dominante, que bloqueia o livre trânsito dos bens e o acesso aos mesmos.

O coronelismo, enquanto produto da configuração histórico-social brasileira teve em seu caráter político a força e a violência como os pilares do sistema. Os coronéis dispunham de uma força policial particular denominada jagunços. Estes eram encarregados de obrigar os eleitores, que discordassem da vontade política do coronel, a atender ao desejo deste. Como cada coronel dispunha, de acordo com seu poderio e prestígio, de grande número de jagunços, ficava fácil “convencer” o eleitor a votar no coronel ou em alguém por ele indicado.

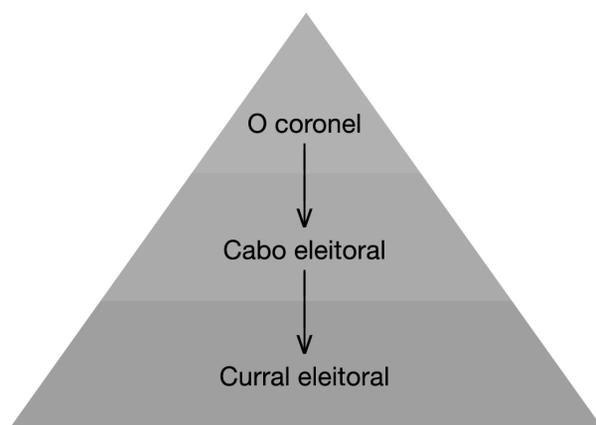


Figura 4.9: Estrutura coronelística.

O coronelismo foi construído em bases familiar e rural, sendo o coronel o ator social que desempenhava o papel do grande fazendeiro e chefe patriarcal de uma grande família. Desta forma, ele reunia a autoridade de pai, de patrão e de chefe político. A família assumia, no sistema em questão, lugar central. Mediante esta, as alianças firmadas pelas vias do casamento e do compadrio contribuíam para a manutenção do sistema coronelístico.

Na medida em que os casamentos e os batismos geravam a expansão da família do coronel, estendia-se o poder do chefe (coronel) e a própria extensão de terras da propriedade rural. Os casamentos, em especial, favoreciam a ampliação das atividades econômicas na medida em que o comércio e os empregos públicos eram exercidos por pertencentes aos grupos familiares

Resposta comentada

O coronelismo foi um sistema de poder político típico da época denominada República Velha (1889-1930). A característica principal do referido sistema concentra-se no fato de que um grande poder está localizado nas mãos de um ator social que detém enorme poder local. Normalmente ocupavam as posições de latifundiário, grande proprietário, fazendeiro ou senhor de engenho. A origem do coronelismo é institucional e seu surgimento deveu-se à necessidade de ampliação da Guarda Nacional, criada em 1831, devido à deposição de dom Pedro I. Inicialmente, tinha caráter de milícia civil e representava o poder armado dos proprietários que passaram a patrulhar as ruas e estradas em substituição às forças tradicionais de apoio a d. Pedro I – devido à insegurança do período em questão. Para fortalecer a Segurança Nacional, o governo da Regência optou pela venda de postos militares com o intuito de que aqueles que as comprassem responsabilizassem-se pela segurança e proteção de uma determinada extensão de terra brasileira, especialmente aquela que já pertencesse a quem viesse a adquirir o título. Como os mesmos não eram baratos e exigiam que o detentor tivesse sob sua tutela determinado número de pessoas, que viriam efetivamente a executar o serviço de segurança e proteção, fica evidente que somente os proprietários e parentes conseguiam adquirir os títulos de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel da Guarda Nacional. Da transformação dos grandes proprietários de terras em militares configurou-se, no Brasil da época, uma clara distinção social em que os representantes dos dominantes eram identificados pelas patentes militares de coronéis, majores, capitães etc. e os tutelados por aqueles identificados como "gente" ou "cria" do coronel. Dessa forma, no imaginário social, o coronel é visto como um homem poderoso e detentor de um grupo de pessoas que lhes são dependentes. O poderio alcançado pelos "coronéis" atingiu grandes proporções e o sistema político eleitoral esteve durante muito tempo nas mãos desse grupo, que através do denominado "voto de cabresto" promoveu a eleição de muitos candidatos dos coronéis ou deles próprios.

Aspectos históricos marcantes da configuração cultural brasileira

Pelo exposto no item anterior, podemos perceber que o trabalho escravo, a relação metrópole/colônia, a inserção no sistema capitalista como país dependente, o grande latifúndio, possibilidade de ascensão social de escravos mediante a compra de alforria nas regiões mineradoras, abolição da escravatura sem a devida inserção dos ex-escravos na sociedade, a passagem do trabalho escravo para o livre priorizando mão de obra estrangeira e a sedimentação da estrutura coronelística na República são elementos que estruturaram a configuração cultural brasileira, deixando-nos um legado cultural que está profundamente arraigado em nosso sistema de crenças e valores. Veremos nos trechos que se seguem a relação entre os aspectos pontuados e a cultura brasileira.

Por mais de três séculos o panorama social e econômico brasileiro não sofreu mudanças significativas. Neste sentido, nem mesmo a Independência e a mudança de regime político alteraram o panorama social brasileiro que se manteve assentado no continuísmo de práticas econômicas e políticas que deixavam claro a distinção entre o Brasil real e o Brasil ideal. As desigualdades sociais firmadas e reafirmadas durante todo esse processo histórico foi acentuada pelo não enfrentamento e, principalmente, pelo desejo de reprodução de um modelo de sociedade que não coincidia com a nossa configuração histórico-social.

O abismo social criado entre o Brasil real e o Brasil ideal decorreu, principalmente, do comportamento intelectual das elites dirigentes que privilegiavam, apenas, o que lhes parecia assemelhar com padrões de sociedades entendidas como “civilizadas”. Paralelamente, os legisladores criavam instituições que atendiam, exclusivamente, aos interesses dos grupos dominantes. Os principais autores de obras literárias, encarregados socialmente de fazerem circular ideias, em suas obras focalizavam inicialmente uma sociedade de brancos e posteriormente, nos

períodos literários conhecidos como naturalismo e realismo, limitavam-se em reproduzir em “tom natural” a realidade social brasileira. Desta forma, esses autores “revelavam” os problemas de nossa sociedade, mas os leitores não viam a contestação do sistema e sim a “naturalidade” do mesmo.

Herança cultural

Impactos culturais do trabalho escravo na sociedade brasileira

Em uma base estrutural como a apresentada, o pensamento relacionado à valorização do trabalho não poderia surgir e se desenvolver, pois o próprio regime escravista estava apoiado em uma ideia deformada do que é trabalho. Em regimes escravocratas, a concepção de trabalho está associada a algo que é inferior e, conseqüentemente, realizado por aqueles que não possuem nenhuma representação social, isto é, que são considerados “ninguém”. Essa desvalorização do trabalho contribuiu para que os ex-escravos não fossem aproveitados no regime de trabalho livre, pois, para os escravos, trabalho e escravidão possuíam o mesmo significado, sendo a liberdade entendida como “não trabalhar para os outros”.

Naquele contexto histórico, fazendeiros e intelectuais brasileiros entenderam essa concepção de liberdade como um “problema moral” relacionado à “raça” negra. Essa interpretação colocou os negros como “vadios e preguiçosos” e, por esse motivo, não poderiam ser integrados à sociedade brasileira. O negro brasileiro foi liberado do cativeiro, mas das interpretações acerca de uma “natureza negra” – ele não escapou e resultou, daí, o preconceito racial e a inferiorização social a que o negro está submetido até os dias de hoje.

O homem pobre, livre do regime escravocrata, também recebeu as mesmas críticas atribuídas aos ex-escravos. Contudo, aqueles preferiram manter suas “roças” de subsistência, mesmo dependendo do favor dos latifundiários. Já os imigrantes europeus, que não conheceram o período de escravidão brasileiro,

assumiram a ideia de valorização do trabalho ao se adequarem ao regime de trabalho proposto pelos interesses dos fazendeiros. Deste modo, contribuíram de forma decisiva para o fortalecimento da ideia de que os negros e mestiços são “vadios e preguiçosos”.

Outro ponto cultural relacionado à escravidão é o “paternalismo”, aspecto que impregnou profundamente a nossa cultura, estando presente em nossa vida pública e íntima. O “paternalismo” entrou para a nossa cultura como um “adoçante” nas relações senhor e escravo durante o processo de manutenção da escravidão e permanece entre nós caracterizando nossa cultura como traço identitário, pois nem todos os países escravocratas resultaram em sociedades paternalistas. No caso brasileiro, o paternalismo representou um benefício para o negro enquanto escravo e um malefício para o país quando pretendeu constituir-se uma comunidade de homens livres.

Impactos culturais do “coronelismo” na sociedade brasileira

Como vimos, o modo de produção capitalista conduzia as relações econômicas entre o Brasil e os países da Europa. As relações sociais inerentes ao processo econômico vigente produziram uma formação cultural com características bem particulares da sociedade brasileira. O contexto histórico do Brasil Colonial contribui para a explicação acerca da dominação pessoal, o coronelismo e o domínio oligárquico.

Muitos estudiosos da cultura brasileira, como Roberto Matta, por exemplo, chamaram a atenção para o fato de o Brasil ser um país de “mandões”, cuja expressão característica desse traço cultural pode ser percebida através da frase “sabe com quem está falando”, além de tantas outras que marcam profundamente o *mandonismo* comum à cultura nacional. O *mandonismo* está presente nas relações entre governantes e governados, no mundo do trabalho, da escola, na família e também nas relações afetivas. É algo muito arraigado na sociedade brasileira e se manifesta em diferentes situações da vida social.

Assim, quando analisamos a fazenda, enquanto unidade de produção de mercadorias e organizadora da vida social brasileira, encontramos o fazendeiro comandando escravos, parentes, agregados e afilhados e nada limitando seu poder sobre tudo e todos. Na relação senhor e escravo, era comum a ocorrência de violência, pois os escravos não estavam com a posse de sua condição de “pessoa”. Já com os demais pertencentes à rede de relações do fazendeiro, as formas de dominação eram mais complexas e menos visíveis.

A forma como ocorreu a colonização no Brasil determinou o surgimento de dois setores econômicos distintos, mas que coexistiam no interior da grande fazenda: a produção, com base no trabalho escravo, de mercadorias para a exportação e um setor de subsistência, que produzia alimentos, com base no trabalho familiar de agregados, posseiros e sitiantes. A coexistência desses dois mundos fez com que as relações entre dominantes e dominados fossem orientadas por dois princípios opostos. Por um lado, os fazendeiros (dominantes) agiam de forma a preservar seus privilégios, isto é, seus interesses econômicos. Por outro, os homens pobres livres (dominados) agiam de acordo com as associações morais estabelecidas. Estas associações morais podem ser entendidas como os compromissos de natureza pessoal que prendiam e sujeitavam o agregado ao fazendeiro, tendo por base valores morais compartilhados por ambos, tais como a lealdade e a fidelidade, exigindo de ambas as partes uma contínua prestação de favores, assim como uma permanente retribuição de favores recebidos. A prática do favor era a articuladora das relações entre senhores e homens pobres livres.

O agregado mantinha a sua “roça” nas terras do senhor e dependia do favor desse último para conservá-la. Para o dominado, sua própria sobrevivência era um presente do poderoso fazendeiro que deveria ser recebida com gratidão. A expressão “favor com favor se paga” reflete bem a norma social da época, pois o agregado estava obrigado a retribuir o “favor” de utilizar a terra de várias maneiras, tais como: prestando trabalho gratui-

to ao fazendeiro; defendendo e protegendo a extensão de terra pertencente ao senhor; sendo o agente de vinganças cometidas contra a “honra” do dono da terra e em disputas pelo controle do poder local. Durante a República, a obrigação fundamental do agregado passou a ser o voto em candidatos apoiados pelo fazendeiro.

A retribuição do favor por parte dos agregados não se limitava a algo específico e podia envolver qualquer coisa que pressupusesse e atestasse a lealdade total. A sujeição dos homens pobres livres evidencia, além do interesse e da necessidade de sobrevivência destes homens, o fato de o favor assegurar as duas partes, em especial a mais fraca, que nenhuma é escrava, pois o mais miserável dos favorecidos reconhecia no favor recebido a liberdade de sua pessoa mediante a prestação e a contraprestação. Os favores trocados colocavam as duas partes envolvidas como pessoas, reafirmando que nenhuma das duas era escrava. Contudo é importante registrar que a autoridade do fazendeiro não se mantinha apenas por sua posição social ou pelo uso da violência, pois o dominado reconhecia essa autoridade como legítima.

Impactos culturais da possibilidade de ascensão social de escravos

A questão racial no Brasil é algo extremamente peculiar, pois aqui a convenção social criou mecanismos de não enfrentamento dos dilemas causados pela ascensão social de elementos pertencentes à classe escrava. Como vimos, o período da mineração favoreceu a ascensão de uma classe de “mestiços”. Estes foram incorporados à classe dominante devido ao poder econômico que passaram a desfrutar. Assim, a elite brasileira tinha entre seus membros negros e “mulatos”. Contudo, o papel social reservado a estes era o de um branco. Nesse panorama, “mulatos” e negros eram socialmente aceitos, mas a negritude da pele era algo que jamais era abordado. O protocolo social “pregava” que fossem evitadas situações em que o tema fosse tratado, pois poderiam embaraçar ou envergonhar os negros. Assim, os ne-

gros que ascendiam socialmente eram tratados como se fossem brancos, como uma grande “farsa social”.



Sobre o tema “mulatos”, Machado de Assis é um excelente exemplo. “Mulato” oriundo de origem modesta, ele ascendeu à classe dominante. Entretanto, sua vida pessoal era marcada pelos dilemas de sua condição. Visitava sua família em horas em que não poderia ser visto. Casou-se com uma mulher branca e manteve uma atitude discreta e reservada diante da Abolição. Machado jamais enfrentou a questão racial. Pelo contrário, fez o que muitos outros negros de sua geração, que ascenderam a posições importantes fizeram, isto é, viveram a ambiguidade de sua situação e cumpriram, conscientemente, o papel que lhes eram atribuídos na comunidade de brancos da qual eles tinham se tornado membros.

A etiqueta social, manifestada pela tentativa de igualdade dos membros da elite brasileira em suas relações com os negros socialmente bem posicionados, não conseguiram apagar, definitivamente, a existência do preconceito e discriminação racial na sociedade brasileira. Os cuidados e as discrições da elite para com os negros pertencentes à elite produziram ilusão e ambiguidade nas relações raciais brasileiras. Tornaram então possível a propagação de ideias a respeito de uma democracia racial, segundo a qual no Brasil não haveria preconceito de raça e sim de cor e de classe.

A propagação dessa ideia favoreceu o pensamento de que o Brasil poderia ser injusto, mas só socialmente, pois estaria livre do preconceito de raça. A força ideológica dessa ideia é uma das mais importantes para a manutenção do sentimento de busca de igualdade pelo reconhecimento – mesmo que irreal e na prática hipócrita – de uma aceitação de que todos os brasileiros, independentemente de suas origens raciais ou matizes de coloração de pele ou cabelo, são integrados e respeitados em um meio de oportunidades iguais.

Nesse contexto, dados estatísticos atuais que comparam a participação social e econômica de negros, mulatos e mame-lucos quando comparados com brancos, revelam uma realidade social cruel e que, atualmente, favorecem a elaboração de políticas públicas de compensação, tais como a reserva de vagas em universidades ou no serviço público para negros, mulatos e pardos. Embora seja uma clara imitação do sistema americano de “cotas raciais”, entende-se que o sistema poderá contribuir para a diminuição da desigualdade.

Impactos culturais da inserção brasileira no sistema capitalista como país dependente

As elites brasileiras sempre estiveram voltadas para o que é de fora. Inicialmente, a Europa era o centro das atenções e o traço mais evidente da relação de dependência estabelecida com aquele continente era a imitação dos padrões culturais franceses e ingleses. A imitação cultural manifestava-se, sobretudo, no consumo de vestimentas, alimentos, obras literárias, utilização do idioma francês e inglês, além da adesão ao pensamento filosófico e às ideologias europeias. Todo esse movimento era percebido pelas elites como modernidade e processo civilizatório, sendo em nome dessa civilização que se entregavam aos europeus os serviços urbanos e de construções. A predominância dos padrões europeus na vida social brasileira, notória nas cidades, estendia-se por todo o Brasil, variando, é claro, de intensidade.

Nessa perspectiva, a sociedade brasileira desvalorizava o interior do Brasil e tudo aquilo que de alguma forma fosse percebido como genuinamente brasileiro. A subserviência cultural brasileira esteve fortemente ligada à dependência econômica e às nações europeias. As mais importantes sociedades europeias de então, como a francesa e a inglesa, visando à manutenção de seu *status*, respondiam com arrogância a busca das elites brasileiras em acompanhar, mesmo que com atraso, as conquistas e realizações europeias. A imitação da cultura europeia era tão forte e arraigada que os súditos e diplomatas ingleses, por exemplo,

estabelecidos no Brasil, exigiam e possuíam tratamento diferenciado através da concessão de privilégios.

Atualmente, percebemos em nossos padrões culturais a ideia de que pessoas e coisas pertencentes a outras nacionalidades, especialmente europeus e norte-americanos, são superiores aos brasileiros e aos produtos nacionais. A forte desvalorização das coisas e do povo brasileiro está intimamente ligada a essa questão histórica que se transformou em um traço cultural gerador do sentimento de inferioridade perante os outros povos. Como todo processo cultural, as mudanças ocorrem. Assim, é perfeitamente possível que um quadro de “vitórias” econômicas e políticas contribuam para a redução e mesmo extinção da ideia de atraso, dependência e desvalorização social que cultivamos durante toda a nossa trajetória.

Impactos culturais do grande latifúndio

A terra é o meio de produção fundamental na economia rural. A concentração da propriedade da terra é um dos traços marcantes da economia rural brasileira, cujas origens remotas encontram-se no modelo aplicado à América colonizada pelos portugueses. A manutenção histórica desse padrão concentrador pode ser verificada na atual estrutura fundiária do país.

Desde 1822, a terra era livre, ou seja, quem quisesse podia ocupá-la e cultivá-la. Nesse panorama, quando se discutiu a abolição da escravatura, a elite brasileira colocou a questão acerca de quem iria trabalhar as suas terras em caso de libertação dos escravos, tendo em vista que esses iriam se transformar em camponeses. Diante da possibilidade de os ex-escravos virarem pequenos proprietários, a elite criou, em 1850, a Lei de Terras que previa o acesso à terra somente pela compra e venda. Quando os escravos foram libertos, a terra já lhes era inviolável e os pobres não mais podiam ter acesso legal a seu quinhão. A Lei de Terras serviu como arcabouço econômico e jurídico para a promoção da imigração europeia. Por meio da referida Lei, o Império definiu uma opção histórica pelo latifúndio que se desdobraria, ao

longo do século XX, em políticas destinadas a promover a agropecuária patronal.

A opção histórica pela grande propriedade e pela agropecuária patronal gerou o longo ciclo de êxodo rural, contribuiu para a concentração da renda, bem como a desastrosa dimensão da pobreza urbana e rural no país. A crise agrária transformou-se em impasse político e vai além de apenas um problema do campo. Em termos culturais, o êxodo rural e a consequente inserção desses retirantes nos espaços urbanos, das regiões Sudeste e Sul, têm sido marginal. Deste modo, impossibilitados de adquirir moradia no mercado imobiliário formal, os retirantes integram-se ao espaço urbano por meio de um mercado clandestino de terras e casas, que envolve loteamentos ilegais na periferia, cortiços e favelas. Forma-se, assim, uma sociedade clandestina, produzida à margem da legislação urbana, desenvolvendo-se em torno e no interior da cidade legal. Ao serem inseridos dessa forma nas sociedades urbanas, os grupos de retirantes passam a carregar uma série de preconceitos que reafirmam os padrões culturais das elites – que sempre desprezaram o interior e sua população.



Atividade

Atende ao objetivo 2

Discorra relacionando os seguintes traços culturais: família patriarcal, escravidão e latifúndio.

terra brasileiros. Os escravos conferiam lucro antes de começar a trabalhar nas fazendas brasileiras e continuavam a dar lucro, pois não recebiam salários. Como já foi afirmado anteriormente, a lógica que regia o Brasil Colônia era “produzir muito e a baixo custo”. Isto foi alcançado através da utilização de mão de obra escrava e, também, do resultado de como a terra foi ocupada, isto é, o latifúndio. A escravidão e o latifúndio são os elementos essenciais que caracterizam e particularizam a sociedade brasileira colonial, sendo aspectos que contribuíram para a elaboração dos padrões culturais brasileiros. A plantação de gêneros, que se transformavam em mercadorias na metrópole, e o cultivo desses gêneros em longas extensões de terra, por mão de obra escrava, durante longo período de tempo faziam das fazendas uma unidade básica de articulação da vida social da época. Dessa estrutura social, temos posições bem definidas: a dominante, representada pelos senhores de terras, e dominados, representados pelos escravos.

A questão da identidade

No âmbito das Ciências Sociais, o conceito de identidade cultural se caracteriza por sua polissemia e fluidez. A questão da identidade cultural remete, em um primeiro momento, à questão mais abrangente da identidade social, da qual ela é um dos componentes. Para a Psicologia Social, a identidade é um instrumento que permite pensar a articulação do psicológico e do social em um indivíduo. Ela exprime a resultante das diversas interações entre o indivíduo e seu ambiente social; próximo ou distante. A identidade social de um indivíduo caracteriza-se pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe de idade, vinculação a uma classe social, vinculação a uma classe sexual, a uma nação etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente.

A identidade social não diz respeito somente aos indivíduos. Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclu-

são, pois identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/ eles, baseada na diferença cultural. Assim, pode-se pensar que enquanto a identidade social atrela-se ao indivíduo, a identidade cultural relaciona-se com o grupo ao qual ele está inserido.

A identidade cultural é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato. Para definir a identidade de um grupo é importante, além de inventariar seus traços culturais distintivos, localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Uma cultura não produz por si só uma identidade diferenciada, pois esta resulta, unicamente, das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações.

As identidades são construídas e reconstruídas constantemente no interior das trocas sociais, pois não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. As identidades existem sempre em relação a uma outra. Deste modo, identidade e alteridade são ligadas e estão em relação dialética.

Em vista disso, o que separa dois ou mais grupos etnoculturais não é a princípio a diferença cultural, pois uma coletividade pode perfeitamente funcionar admitindo em seu meio certa pluralidade cultural. O que cria a separação, formando “fronteiras”, é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica. Por traços culturais, podemos entender aqui tudo o que vimos estudando nesta Aula sobre a trajetória histórico-cultural brasileira. Dessa forma, a vontade que imprimimos para nos diferenciar ou particularizar perante os outros são sempre sustentadas pelos traços que nos singularizam.

Nessa dinâmica, as experiências vivenciadas pelo grupo social, que está assentado sob o solo denominado e reconhecido como brasileiro, revelam determinadas particularidades, tais como: fomos “descobertos” pelos portugueses e não por franceses; estivemos inseridos em determinado contexto econômico, ocupando determinada posição; a geografia do país está estruturada de determinada forma, resultando em clima, vegetação etc. típicos. Enfim, por termos esse contexto histórico-social sabemos que somos brasileiros e não argentinos, por exemplo. Através do somatório dos traços histórico-sociais temos uma sequência que nos permite percebermo-nos como brasileiros em oposição ao que seria argentino, norte-americano ou japonês. As ausências e negativas nos processos de elaborações culturais são os elementos que marcam a construção de uma identidade social.

Conclusão

A trajetória histórica da sociedade brasileira está intimamente relacionada ao processo de construção de nossa identidade cultural. Conhecemo-nos e somos reconhecidos por uma série de particularidades que nos definem como tal e que, conforme afirmou Roberto DaMatta, faz do Brasil, Brasil. O racismo, o “mandonismo” e a personalidade com que travamos nossas relações sociais possuem suas origens e foram fortalecidos de acordo com processos de escolhas que estão presentes em nossa História. Longe de observarmos nossa trajetória através das lentes de um possível “determinismo histórico”, a opção pela análise da cultura brasileira, via reconstrução histórica, implica demonstrar que as escolhas protagonizadas pelos atores sociais obedecem a um processo maior que é resultante de uma gama de elementos que estão presentes no momento em que esses atores estão operando suas ações. Do conjunto de valores em jogo no processo decisório, há a inclusão e exclusão de traços culturais que marcam a identidade e definem a cultura de cada grupo social.

Resumo

No contexto histórico do colonialismo, a classe de comerciantes europeus utilizava como forma de acúmulo de capital o controle do comércio mantido com as colônias. O comércio dos produtos coloniais somado ao controle exercido pela metrópole sobre o comércio de escravos, destinados às colônias, transformava ambas as atividades em negócio extremamente lucrativo para a burguesia mercantil europeia. O senhor de terras e os escravos eram os principais atores sociais da relação econômica existente no Brasil colonial. Contudo, não eram os únicos que constituíam a sociedade de então. A organização da agricultura comercial permitiu o surgimento de um grupo de homens livres pobres – formado por caboclos e mestiços. Podemos entender que esses homens eram “livres” porque não estavam encaixados de forma definitiva no sistema, pois não estavam situados na categoria de escravos e também não tinham acesso à propriedade da terra. A cultura resultante desse sistema está entre nós até os dias atuais, sendo as questões do racismo, do latifúndio, do poderio econômico e de uma acentuada hierarquização social padrões culturais cujas raízes se encontram naquela estrutura social e que, nos dias de hoje, favorecem a percepção de nossa identidade cultural.

Informações sobre a próxima aula

Após analisarmos o processo histórico que culminou na elaboração de nossa identidade cultural, veremos na próxima aula o pensamento dos intelectuais brasileiros acerca da diversidade cultural resultante do processo estudado nesta aula.

5

E os intelectuais? Teorias sobre a cultura brasileira

*Fernanda da Silva Figueira Rodrigues
Ingrid Almeida de Barros Pena
Maria Amália Silva Alves de Oliveira*

Meta da aula

Apresentar alguns dos principais autores e suas teorias, que contribuíram para a formação do pensamento social brasileiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar as principais contribuições de Nina Rodrigues;
- 2 identificar as principais contribuições de Euclides da Cunha;
- 3 identificar as principais contribuições de Luís da Câmara Cascudo;
- 4 identificar as principais contribuições de Gilberto Freyre;
- 5 identificar as principais contribuições de Sérgio Buarque de Holanda;
- 6 identificar as principais contribuições de Caio Prado Jr.

Introdução

Vamos conhecer alguns autores importantes que contribuíram para a compreensão da cultura brasileira?

Atualmente, com o crescente interesse no debate político nacional, a formação do pensamento social brasileiro e de seus intérpretes vem ganhando atenção crescente não somente nos círculos acadêmicos, mas também entre o público em geral. Na nossa última aula, aprendemos sobre a singularidade da formação histórica e social da cultura brasileira. Esta construção é resultado da acumulação de pensamentos e teses formulados por importantes pesquisadores e estudiosos ao longo dos anos. Agora, nesta aula, vamos conhecer alguns desses autores, suas teorias, obras – muitas delas consideradas clássicas, isto é, atravessam gerações sem perder seu valor – e em que conjuntura estas foram produzidas, o que contextualiza a formulação de cada pensamento. Conhecer alguns desses autores contribui na medida em que permite perceber nossa realidade, e como esta tem sido interpretada e representada. Vamos a eles então!

Nina Rodrigues

Raimundo Nina Rodrigues nasceu em Vargem Grande, no Maranhão, em 1862. Foi um médico e antropólogo, fundador da antropologia criminal brasileira e é frequentemente destacado como o primeiro antropólogo brasileiro a fazer um levantamento dos povos africanos residentes no país. As teses deste autor, que foi professor na Escola de Medicina da Bahia, foram consideradas radicais até mesmo para a sua época por seu posicionamento extremado e pessimista.

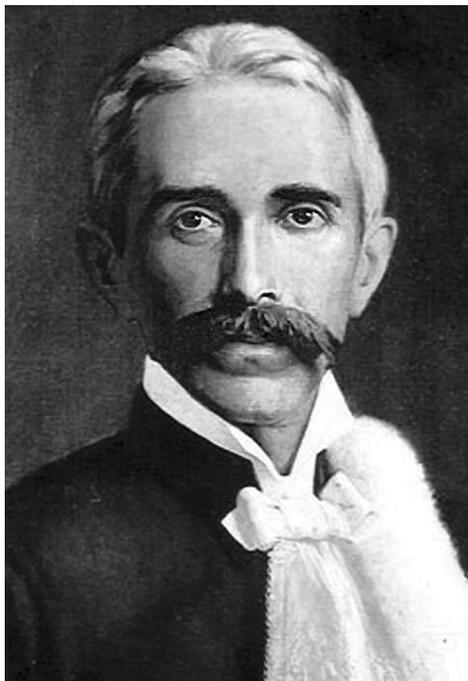


Figura 5.1: O médico e antropólogo Nina Rodrigues.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1c/Nina_02.jpg

O contexto histórico em que Nina Rodrigues viveu e realizou suas pesquisas era fortemente marcado pelo determinismo, em seus mais variados sentidos: raciais, biológicos e sociais. Isto é, eram atribuídas as capacidades físicas e psicológicas do ser humano à sua etnia e ao meio em que viviam. Este era também um momento em que se questionava sobre que lugar ocuparia a população negra recém-saída da escravidão e sujeita ao arbítrio da República e como se daria sua igualdade cidadã.

Em suas teses, Nina opõe-se ao evolucionismo social de que a “perfectibilidade” era possível para todos os grupos humanos, ou seja, não considerava que todos éramos iguais. Com isso, procurou provar em suas teses, pautadas por vários estudos de casos, a degenerescência e as tendências ao crime dos negros e mestiços. Conferiu às raças o estatuto de realidades imutáveis e defendeu que toda mistura de espécies era sinônimo de degeneração.

Fez uso da ideia da relatividade do crime, e a associou à questão da imputabilidade: de certas raças se esperava responsabilidade; de outras, não se podia cobrar o que não possuíam. O pressuposto era o da “desigualdade” e, portanto, da necessidade de criação de códigos penais distintos que permitissem estabelecer responsabilidades compatíveis.

Através da competência médica, Nina queria mostrar “como nossos legisladores em matéria de conhecimento biológico não iriam muito além do ensino religioso”, de onde teriam retirado o princípio da igualdade. Para ele, só os médicos deveriam estar autorizados a lidar e avaliar “a responsabilidade dessas raças incorporadas à sociedade”

Seus livros e estudos sobre criminalidade se concentram no final do século XIX e início do XX. “As raças humanas e a responsabilidade penal do Brasil” (1894), “Negros criminosos” (1895), “O regicida Marcelino Bispo” (1899), “Mestiçagem, degenerescência e crime” (1899), entre outros ensaios, representam a carreira deste médico que vê na criminalidade mestiça uma particularidade nacional.

Nina afirma que as raças puras estariam ameaçadas de desaparecimento, por oposição ao “mestiçamento” gradual e crescente da população brasileira. O autor duvida da unidade étnica presente e futura e considera pouco provável que a raça branca viesse a predominar no país. Em “Os africanos no Brasil” (1932), Nina chama atenção para as características mórbidas das raças brasileiras e para o “problema negro”, que fazia com que o futuro da nação fosse duvidoso. Neste livro, apresenta a trajetória dos africanos no Brasil, apresentando as características e a história das nações africanas que aqui desembarcaram para compor a mão de obra no início da colônia e, posteriormente, do império brasileiro. Esta obra reúne informações e dados sobre os africanos e suas comunidades, por meio da coleta de registros e evidências escritas e orais, sendo uma importante fonte de pesquisas para todos os estudiosos que almejam compreender a influência do negro na sociedade brasileira e as diferenças culturais entre as nações africanas.

A contribuição de Nina Rodrigues para a compreensão do pensamento social brasileiro se dá também na recuperação de suas teorias como um elogio à ideia da relatividade. Esta noção empregada pelo autor servia como um diagnóstico para definir a categoria subjetiva e ampla dos mestiços. Considera-se que o problema não era o diagnóstico (a diferença), mas a mediação que hierarquizava diferenças e as transformava em desigualdade.

Os estudos de Nina também servem como um alerta para os limites da aplicação da relatividade. Por exemplo, raça é uma construção social, embora, o médico pretendesse dar a ela o estatuto de realidade observável.

As conclusões do autor levavam a acreditar no fracasso da nação e na inviabilidade de um povo mestiço. Neste contexto, a República pretendia redimir-se do espectro da escravidão por meio da defesa da igualdade social. As ideias difundidas por Nina nunca foram explicitamente acatadas, e acabaram ficando devidamente datadas. Entretanto, ainda hoje cabe refletir sobre o que exatamente ficou datado. Entende-se que o pressuposto da desigualdade sim, mas a noção de raça pode ainda estar presente. É possível dizer que vários dos conceitos formulados por Nina ressurgem hoje em dia no lugar da retórica do senso comum.



Atividade

Atende ao objetivo 1

Leia um trecho do artigo intitulado “A presença do negro no pensamento social brasileiro”, de Fabíola Amaral Tomé de Souza:

Panorama dos estudos sobre o negro: a mestiçagem... um atraso

No Brasil, o pioneiro nos estudos sobre os negros foi o médico maranhense, que desenvolveu sua carreira na Bahia, Raimundo Nina Rodrigues. Para compreender sua obra, é necessário visualizar o período e o contexto intelectual europeu em que o autor está inserido.

No século XIX o olhar imperial fez uma releitura do mundo, construída com autoimagens e estereótipos ressaltando o saber ocidental. A partir dos estudos de Linneu, com o Sistema Nature de 1778, vários outros sistemas classificatórios ligados às teorias deterministas justificavam o discurso político-econômico da época, legitimando diversas práticas, como o tráfico negreiro, os genocídios na África e a violência colonial na América.

Com a exaltação da raça ariana como modelo de civilização, os cientistas são levados a buscar respostas para uma nova questão que emerge: o mestiçamento empobrece a raça branca? Evidentemente alguns autores, entre eles Nina Rodrigues, elencam soluções para esse fim. No Brasil do século XIX, o quadro racial possui um intrincado e complexo sistema de relações entre as matrizes étnicas principais: os portugueses representantes da raça ariana, os índios e os negros. O determinismo biológico em terras brasileiras estará interligado ao determinismo ecológico proveniente das áreas abaixo da linha do Equador onde o clima é tórrido e inóspito às raças superiores.

Diante dessas realidades, emergem políticas de clareamento e teorias eugênicas para solução do problema brasileiro. Imbuído nessa gama de conhecimentos, Raimundo Nina Rodrigues, médico legista e professor da Universidade da Bahia, escreveu diversos artigos e livros sobre suas concepções. Dentre eles está “Os africanos no Brasil”, que apresenta um ensaio sistematizado sobre a raça negra e sua influência, tratando-a como o “problema do negro” [...]

Sua obra está pautada no paradigma da determinação biológica e cultural da superioridade ariana, evidenciando uma mentalidade racista, nacionalista e cientificista. Todavia, é preciso ressaltar sua contribuição [...].

Fonte: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0110.html>

Com base no que leu sobre Nina Rodrigues, comente sobre, pelo menos, uma contribuição das obras desse autor, em especial em relação ao seu ensaio “Os africanos no Brasil”

Resposta comentada

Nina Rodrigues foi o primeiro a escrever sobre a trajetória dos africanos em solo brasileiro, apresentando as características e a história das nações africanas que aqui desembarcaram, trazidas para serem escravizadas. “Os africanos no Brasil” reúne informações e dados sobre os africanos e suas comunidades, transformando sua obra em uma importante fonte de pesquisas.

Além disso, a noção de “relatividade”, empregada por Nina Rodrigues, servia como um diagnóstico determinista por sobre uma categoria subjetiva e ampla: os mestiços. Ele hierarquizava a diferença e a transformava em desigualdade. Assim, a contribuição de Nina Rodrigues para a compreensão do pensamento social brasileiro se dá também na recuperação de suas teorias como um elogio à ideia da relatividade, mas também como um alerta acerca dos perigos de sua aplicação.

Euclides da Cunha

Euclides Rodrigues da Cunha nasceu em 1866 em Cantagalo (RJ). Foi um engenheiro militar, tendo ingressado em 1886 na Escola Militar da Praia Vermelha, onde participou ativamente de manifestações republicanas.

De acordo com estudiosos do autor, o início de sua carreira militar foi marcado por frustração. A grande mudança viria quando ele foi enviado, como correspondente do jornal O Estado de S. Paulo, para Canudos, município do estado da Bahia, onde presenciou as três semanas finais de um conflito que durou 11 meses e abalou a república – a Guerra de Canudos. Lá permaneceu até o dramático desfecho da guerra, em outubro de 1897, com o massacre dos sertanejos, retratados então, como os verdadeiros heróis da guerra.

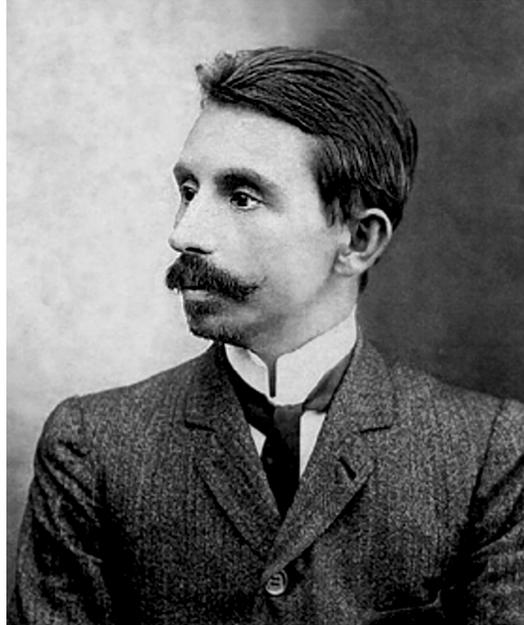


Figura 5.2: Euclides da Cunha.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Euclides_da_Cunha.jpg



Guerra de Canudos

Guerra de Canudos, ou Campanha de Canudos, foi o confronto entre o exército brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sociorreligioso liderado por Antônio Conselheiro, que durou de 1896 a 1897, então na comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia.

A região, historicamente caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava por uma grave crise econômica e social. Milhares de sertanejos e ex-escravos partiram para Canudos, cidadela liderada pelo peregrino Antônio Conselheiro, unidos na crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social.

Os grandes fazendeiros da região, unindo-se à Igreja, iniciaram um forte grupo de pressão junto à República recém-inaugurada, pedindo que fossem tomadas providências contra Antônio Conselheiro e seus seguidores. Criaram-se rumores de que Canudos se armava para atacar cidades vizinhas e partir em direção à capital para depor o governo republicano e reinstalar a monarquia.

Apesar de não haver nenhuma prova para estes rumores, o exército foi mandado para Canudos. Três expedições militares contra Canudos saíram derrotadas, o que apavorou a opinião pública, que acabou exigindo a destruição do arraial, dando legitimidade ao massacre de até 20 mil sertanejos. Além disso, estima-se que 5 mil militares tenham morrido. A guerra terminou com a destruição total de Canudos, a degola de muitos prisioneiros de guerra, e o incêndio de todas as casas do arraial.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Canudos



Figura 5.3: Localização de Canudos

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Canudos#mediaviewer/File:Canudos-map.jpg



Sugestão de filme: *Guerra de Canudos*

Existe um filme, de Sérgio Rezende, que dramatiza a Guerra de Canudos. Se você estiver interessado em saber mais sobre esse episódio da história brasileira, recomendamos que o assista.

Neste contexto, produziu sua grande obra, *Os sertões*, em 1902. Desde a sua publicação, o livro teve grande repercussão e logo se tornou um notável sucesso editorial. É considerado um clássico, visto como um dos livros que inventou o Brasil.

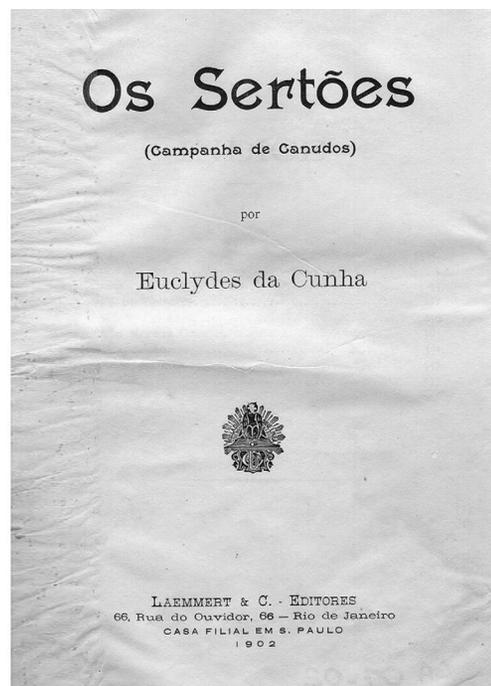


Figura 5.4: Capa da primeira edição de *Os sertões*, que é considerado um clássico da literatura.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Os_Sert%C3%B5es_livro_1902.jpg

Foi redigido em torno da ideia central da descoberta de um Brasil não apenas desconhecido, mas incompleto, uma naciona-

lidade em formação. Muitas foram as correntes de pensamento que influenciaram o autor na elaboração da obra, entre elas o positivismo militar e as teorias deterministas europeias, com sua perspectiva pessimista da mestiçagem. Dentre as contribuições dos cientistas brasileiros ou radicados no Brasil, destacam-se as do botânico e ambientalista Alberto Loefgren, as do geólogo Orville Derby e as do engenheiro e urbanista Theodoro Sampaio. Também estabeleceu um diálogo intertextual com obras de autores românticos como Victor Hugo e José de Alencar. A partir deste conjunto de influências, verifica-se a oscilação entre o cientificismo e o romantismo. Euclides encontra-se com frequência dividido entre a visão de uma civilização que deveria se impor e a denúncia de seus problemas e contradições.

Na sua estrutura, a obra obedeceu a um esquema de triologia – a terra, o homem e a luta – para a interpretação dos fatos históricos. A importância de “A terra”, primeira parte do livro, evidencia-se na medida em que os elementos geográficos e geológicos consistem no cerne das imagens e metáforas utilizadas nas partes seguintes. Também as condições geográficas teriam impacto no que seria o principal argumento apresentando em “O homem”: o isolamento do sertanejo como fator histórico crucial para explicar o antagonismo entre litoral e sertão.

Seu primeiro capítulo apresenta longa explanação sobre o tema racial, verificando-se inclusive a reprodução de argumentos de Nina Rodrigues sobre a inferioridade das raças que constituíram o Brasil. Entretanto, em contraste com as ideias negativas sobre o mestiço, enuncia-se no mesmo capítulo a tese mais importante da obra: o sertanejo seria um *retrógrado*, não um *degenerado*, como decorrência de ter ficado distante das influências negativas da civilização que se desenvolvera nas cidades do litoral. Igualmente importante na análise do autor é o peso de fatores contextuais, o que explicaria a dificuldade de fixar quem seria de fato o sertanejo. Na terceira parte, o fio condutor consiste na narrativa sobre as campanhas militares e a resistência dos sertanejos até a derrota final.

Sua obra tem sido abordada sob diferentes interpretações e perspectivas das mais diversas áreas do conhecimento. Do positivismo difuso do início do século XX, com sua crença na ciência como instrumento de consolidação de um projeto de nação, até a vertente romântica expressa na busca do que seria autenticamente nacional. No que se refere às áreas de conhecimento, busca-se refletir sobre a geologia, a história, a biologia, a antropologia e a sociologia. Os sertões é um livro de paradoxos como, entre outros, que se originam das tensões entre texto científico e obra ficcional.

O livro também é utilizado para interpretar o dualismo litoral/interior. Com origem no Rio de Janeiro, então capital da república, no período da *Belle Époque*, o dualismo aparece na oposição entre a rua do Ouvidor e o sertão de Canudos, ambiente caracterizado pela supremacia da natureza sobre o homem, pela quase impenetrabilidade da caatinga e pela autenticidade da nação. Essa ambivalência, na perspectiva euclidiana, torna não apenas possível como positivo e necessário, para a civilização do litoral, o projeto de incorporação efetiva do interior à construção do estado nacional no Brasil.



***Belle Époque* brasileira**

Esta expressão francesa significa “bela época” e representa um período marcado por transformações culturais intensas refletidas em novas formas de pensar e viver.

No Brasil, a instalação da Belle Époque aconteceu de forma lenta, iniciando em 1880 e seguindo até 1925. Foi um momento em que se buscou minimizar as lembranças do império e da colonização portuguesa. Aconteceu o Movimento Modernista e a realização da Semana de Arte Moderna, além da fundação da cidade planejada – Belo Horizonte, e as grandes reformas urbanísticas no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.estudopratico.com.br/belle-epoque/>

Assim, a viagem a Canudos teria contribuído para acentuar as ambivalências do escritor ante os ideais de progresso então dominantes, e para alterar profundamente sua visão sobre os sertanejos. Desde o seu lançamento, o livro foi considerado como um grito de alerta para a elite política do país. Esta, assim como a intelectualidade, era considerada superficial e presa a um cosmopolitismo de aparência, insensível à visão dos dramas sociais do sertão brasileiro.

Ainda hoje o livro permanece como monumento da nacionalidade brasileira, com uma força expressiva que contribui para o impacto na gênese de uma teoria do Brasil, na qual sobressai a imagem de uma sociedade dividida entre um polo atrasado, no sertão, porém considerado a base da nacionalidade, e um polo civilizado, formado, entretanto, por copistas, intelectuais, que permaneciam com os olhos voltados para a Europa, de costas para o país.

Entre 1904 e 1906, Euclides da Cunha chefiou a missão diplomática com o objetivo de resolver questões de limites entre o recém incorporado território do Acre e o Peru. A partir desta experiência, publicou ensaios e outros textos sobre a Amazônia, mas nenhuma da mesma magnitude de *Os sertões*.

No cenário amazônico, destaca-se o nomadismo, a mobilidade e o desenraizamento que via na população. Não há uma mesma tipificação, como a dos sertanejos. As principais referências se voltam para as atividades extrativistas e para o sistema de barracão, responsável pelo endividamento e pela ruína dos migrantes que rumavam para as terras amazônicas. Assim, a atividade econômica e a denúncia sobre o drama social cotidiano ganham relevo em relação ao debate racial.



Sistema de barracão

O sistema de barracão ou sistema de cantina, no sentido específico em que é empregado pelos historiadores, refere-se a uma forma de pagamento impopular e exploradora quase sempre associada a comunidades pequenas e isoladas, na qual trabalhadores ou pequenos produtores autônomos são pagos ou com bens (uma forma de pagamento conhecida como pagamento em mercadoria), ou com cadernetas, vales ou com crédito direto que só podem ser usados num “barracão” ou “cantina” de propriedade do empregador. No Brasil, este sistema foi amplamente utilizado na Amazônia durante o Ciclo da Borracha, como forma de manter os seringueiros permanentemente endividados. Tem sido sugerido que os empregadores usam tais sistemas para explorar os trabalhadores e/ou fazer com que se endividem. Isto pode ocorrer, por exemplo, se os patrões pagarem seus trabalhadores com bens que possuam um valor de mercado abaixo do nível de subsistência, ou venderem itens com preços inflacionados. Outros argumentam que o “sistema de barracão”, ao menos em alguns casos, pode ser uma forma conveniente de permuta para comunidades isoladas, quando a moeda oficial é escassa.

No início do século XX, o sistema de barracão passou a ser visto nos países industrializados como uma exploração do trabalhador; talvez o exemplo mais conhecido desse ponto de vista seja uma popular canção estadunidense de 1947, “Sixteen Tons” (no Brasil, criou-se a versão “16 toneladas”, cuja letra não reflete absolutamente nada do drama original). Muitos países possuem legislações que colocam o “sistema de barracão” fora da lei e exigem o pagamento dos salários em dinheiro.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Escravid%C3%A3o_moderna

É possível destacar um ponto em comum entre *Os sertões* e o conjunto de escritos sobre a Amazônia. Em todos, há a denúncia do drama da civilização brasileira. É explicitado o contraste, por vezes oposição, entre as civilizações do litoral e dos sertões e entre o plano concebido pela ciência e o contato com um mundo desconhecido. Assim, as principais contribuições do autor encontram-se na dualidade litoral/sertão, vista como contraponto entre sociedade moderna e sociedade tradicional; o tema do isolamento do sertanejo, que foi ressignificado e proble-

matizado nos trabalhos sobre populações rústicas; e a busca de uma perspectiva autônoma de interpretação do Brasil.



Atividade

Atende ao objetivo 2

Marque a alternativa incorreta sobre *Os sertões*, de Euclides da Cunha, justificando sua resposta:

- a) () A realidade do Nordeste brasileiro é retratada na obra, a qual descreve as condições precárias de vida da região e os motivos pelos quais ocorreu o drama da Guerra de Canudos.
- b) () Na sua estrutura, a obra obedeceu a um esquema de trilogia – a terra, o homem, a luta – para a interpretação dos fatos históricos.
- c) () É apresentada a ideia de que a heterogeneidade constitutiva do país era decorrente do afastamento geográfico e cultural entre sertão e litoral.
- d) () Na obra, o autor ratifica ideias negativas sobre o mestiço, tratando o sertanejo como *degenerado*.
- e) () Muitas foram as correntes de pensamento que influenciaram o autor na elaboração da obra, entre elas o positivismo militar e as teorias deterministas europeias.

Resposta comentada

A alternativa incorreta é a D. No primeiro capítulo da obra é abordado o tema racial, verificando-se inclusive a reprodução de argumentos de Nina Rodrigues sobre a inferioridade das raças que constituíram o Brasil. Entretanto, em contraste com as ideias negativas sobre o mestiço, enuncia-se no mesmo capítulo a tese mais importante da obra: o sertanejo seria um retrógrado, não um degenerado, como decorrência de ter ficado distante das influências negativas da civilização que se desenvolvera nas cidades do litoral.

Luís da Câmara Cascudo

Nascido no ano de 1898, em Natal (RN), Luís da Câmara Cascudo é um autor de extensa obra, como historiador, memorialista, crítico literário e romancista. Porém, é conhecido principalmente por seu trabalho como etnógrafo e folclorista.



Figura 5.5: Luís da Câmara Cascudo em 1928.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:A_Cola%C3%A7%C3%A3o_de_grau_na_Faculdade_de_Direito_de_Recife,_em_1928..jpg

Estudou Direito, contribuiu com alguns periódicos e escreveu e publicou aproximadamente 150 livros.

Na década de 1920, participou do movimento modernista e manteve contatos pessoais e correspondência com muitos intelectuais ligados ao movimento no Nordeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Um de seus principais contatos era Mário de Andrade, que o influenciou muito em suas pesquisas no universo do folclore e das culturas populares.

O autor jamais deixou Natal, e teria recusado, de acordo com alguns de seus biógrafos, diversos convites de trabalho no Rio, em São Paulo e no exterior. Possuía um vínculo existencial e intelectual com o mundo da “província” que repercutiu fortemente em sua obra enquanto folclorista e etnógrafo, revelando um ponto de vista extremamente fértil para a observação, o registro e o conhecimento etnográfico das culturas populares brasileiras. Era um ponto de vista pautado na experiência pessoal e nas relações cotidianas com os personagens, lugares e objetos materiais ligados ao mundo do folclore e das tradições populares.

Não há dúvidas de que a contribuição mais importante de Cascudo se refere ao seu trabalho rigoroso de observação e registro das muitas formas de vida sociocultural, geralmente classificadas como “folclóricas” ou “populares”. São variados os temas de seus trabalhos: rede de dormir, alimentação, jangada e jangadeiros, literatura oral, gestos, cachaça, expressões cotidianas, práticas e crenças de feitiçaria, vaqueiros e cantadores, festas populares, festas religiosas, dentre outros. Estes estudos, no geral, foram marcados por uma perspectiva evolucionista, ou seja, as formas de vida e os valores associados ao folclore e às culturas populares eram compreendidos como “sobrevivências” de uma etapa inferior e antiquada de evolução cultural da humanidade. Religiões populares, sistemas de feitiçaria, formas de medicina popular etc. eram expressões de mente “primitiva”, “ignorante”, que não teriam capacidade de perceber o mundo de forma racional e objetiva. Estariam então condenadas ao desaparecimento e seriam substituídas por formas “superiores” ou “civilizadas” de pensamento e comportamento. As práticas e crenças populares eram então consideradas um obstáculo ao progresso social e intelectual do país por alguns intelectuais.

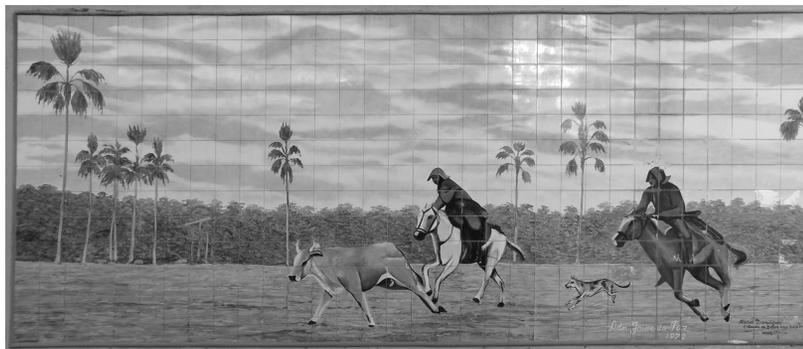


Figura 5.6: A perspectiva evolucionista de Cascudo considerava figuras como a do vaqueiro apenas como uma etapa inferior da evolução da humanidade.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vaqueiro_em_azulejo.JPG

Neste contexto, emergiu a obra de Luís da Câmara Cascudo, de grande abrangência e alcance no que diz respeito ao trabalho de pesquisa, observação e registro das várias modalidades de práticas sociais e representações classificadas como “folclore” e “cultura popular” no país. O movimento modernista de 1920 foi o que trouxe um novo olhar, mais sensível em relação às culturas populares. As manifestações culturais passaram a ser consideradas fontes da identidade nacional brasileira, e não um “atraso” cultural. A noção de “cultura” também passa a não ser mais entendida como “raça”; o tema da “mestiçagem” ganha um sentido positivo na obra de Gilberto Freyre (veremos mais sobre ele ainda nessa aula), por exemplo.

Na década de 1940 se formou o “movimento folclórico brasileiro”, que se expandiu entre 1947 e 1964. Seu principal objetivo era o registro com a finalidade de preservar o folclore, que seria a fonte primordial da identidade nacional. Diante dos avanços inevitáveis do progresso, esses intelectuais acreditavam que o folclore poderia desaparecer e eles teriam de preservar as formas culturais que constituíam a “alma brasileira”. Cascudo colaborou inicialmente, mas manteve-se sempre em uma posição limiar em relação a esse movimento, pois não se identificava completamente com os objetivos de seus líderes. Estes tinham como referência

central em suas pesquisas e reflexões a “nação”, em especial a brasileira. Já Cascudo, por ser seguidor da teoria difusionista da cultura, pensava o folclore nos limites de um horizonte universalista, entendendo-o como parte de um processo de criação e difusão universal, próprio da humanidade como um todo, e não um processo essencialmente brasileiro. Podemos citar o exemplo da rede de dormir. Ao estudá-la em um contexto brasileiro, Cascudo sublinha o fato de que esse objeto é produto de uma história antiga, encontrada em contextos distintos, pelos quais pôde difundir-se e ser reapropriada por outras culturas e sociedades.



Difusionismo cultural

A teoria difusionista sustenta que os diversos povos terrestres receberam influências dos vizinhos e dos diversos contatos que estabeleceram ao longo da história e que a maior parte das inovações sociais, técnicas, mitos, entre outros, se propagaram pelas migrações e pelos contatos estabelecidos entre os povos.

Ao defenderem estas ideias, os difusionistas mostraram que os povos ditos primitivos tinham uma história própria, repleta de contatos e que não eram, tal como os adeptos da escola evolucionista defendiam, simples sobrevivências da civilização ocidental.

Os autores difusionistas revelaram e puseram em destaque o papel importante das migrações, das trocas, das fusões, das sínteses e de outros fenômenos culturais que se estabelecem entre as várias sociedades humanas. Contudo, subestimaram a capacidade criativa e inventiva do ser humano, deixando por esclarecer inúmeras diversidades culturais, e não souberam explicar por que razão existiam diversos aspectos culturais análogos em zonas tão distantes do planeta, quando não havia qualquer prova de ter existido contato entre estas culturas ao longo da história.

Fonte: [http://www.infopedia.pt/\\$difusionismo-cultural](http://www.infopedia.pt/$difusionismo-cultural)

Muitos teóricos apontam limitações de natureza teórica e analítica, resultantes justamente da perspectiva difusionista, na obra de Cascudo. Ele apresenta os objetos, práticas, ideias e valores estudados como resultado histórico de processos de invenção

e transmissão, e não focaliza as razões sociais e simbólicas pelas quais esses itens permanecem em uso, pelas quais foram incorporados ou rejeitados e os novos significados que foram atribuídos a eles por determinadas sociedades e culturas. Porém, essas limitações teóricas não comprometem por inteiro o trabalho de registro etnográfico dos usos e transformações sociais e simbólicas dos itens pelo autor. Cascudo expõe os objetos e valores do folclore e das culturas populares a partir de sua experiência pessoal; e essa perspectiva faz com que ele traga os temas pesquisados como parte integrante da vida cotidiana, e não como itens coletados para documentar um mundo sociocultural em desaparecimento.

Para Cascudo, as diferentes formas de folclore e culturas populares existem no presente, afetam a vida cotidiana das pessoas, orientam-lhes as escolhas e dão sentido a suas experiências. Estão presentes no corpo, no comportamento, no paladar, nos gestos, nos sentimentos mais íntimos do ser humano, são elementos arcaicos que se fazem presentes na contemporaneidade enquanto “ruínas vivas”.

Sua obra, produzida dos anos 1920 aos 1980, dá relevância a pesquisas sobre “elementos humildes e de uso cotidiano”. Estes temas, considerados irrelevantes por vários cientistas sociais, a partir dos anos 1970 se tornaram objetos constantes de estudo de antropologia social da sociedade brasileira. São exemplos disso os estudos sobre carnavais e festas religiosas.

As informações reunidas por Cascudo em sua obra continuam úteis. É difícil realizar hoje em dia uma pesquisa antropológica sobre culturas populares no Brasil sem consultar algo de sua obra. Seus textos etnográficos possuem numerosas categorias nativas, expressões, objetos materiais, técnicas corporais, práticas sociais e rituais e narrativas.

O autor publicou, dentre outras, as seguintes obras: *Vaqueiros e cantadores* (1939), *Geografia dos mitos brasileiros* (1947), *Dicionário do folclore brasileiro* (1954) e *História da alimentação*

no Brasil (1963). É interessante ressaltar que o *Dicionário do folclore brasileiro* permanece ainda hoje como fonte inesgotável de conhecimento enciclopédico sobre as culturas populares no Brasil, existindo até mesmo a expressão “consulte o Cascudo”.



A TV Brasil criou um programa educativo chamado “O teco-teco”, cujo personagem principal se chama Cascudo em homenagem a Luís da Câmara Cascudo. Cascudo é amigo de Betinho, personagem criado em homenagem a Alberto Santos Dumont. Quer saber mais sobre o programa? Acesse: <http://tvbrasil.ebc.com.br/o-teco-teco>



Atividade

Atende ao objetivo 3

Leia, a seguir, trecho de uma notícia publicada em 7 de abril de 2014, sobre a Lei Câmara Cascudo:

A Lei Câmara Cascudo (LCC) chega ao seu 13º ano com o objetivo de apoiar e financiar projetos culturais nas mais diversas áreas. O Governo do estado do Rio Grande do Norte divulgou no dia 30 de janeiro, no Diário Oficial do Estado (DOE) a renúncia fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) no valor de R\$ 6 milhões, para o ano de 2013, para o financiamento de projetos culturais, através da Secretaria Extraordinária de Cultura/Fundação José Augusto (SeCultRN/FJA).

Desde 2007, a LCC destaca-se por apresentar projetos de sucesso, como: Festival Música Alimento da Alma (MADA); Projeto Transforme-se, de artesanato; Circuito Potiguar do Livro, incluindo as feiras de Mossoró, Caicó, Pau dos Ferros e Natal; Fest Bossa & Jazz [...].

Fonte: <http://www.cultura.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARGET=3159&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=NOT%C3%8DCIA>

Com base no que aprendeu sobre Câmara Cascudo, responda:
Por que acha que essa lei recebeu esse nome?

Resposta comentada

A contribuição mais importante de Luís da Câmara Cascudo se refere ao seu trabalho rigoroso de observação e registro das muitas formas de vida, geralmente classificadas como “folclóricas” ou “populares.” Os temas estudados pelo autor, a partir dos anos 1970, se tornaram objetos constantes de estudo de antropologia social da sociedade brasileira e sua formação cultural. Neste sentido, mostrou-se pertinente nomear uma lei potiguar, de fomento à cultura, com o nome de Câmara Cascudo.

Gilberto Freyre

Gilberto de Mello Freyre nasceu em Recife, em 1900, e dedicou seus estudos à interpretação do Brasil sob a perspectiva da sociologia, antropologia e história. Sua grande obra foi *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933. Para coletar informações, o autor realizou pesquisas em arquivos nacionais e estrangeiros, e buscou sobre a vida pessoal de seus próprios antepassados.

O debate que acontecia no momento de elaboração do livro sobre o destino do país se debruçava principalmente no tema da mestiçagem, que costumava ser apresentada como um problema. Isto porque a mestiçagem significava esterilidade – biológica e cultural –, inviabilizando o desenvolvimento nacional, e significava também a impossibilidade do domínio da raça branca, dificultando o acesso aos valores da civilização ocidental.

Cabe destacar que essa perspectiva estava associada ao padrão uniforme caracterizado pela servidão de indígenas e de

africanos no âmbito da América colonial. Neste contexto, os anglo-saxões se autojulgavam superiores, e o racismo serviu para justificar, ao longo da história, a agressão e a exploração dos povos indígenas e africanos.



Figura 5.7: Gilberto Freyre.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Gilberto_Freyre.JPG

O livro enfatiza não só o valor específico das influências indígenas e africanas como também a dignidade da instável e híbrida articulação de tradições que teria caracterizado a colonização portuguesa. Isso foi possível, segundo o próprio autor, pelo seu vínculo com a antropologia americana e com a orientação relativista de Franz Boas, que lhe teria permitido separar a noção de raça da de cultura e conferir a esta última predomínio na análise da vida social. Este foi o caminho percorrido por ele, contrapondo-se à maioria de seus contemporâneos, que não diferenciavam raça de cultura. Assim, redefiniu a mestiçagem, e de certa forma, reinventou o Brasil.



Autóctone

“Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram; aborígine, indígena” (*Dicionário Michaelis*).

Franz Boas

Foi um antropólogo germânico-americano, nascido em Minden em 1858, na então Prússia. Seus estudos contribuíram para firmar as bases da antropologia como ciência. Estudou esquimós no Canadá e índios norte-americanos, a partir de uma perspectiva antropológica. Também desenvolveu pesquisas sobre antropologia física estatística, sobre linguística teórica e descritiva, além de trabalhos relativos ao folclore e à arte **autóctones**. Suas principais obras são: *The Mind of Primitive Man* (1911) e *General Anthropology* (1942). Faleceu em Nova Iorque, deixando como lição principal que não existem culturas superiores ou inferiores e que todas constituem fenômenos específicos e originais.

Fonte: <http://www.brasilecola.com/biografia/franz-boas.htm>

No livro, o autor define o brasileiro como um “luxo de antagonismos” que, embora equilibrados, recusam-se terminantemente a se fundir em uma nova identidade, separada, indivisível e original. Para ele, é justamente essa recusa que faz com que a sociedade brasileira venha a ser observada sob o prisma do hibridismo. Essa ênfase no que Freyre chama de “antagonismos em equilíbrio” chega a tal ponto que se converte em um argumento central para o correto entendimento do período colonial.

A segunda característica apresentada no livro, que define a tradição cultural brasileira, é o enorme destaque concedido ao papel desempenhado pelas paixões – sobretudo as de natureza sexual – na geração de uma atmosfera de intimidade e calor. Neste contexto, o autor defende que “a vantagem da miscigenação correspondeu no Brasil à desvantagem tremenda da sifilização”, “a doença por excelência das casas-grandes e das senzalas”. Segundo o autor, a introdução da doença no país deveu-se fundamentalmente à obsessão pelo amor físico que animava o conquistador europeu. Associada à doença, a voracidade sexual portuguesa realizava-se por intermédio da escravidão – chamada pelo autor de “erotismo patriarcal” – e é experimentada sem o menor refinamento, resumindo-se à uma bestialidade que incluía o estupro de **mucamas** e de jovens escravos, o cultivo de

Mucama

Se refere a uma escrava que ajudava nos serviços caseiros, acompanhava pessoas da família do senhor e, às vezes, era a ama de leite.

Fonte: <http://www.dicio.com.br/mucama/>

formas sadistas de amor, sexo com frutas e animais e o incesto no interior de algumas famílias senhoriais.



A sífilis como um problema social

Costuma dizer-se que a civilização e a sifilização andam juntas. O Brasil, entretanto, parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado. A contaminação da sífilis em massa ocorreria nas senzalas, mas não que o negro já viesse contaminado. Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram as negras das senzalas. Por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para um sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem (FREYRE, 1987).

Em *Casa-grande & senzala*, Freyre procurava desarmar alguns argumentos racistas das análises sociais, mostrando que muitos problemas atribuídos à raça estão imbricados com questões de ordem socioeconômica e cultural.

Neste contexto, a fraqueza e improdutividade dos nossos caboclos são vinculadas aos problemas de sua alimentação e, de maneira bastante genérica, aos diversos agravos nas condições de saúde daí derivados. Nesse quadro, as verminoses, a malária, a anemia, o beribéri são vistos, em poucas linhas, como os principais males que atuam sobre a nossa população mestiça. Somente a sífilis ocupa posição de destaque entre os problemas de saúde observados na obra. Esta preocupação tem como base o fato de que a sífilis foi identificada com problemas que transcendiam a saúde individual, transbordando para questões relacionadas à família, à raça e à nação. Por isso, ao tratar dessa doença, o autor apresenta novas preocupações. Não se trata apenas de atribuir o mal à subnutrição. Freyre objetiva, agora, mostrar que a doença não é autóctone e absolver o elemento nacional, em especial o negro, da culpa pela sua larga disseminação em nossa sociedade. A reflexão médica sobre a sífilis, a partir da década de 1920, teve grande impacto sobre o pensamento social brasileiro. Desde o final do século XIX, a crença na hereditariedade dessa doença e no seu alto nível de incidência fez com que ela fosse vista como importante fator de degeneração da raça, consequência negativa da miscigenação de nosso povo. A partir da década de 1920, a observação médica sobre a sífilis se empenha em separar a doença da miscigenação, atribuindo-lhe o caráter de patologia social.

Em relação à origem da doença, Freyre corrobora com a posição da maioria dos médicos de sua época. Em virtude do estigma atribuído à doença, todos os povos procuraram imputar sua origem a terceiros, mas foi entre as duas primeiras décadas deste século que a hipótese de a sífilis ser uma doença estrangeira se firmou entre os médicos brasileiros. Embora se acreditasse na origem americana do mal, pensava-se que ele deveria ter vindo das Antilhas. No que diz respeito à contaminação de nossos índios e, posteriormente, do elemento escravo, Freyre (1933, p. 47) procura mostrar que ela se iniciou nos primeiros contatos com os povoadores, na fase de exploração costeira que antecedeu a verdadeira empresa colonial. Assim, o início da miscigenação marcaria também o início da sifilização. Adaptado de TEIXEIRA, Luiz Antônio, 1997.

Outro tema tratado pelo autor é a oralidade, sendo tanto um objeto de estudo quanto uma marca na redação de seu mais importante livro. Sobre a modalidade do português que veio a ser falado no Brasil, o autor percebeu uma divisão entre uma norma culta e gramaticalmente correta e o idioma praticado no cotidiano entre os escravos. Segundo ele, nossa língua dá a impressão de operar em dois planos totalmente opostos, apesar de não considerar isso uma contradição; para ele “temos dois modos de colocar pronomes, enquanto o português só admite um – ‘o modo duro e imperativo’: diga-me, faça-me, espere-me. Sem desprezarmos o modo português, criamos um novo, [...] caracteristicamente brasileiro: me diga, me faça, me espere. E utilizamos os dois”

Gilberto Freyre optou por conferir à prosa de *Casa-grande & senzala* uma marca eminentemente oral, definida por uma irregularidade e imprecisão que tornam o seu tom mais próximo de uma conversa informal do que de uma publicação científica. Entre as várias características comuns da oralidade adotadas no livro, cabe ressaltar o inacabamento do texto, ou seja, o desinteresse do autor em concluir sua argumentação. Composto por cinco capítulos e 517 páginas (na edição original), o autor discute as relações estabelecidas entre os diversos grupos que colonizaram o país. No fim, seus argumentos não se concluem, apenas se encerram,

interrompe-se sem que haja qualquer encadeamento narrativo ou fixação de um limite cronológico para o período estudado.

Esta foi a forma que o autor utilizou para expressar que não importa uma verdadeira conclusão porque os principais valores do período colonial possuem uma sobrevida, isto é, revestem-se de uma aura de infinitude que sugere ao leitor a possibilidade de que eles talvez possam manter ao menos parte da sua influência e vitalidade mesmo nos anos 1930, quando livro foi lançado.

Escreveu o livro mais ou menos como falava um escravo, mas jamais deixando de celebrar os seus antepassados ligados à nobreza do açúcar. Com isto tenta confirmar a possibilidade de sobrevivência dos valores coloniais ao se revelar um intelectual espiritualmente mestiço, ou seja, definido pela convivência de diferentes tradições culturais no interior de sua própria reflexão.

Sérgio Buarque de Holanda

Vamos conhecer agora Sérgio Buarque de Holanda, um dos mais importantes historiadores brasileiros, que atuou também como jornalista, crítico literário e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).



Figura 5.8: Sérgio Buarque de Holanda, um dos mais importantes historiadores brasileiro.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sergio_Buarque.jpg



Partido do Trabalhadores



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores#cite_note-11

O Partido dos Trabalhadores (PT) é um partido político brasileiro que foi fundado em 1980. É um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América do Sul. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma Rousseff são amplamente reconhecidos como seus membros mais notórios. Seus símbolos são a bandeira vermelha com uma estrela branca ao centro, a estrela vermelha de cinco pontas, com a sigla PT inscrita ao centro e o hino do Partido dos Trabalhadores. Seu código eleitoral é o 13.

O PT possui, como os demais partidos políticos no Brasil, uma fundação de apoio. A Fundação Perseu Abramo foi instituída pelo Diretório Nacional em 1996 e tem por missão realizar debates, editar publicações, promover cursos de formação política e preservar o patrimônio histórico do partido – tarefa pela qual é responsável o Centro Sérgio Buarque de Holanda.

Este autor nasceu em São Paulo em 1902. Foi para o Rio de Janeiro com a família em 1921, onde obteve o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1925.

Participou ativamente do movimento modernista de 1922 e, neste contexto, conviveu com diversos intelectuais, dentre

eles, Mário de Andrade, Prudente de Moraes Neto, Graça Aranha, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Carlos Drummond de Andrade e Gilberto Freyre.

Com um lugar de referência na reflexão modernista, escreveu “O lado oposto e outros lados”, artigo publicado na *Revista Brasil* em 1926. Neste artigo, Sérgio toma partido e chama de construtivistas aqueles que defendiam que o papel do modernismo era atualizar a tradição em relação à cultura europeia. Mário de Andrade seria um representante desta tendência. A segunda corrente, defendida por Sérgio, teria como principal representante Oswald de Andrade. O país necessitava dar vazão à sua espontaneidade, era necessário alcançar uma modernidade particular, diferente da europeia.

Sérgio teve a desaprovação de alguns intelectuais e, desiludido, foi para Cachoeiro do Itapemirim (ES). Em decorrência desta experiência, nasceu “Notas do Espírito Santo”, artigo publicado em *O Jornal*, do Rio, em 1927. Este artigo dizia que o estado capixaba, formado no final do século XIX por uma população de imigração recente, poderia ser considerado autenticamente brasileiro. Sérgio afirmou que a natureza da região desaprovava o estilo de civilização transmitido pelo mundo europeu.

Entre 1929 e 1931, foi a trabalho para Berlim (Alemanha), onde conheceu o sociólogo Max Weber, que teve grande influência em sua trajetória. Recomeçou a estudar e assistiu a aulas na Universidade de Berlim. Retornou ao Brasil no final de 1930, após Getúlio Vargas chegar ao poder, trazendo em sua bagagem por volta de 400 páginas escritas de seu projeto *Teoria da América*, um ensaio histórico-metodológico.

Publicou em 1935, na revista *Espelho*, “Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social”. Este ensaio originou dois capítulos de sua obra *Raízes do Brasil*, de 1936, que foi escrita sobre

o impacto de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre e da modernização dos anos 1930. *Raízes do Brasil* foi seu primeiro trabalho de grande fôlego e ainda hoje é seu escrito mais conhecido.

Nele, o autor interpreta a história do Brasil, partindo de uma análise de nosso legado ibérico até a definição da cultura brasileira como marcada pela cordialidade. Neste contexto, o chamado “homem cordial” age a partir dos sentimentos sem um filtro de racionalidade, logo, não trata com isenção amigos e inimigos, favorecendo sempre os primeiros. A cordialidade seria, pois, inadequada ao funcionamento da democracia e da burocracia, que exigem normas e leis abstratas que sejam aplicadas a todos da mesma maneira.

Simultaneamente, o autor diagnostica um lento e contínuo processo de mudanças na sociedade, que foi iniciado com a mudança da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Esse processo perpassa pelo fim do tráfico de escravos em 1850, ganha força com a abolição da escravidão em 1888 e, mais à frente, se fortalece ainda mais com o próprio governo Vargas. As mudanças direcionam-se para a urbanização, imigração de europeus e industrialização, corroendo gradualmente o predomínio rural, que era a fonte alimentadora da cordialidade. O “homem cordial”, que seria a marca da cultura brasileira, estaria em processo de diluição. Porém, para Sérgio, o resultado final desse processo não é claro, já que a modernização não traz uma racionalidade que filtre os sentimentos que transbordam do coração e transforme os brasileiros em homens de civilidade.

Esta obra de Sérgio é sem dúvida um balanço de sua militância modernista. O autor desconfia da corrente de Mário que diz que a tradição brasileira poderia ser modernizada numa solução de continuidade, não enxerga um processo em que a cordialidade se transformasse em civilidade. Também contraria a tendência de Oswald, que diz que a cultura nacional poderia fundamentar uma nova mo-

dernidade. A cordialidade não poderia sustentar qualquer civilização que demandasse algum tipo de racionalidade e abstração. *Raízes do Brasil* é então um livro que testa possibilidades e demonstra tensões do processo de modernização brasileiro, mas não possui como objetivo apresentar um programa com supostas soluções para os dilemas explicitados, como era comum nos livros da época.

No ano de lançamento do livro, Sérgio começou a lecionar na Universidade do Distrito Federal, onde ficou até 1939, ano em que esta se extinguiu por injunções políticas do Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema.

Posteriormente, em meio às atividades de funcionário público e de crítico literário, o autor se dedicou à edição de livros de viajantes e de história. Nesta época, se dedicou também aos estudos das bandeiras e monções dos séculos XVII e XVIII. Publicado em 1945, o livro *Monções* é o primeiro do autor dedicado à história da expansão do país para o oeste. Diferente de *Raízes do Brasil*, esta obra não trabalha com generalizações como cordialidade e civilidade. Ela discorre sobre a rota do comércio fluvial entre o planalto paulista e Cuiabá. Em 1957, reuniu artigos sobre bandeirantes e tropeiros no livro *Caminhos e fronteiras*, obra que seria inseparável de *Monções*.

Sérgio demonstra que, nessa procissão que vai do bandeirante do século XVII ao tropeiro do século XIX, passando pelo monçoeiro do XVIII, ocorre um vagaroso processo civilizador, no qual o ócio e o imprevisto são substituídos pelo negócio e pela previdência. A cordialidade se transforma em civilidade, sem anular-se totalmente. O autor elabora então respostas a questões que havia formulado em sua militância modernista e apresenta uma via de continuidade entre tradição e modernidade no Brasil.



Bandeirantes, monçoeiros e tropeiros

- **Bandeirantes** é a denominação dada aos sertanistas do Brasil colonial, que, a partir do início do século XVI, penetraram nos sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, sobretudo o ouro e a prata, abundante na América espanhola, indígenas para escravização ou extermínio de quilombos.
- **Tropeiro** é a designação dada aos condutores de tropas ou comitivas de muares e cavalos entre as regiões de produção e os centros consumidores no Brasil a partir do século XVII. Mais ao sul do Brasil, também são conhecidos como carreteiros devido às carretas com as quais trabalhavam.
- Para abastecer as regiões de mineração em Mato Grosso e Goiás, descobertas pelos bandeirantes no começo do século XVIII, foram organizadas expedições que ficaram conhecidas como monções. Os **monçoeiros** viajavam pelos rios em grandes canoas, cada uma delas com capacidade para transportar cerca de 20 pessoas, além das mercadorias que eram levadas para serem trocadas por ouro nas regiões mineradoras. Geralmente, partiam de Porto Feliz, na margem do rio Tietê (SP), e chegavam até o rio Cuiabá (MG).

Fontes: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tropeiro>; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeirantes>; <http://historiamaneco.blogspot.com.br/2011/05/ouro-no-brasil.html>

Em 1972, publicou o único volume de *História geral da civilização brasileira*, intitulado do “Império à República”. Diferente dos livros anteriores, este é um livro de história política, em que o perfil psicológico dos atores políticos interage com o funcionamento das instituições e da própria sociedade. Sérgio demonstra, assim, a dissolução do império por meio das relações entre Pedro II e deputados e senadores na formação dos gabinetes e ministérios.

Em 1979, Holanda ganhou o Prêmio Juca Pato, sendo considerado o intelectual do ano. Já com a saúde debilitada, foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Permaneceu lúcido até o fim da vida, falecendo em 1982. Sua esposa, Maria Amélia, ainda encontrou manuscritos inéditos de Sérgio,

dos quais foram publicados postumamente: *Extremo Oeste* (1986) e *Capítulos de literatura colonial* (1991). Por ter participado do PT e ser um intelectual de renome, o centro de documentação e memória da Fundação Perseu Abramo (fundação de apoio partidária instituída pelo PT em 1996), recebeu o nome de “Centro Sérgio Buarque de Holanda: Documentação e Memória Política”. Percebemos nesta parte da aula que a produção de Holanda foi múltipla, abrangendo conhecimentos em campos de estudos distintos.

Caio Prado Júnior

Caio da Silva Prado Junior nasceu em 1907, herdeiro de uma das mais importantes famílias da burguesia cafeeira de São Paulo. Teve uma educação tradicional e começou sua atuação política na faculdade. Neste contexto, ingressou no **Partido Democrático**, que reunia num programa liberal e moralizante membros da oligarquia e das camadas médias paulistas descontentes com a Primeira República.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_Brasileiro#mediaviewer/File:PCB_logo.svg

Partido Democrático

Foi um partido político brasileiro, mas de caráter estadual, fundado por dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP) em 24 de fevereiro de 1925, durante a República Velha, tendo sido seu manifesto assinado por 599 signatários. Era uma organização representativa da classe média tradicional, vinculada a setores cafeeiros, mas sobretudo a urbana.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democr%C3%A1tico_\(1930\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democr%C3%A1tico_(1930))

A Revolução de 1930

Foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, da Paraíba e do Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1930

Partido Comunista Brasileiro (PCB)

É um partido político brasileiro de esquerda, ideologicamente baseado em Karl Marx e Friedrich Engels e adepto das estratégias de organização formuladas por Lênin. Fundado em 25 de março de 1922, seu símbolo, segundo seus estatutos, “é uma foice e um martelo, cruzados, simbolizando a aliança operário-camponesa, sob os quais está escrita a legenda ‘Partido Comunista Brasileiro’”. Também conhecido como Partidão, seu número de código eleitoral é o 21. É o partido mais antigo do país ainda em atividade, tendo sido fundado em 1922 e atualmente com 93 anos de existência.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_Brasileiro

Após a **Revolução de 1930**, que pôs fim à República Velha, Caio Prado Júnior muda radicalmente seu posicionamento político. Em 1931, torna-se membro do **Partido Comunista do Brasil (PCB)**, o que é um marco na sua vida.



Figura 5.9: Caio Prado Júnior.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Caio_Prado_Junior.jpg

Boa parte da riqueza da interpretação de nosso autor provém da sua tradição historiográfica associada ao marxismo. Neste sentido, buscou uma explicação diferenciada da sociedade brasileira e de sua situação colonial.

Entretanto, sua abordagem marxista se diferenciava da abordagem dominante no Brasil e na América Latina, comumente adotada pelos Partidos Comunistas (PCs). Caio Prado Júnior não interpretou o *materialismo histórico* como um conjunto de ideias universais, como compreendia a Internacional Comunista (IC) sobre os chamados “países coloniais, semicoloniais e dependentes”. Segundo a IC, todos os países que se encontrassem nessa condição, considerada genérica, deveriam, como ocorreu na Europa, realizar revoluções burguesas para exterminar os supostos resíduos feudais. Dessa forma, acreditava-se que se promoveria o desenvolvimento do capitalismo, preparando o terreno para a adoção do socialismo.



Materialismo histórico

O materialismo histórico é uma abordagem metodológica ao estudo da sociedade, da economia e da história que foi pela primeira vez elaborada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). O materialismo histórico procura as causas de desenvolvimentos e mudanças na sociedade humana nos meios pelos quais os seres humanos produzem coletivamente as necessidades da vida. As classes sociais e a relação entre elas, além das estruturas políticas e formas de pensar de uma dada sociedade, seriam fundamentadas em sua atividade econômica.

O materialismo histórico na qualidade de sistema explanatório foi expandido e refinado por milhares de estudos acadêmicos desde a morte de Marx.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo_hist%C3%B3rico

Internacional Comunista

A Internacional Comunista é o nome dado a vários movimentos comunistas de cunho multinacional. A história da Internacional Comunista remonta a 1864, quando foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), integrada por organizações operárias de diversos países europeus. O mentor e principal líder da AIT era Karl Marx. A repressão e as crescentes divergências internas enfraqueceram a organização, que acabou sendo extinta em 1876.

Treze anos depois, em 1889, foi criada em Paris a Segunda Internacional dos Trabalhadores. Sua direção seguia a doutrina marxista, mas encontravam-se presentes em seu interior diferentes correntes do movimento operário. Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, a luta contra a guerra foi uma das principais bandeiras da Internacional. Com o desenrolar do conflito, entretanto, as divergências vieram à tona e terminaram por enfraquecer a unidade da associação. Em 1919, logo após a vitória dos comunistas na Revolução Russa, foi criada a Terceira Internacional, ou Internacional Comunista, ou ainda *Komintern*. Seu principal objetivo era criar uma União Mundial de Repúblicas Soviéticas. Dominada pelo Partido Comunista da União Soviética, a Internacional emitia diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os seus filiados. Em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, a Internacional Comunista foi dissolvida com a finalidade de tranquilizar os aliados ocidentais da União Soviética.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Internacional_Comunista

Prado não deixa de acreditar no valor generalizado do marxismo, mas o vê como uma possibilidade de analisar as particularidades constitutivas de variadas sociedades, e não como uma fórmula aplicada de forma genérica. Isto é, entende o marxismo como método para a interpretação de diferentes sociedades com diferentes experiências históricas. Desta forma, realiza o que convencionou-se chamar de “nacionalização do marxismo”, como é conhecida a sua teoria para as condições de uma realidade específica, a brasileira.

A partir desta ideia, o autor desenvolve seus argumentos em torno de uma questão central: a relação entre a colônia e a nação, isto é, a transição entre a situação colonial e a situação nacional.

Ele entende a colonização do Brasil a partir de referências amplas, dadas pela expansão ultramarina europeia. Entretanto, ressalta que a colonização da América não foi uniforme e diferencia dois tipos de colônia: as de povoamento e as de exploração. A primeira não teria objetivos mercantis, e haveria uma seleção entre os colonos que se dirigiam a uma e a outra região da América. Para o sul, teriam vindo sobretudo aqueles que desejavam ser dirigentes da produção de gêneros de grande valor comercial, e não meros trabalhadores. As colônias do Sul seriam, então, as de exploração. Ironicamente, o autor acreditava que as colônias de povoamento resultaram em sociedades que não seriam mais que prolongamento da Europa, enquanto as de exploração teriam formado uma verdadeira sociedade original.

O autor defendia que, no começo da colonização, nem mesmo uma sociedade existia nas colônias de exploração. O que prevalecia era a desorganização, se reduzindo a uma “vasta empresa comercial”. Segundo ele, é este o “sentido” que estaria por trás da obra de colonização: produzir, em grandes unidades trabalhadas pelo preço escravo, bens demandados pelo mercado externo. O objetivo básico da colônia seria, então, fornecer produtos primários, a partir das atividades agrícolas e mineradoras, para a metrópole. Neste sentido, a totalidade social estaria subordinada a outra totalidade social. A partir deste objetivo

externo, desconhecendo as demandas internas, se organizaria a sociedade e a economia brasileira.

Para o autor, a estrutura social da colônia tinha dois extremos: de um lado senhores rurais e de outro os escravos. No entanto, com o tempo aumentou o número daqueles que não tinham lugar nessa divisão. Estes são os que o autor considera como “desclassificados”, sendo este o grupo responsável por apontar a direção que a nação deveria seguir no futuro, voltada para as necessidades internas da população.

Assim como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, seus “companheiros de geração”, o autor também analisa a família patriarcal, mas não se detém nela. Para ele, o patriarcalismo não diminuía a brutalidade da escravidão, mas reforçava a dominação dos senhores, tornando-a mais aceita. Em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (1942), por meio da categoria de “sentido da colonização”, o autor explica como se manifestou o **ethos** do aventureiro e o processo pelo qual se formou a família patriarcal no Brasil.

Caio entende a experiência brasileira como uma totalidade histórica sujeita à transformação. Isto é, a partir de um eixo central, dado pelo sentido da colonização, o Brasil poderia se modificar e se tornar uma nação integrada. Acreditava que o caminho iniciado na formação do Brasil contemporâneo deveria levar à revolução brasileira, com a atenção nas demandas internas da população. Neste sentido, a totalidade brasileira se revelaria e se realizaria no momento de superação da colônia.

No entanto, no Brasil a nação encontra grande dificuldade de ir além da colônia. Isto porque, apesar da nossa independência política, se manteve a estrutura econômica e social da colônia. Ou seja, é indicado que uma das principais contradições brasileiras, senão a maior, é a existente entre a organização jurídico-política e a estrutura econômica social do país. Portanto, o autor defendia que a principal transformação no Brasil deveria ser no sentido de fazer com que economia e sociedade realizassem as promessas contidas na ordem jurídico-política.

Ethos

É uma palavra com origem grega, que significa “caráter moral”. É usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação. Em sociologia e antropologia, **ethos** refere-se aos costumes e aos traços comportamentais que distinguem um povo.

Fonte: <http://www.significados.com.br/ethos/>



Uma viagem pelo país

Como Caio Prado Jr. acreditava que não haviam ocorrido rupturas significativas com o passado colonial, sugeriu um método bastante original para compreender a história brasileira: uma viagem pelo país. Acreditava que isto seria muito mais proveitoso do que a pesquisa em arquivos. Certa vez, Prado Jr. ouviu de um professor estrangeiro “que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado”.

A continuidade com o passado ocorreria principalmente em relação à questão agrária, já que a grande exploração, estabelecida na colônia, teria se mantido. Além das condições dos trabalhadores rurais, muitas vezes análogas ao trabalho escravo, a estrutura agrária seria o principal obstáculo para o desenvolvimento do mercado interno.

Apesar do processo de industrialização, iniciado no país da década de 1930, Caio avaliou que este processo não mudaria o que é mais significativo na estrutura social brasileira.

Ao enfatizar a ligação do Brasil com o resto do mundo, como exportador de produtos primários, o autor mudou a própria linha de reflexão sobre o país. Antes dele, a maior parte das interpretações sobre o Brasil se preocupava principalmente com as características internas da nossa sociedade. Porém, ele foi mais além, ao indicar a questão: como podemos enfim superar a colônia?; que é um dos focos do debate socioeconômico atual.

Por conta de seu ingresso no PCB, Caio Prado Júnior estudou o Brasil para transformá-lo; conheceu inúmeras prisões e o exílio; fundou a editora e a *Revista Brasiliense*; chegou a ser vice presidente da seção paulista da **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**; foi eleito deputado estadual; e se dedicou às tarefas mais humildes da militância. Apesar da dedicação, as posições do autor foram quase sempre marginais ao PCB. Quando morreu, em 1990, já estava afastado do partido.



Aliança Nacional Libertadora (ANL)

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma organização política composta por setores de diversas correntes ideológicas (congregando democratas, tenentes, operários e intelectuais de esquerda), criada oficialmente em março de 1935 com o objetivo de lutar contra a influência fascista no Brasil. A associação contou com o apoio do PCB e terminou em 1937.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Alian%C3%A7a_Nacional_Libertadora



Atividade

Atende aos objetivos 4, 5 e 6

Leia o texto a seguir, preenchendo as lacunas com base no que aprendeu nos três últimos itens desta aula.

Nos anos 1930, quatro décadas após a abolição da escravatura, começava a chegar à maturidade a primeira geração de brasileiros que não tinha conhecido a escravidão ao vivo. Isso se dava ao mesmo tempo em que um Estado centralizado procurava instaurar uma economia mais voltada para a produção de bens destinados ao mercado interno, ao invés de basear-se em economias de exportação. O rádio passou a difundir para todo o país a cultura do samba e do futebol. Ou seja, consolidavam-se conjuntamente a autoconsciência do povo brasileiro, do Estado-Nação e da própria nação brasileira. Era um povo composto de índios, negros e brancos, e seus mestiços, e que começou a ter uma consciência nacional.

Dessa situação fazem parte, tanto como reflexo intelectual da situação cultural circundante como na qualidade de motores de todo o processo, três livros primordiais: *Casa-grande e senzala* (1933), de _____ [nome do autor], imediatamente consagrada como primeira obra de peso a defender abertamente a miscigenação como um dado positivo da formação do povo brasileiro – até então as teses “científicas” vigentes atribuíam o atraso nacional à “inferioridade racial” de índios, negros e mestiços; *Raízes do Brasil* (1936), de _____ [nome do autor], que procurava dar uma explicação institucional ao atraso

do país, que apresentava como resultado do patrimonialismo português e suas sequelas, como o clientelismo, e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de _____ [nome do autor], que apontava o “sentido do colonialismo”, ou seja, o fato de a economia brasileira ter estado baseada, desde a colônia, na grande propriedade agrícola monocultora e exportadora, como o fator do atraso brasileiro, o que ainda estaria vigorando na era contemporânea.

Fonte: Adaptado de POMPEU, 2011.

Resposta comentada

A resposta correta, na ordem, fica assim: Gilberto Freyre; Sérgio Buarque de Hollanda; Caio Prado Jr.

Conclusão

Percebemos nesta aula que são diversos os autores e as teorias sobre o Brasil e que, mesmo em épocas distintas, todos os teóricos estudados tiveram importância para o pensamento social brasileiro e que ainda hoje seus trabalhos são de grande valia, sendo utilizados como fonte de estudos por pesquisadores e integrantes de movimentos sociais e políticos. Nota-se também que é cada vez mais comum que estes autores sejam citados em nosso cotidiano nos variados meios de comunicação e que alguns locais e instituições recebam seus nomes com vistas a homenageá-los, o que faz com que eles estejam mais próximos do público em geral, e não somente esquecidos em livros nas bibliotecas, às quais nem todos têm acesso. É importante lembrar que esta foi uma pequena seleção de intérpretes e que existem muitos outros autores de grande relevância para a formação do pensamento social, a maioria de grande renome.

Esperamos que a partir desta leitura você seja capaz de reconhecer a importância dos autores para os estudos de cultura brasileira e a atualidade das obras e ideias apresentadas.



Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2, 3, 4, 5 e 6

Percebemos com a leitura desta aula a grande importância de determinados autores para a construção do pensamento social brasileiro. Algumas de suas teses são imprescindíveis para pesquisas no universo da cultura brasileira até hoje. Vamos lembrar o que aprendemos? Indique a correspondência de cada informação com os autores apresentados na aula:

(1) Nina Rodrigues

(2) Euclides da Cunha

(3) Luís da Câmara Cascudo

(4) Gilberto Freyre

(5) Sérgio Buarque de Holanda

(6) Caio Prado Júnior

a) () Cunhou o conceito de “homem cordial”.

b) () Ao enfatizar a ligação do Brasil com o resto do mundo, como exportador de produtos primários, o autor mudou a própria linha de reflexão sobre o país.

c) () As principais contribuições do autor encontram-se na dualidade litoral/sertão, vista como contraponto entre sociedade moderna e sociedade tradicional; o tema do isolamento do sertanejo, que foi ressignificado e problematizado nos trabalhos sobre populações rústicas; e a busca de uma perspectiva autônoma de interpretação do Brasil.

d) () Sua grande obra foi *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933.

e) () Sua maior contribuição refere-se ao seu trabalho rigoroso de observação e registro das muitas formas de vida sociocultural, geralmente classificadas como “folclóricas” ou “populares”. Seus textos etnográficos possuem numerosas categorias nativas, expressões, objetos materiais, técnicas corporais, práticas sociais e rituais e narrativas.

f) () Foi um médico e antropólogo, fundador da antropologia criminal brasileira e é frequentemente destacado como o primeiro antropólogo brasileiro a fazer um levantamento dos povos africanos residentes no país.

Resposta comentada

A sequência numérica correta é a seguinte: a) 5, b) 7, c) 2, d) 4, e) 3, f) 1.

Resumo

Nesta aula você foi apresentado a importantes intérpretes da formação do pensamento brasileiro nos âmbitos social, cultural e político.

O primeiro foi Nina Rodrigues, um médico e antropólogo, fundador da antropologia criminal brasileira e frequentemente destacado como o primeiro antropólogo brasileiro a fazer um levantamento dos povos africanos residentes no país. Sua posição na história do pensamento antropológico brasileiro é polêmica e considerada racista, mas é indiscutível sua contribuição na coleta de informações e dados sobre os africanos que abarcaram no Brasil.

Euclides da Cunha foi um engenheiro militar, jornalista e escritor brasileiro, sendo *Os sertões* a sua principal e mais renomada obra. O livro foi escrito no contexto da Guerra de Canudos e retrata, entre outras coisas, as diferenças entre a sociedade brasileira que vive no litoral, e a que vive no sertão, e neste sentido, descobre o verdadeiro interior do país. Nesta obra são analisadas as características geológicas, botânicas, zoológicas e hidrográficas da região sertaneja, bem como a vida, os costumes e a religiosidade.

Luís da Câmara Cascudo é conhecido principalmente por seu trabalho como etnógrafo e folclorista. Nasceu e viveu em Natal (RN). Sua obra é de grande abrangência e alcance no que diz respeito ao trabalho de pesquisa, observação e registro das várias modalidades de práticas sociais e representações classificadas como "folclore" e "cultura popular" no país.

Gilberto Freyre é considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX. Escreveu inúmeros livros sobre elementos da cultura brasileira, mas seu mais conhecido livro (e primeiro) é *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933. Nele, Freyre rechaça as doutrinas racistas de branqueamento do Brasil e demonstra que o determinismo racial ou climático não influencia no desenvolvimento de um país.

Sérgio Buarque de Holanda foi um dos mais importantes historiadores brasileiros, além de crítico literário, jornalista e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Na sua mais famosa obra, *Raízes do Brasil* (1936), procura interpretar o país, sua estrutura social e política, a partir das raízes históricas nacionais, partindo de uma análise de nosso legado ibérico até a definição da cultura brasileira, fortemente marcada pela cordialidade.

Por fim, Caio Prado Júnior foi um político e historiador brasileiro nascido em São Paulo. É um importante intelectual do pensamento social brasileiro, tendo se preocupado com a política nacionalista e de modernização do país. Ao contrário de autores anteriores, que se atentavam às características internas da nossa sociedade, ele analisou o país a partir de uma perspectiva macro, enfatizando a ligação do Brasil com o resto do mundo. Neste sentido, mudou a própria linha de reflexão sobre o país.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, iremos contextualizar os matizes e a natureza identitária da cultura em sua natureza erudita, popular e de massa. Nos vemos lá!

6

Culturas erudita, popular e de massa

Izabel Cristina Augusto de Souza Faria

Meta da aula

Contextualizar os matizes e a natureza identitária da Cultura em sua natureza erudita, popular e de massa.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar aspectos culturais nas manifestações várias e suas implicações na contextualização social do indivíduo e da coletividade;
- 2 reconhecer os matizes culturais em seus aspectos básicos e sua relação com a estrutura social;
- 3 compreender as diversas culturas como fontes de paradigmas sociais e antropológicos.

Pré-Requisitos

Para acompanhar esta aula, é fundamental ter claro o conceito de Cultura; a percepção de proximidade entre as diversas culturas; o conhecimento acerca de identidade cultural e do processo elaborativo da cultura, além de teorias sobre o que se pode entender por cultura, como estudado nas aulas anteriores.

Introdução

Para iniciarmos esta aula, vamos problematizar a questão das diferenças: a base da diferença, segundo definições dicionarizadas, está na falta de igualdade e de semelhança, ou seja, o diferente é aquilo que se distingue de outro. Quando, entretanto, pensamos na força retórica dos elementos que compõem as estruturas sociais – das mais primitivas às mais refinadas –, a base da diferença está vinculada à questão do significado e este depende do que chamamos *fenômeno da situação*, ou seja, horizonte de expectativa.

Tal fenômeno está associado ao valor semântico que conferimos às palavras, às coisas, às situações, pois amplificamos ou não o significado de uma palavra, de uma coisa ou de uma situação de acordo com o tempo em que ela se encontra inserida. Esta inserção é a da leitura, da análise comparativa ou crítica e, desta forma, podemos entender que a natureza da cultura é ser ímpar e plural para alcançar, o máximo possível, a plenitude da identidade de grupos e indivíduos.

Agora, após esta breve problematização do que podemos entender por diferenças e, conseqüentemente, por diferentes, passemos ao assunto da aula: cultura erudita, popular e de massa.

Você acha que a cultura erudita, a cultura popular e a cultura de massa são manifestações imutáveis? Que força as impulsiona para uma ou outra classificação? E o que significa esta classificação numa leitura mais complexa e menos determinista?

Estas questões são para lhe estimular o raciocínio investigativo e cutucá-lo a procurar respostas. Portanto, não se preocupe em respondê-las de imediato. Observe, primeiro, as ilustrações. Reflita sobre elas e, depois, continue a aula na seção seguinte.

Fenômeno da situação

O chamado fenômeno da situação ou horizonte de expectativa é a interpretação que os estudos retóricos apresentam acerca da relação tênue que existe entre o que pode ser diferente e o grau de diferença que há entre os objetos em estudo ou observação – de modo a considerar que a diferença e/ou o diferente dependem muito mais do significado que a eles conferimos (de acordo com as nossas necessidades e com o tempo em que os consideramos) do que de acordo com a relação gramatical, padrão, entre ser antônimo ou ser sinônimo.



Figura 6.1: Música.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Harpist_playing.jpg



Figura 6.2: Culinária.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Feijoada_01.jpg



Figura 6.3: Esporte.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:La_Bombonera.jpg

Cultura e identidade – 1ª Parte

A identidade é, por um lado, a marca de distinção; de outro, pode ser uma força propulsora equiparável à força retórica da *figura*. A *figura* é, também, um elemento retórico capaz de assinalar aquilo a que referencia, atribuindo-lhe características específicas que tornam único o objeto referenciado. Para entendermos melhor, retomemos as imagens com que finalizamos a Introdução: a primeira é de uma harpista; a segunda, de uma feijoada; a terceira de uma torcida, ocupando parte de um estádio.

Bem, sobre cada uma delas você teve uma impressão. Isto é, uma leitura realizada a partir da dedução, baseada, informalmente, em conceitos que foram gradualmente sedimentados por você, formando sua base de concepção e compreensão do mundo e das coisas dele. Daí, ser natural que a primeira imagem – a da harpista – seja associada a algo erudito; a segunda – a da feijoada – ao popular, e a terceira – a da torcida no estádio – a algo que nos lembra “massa”. Tais interpretações estão corretas, pois o erudito está associado ao intelectual; o popular ao que vem do povo ou dele se origina e a “massa” ao que denota multidão.

Agora, o que precisamos é considerar se esses tipos de cultura são imutáveis ou se podem sofrer variações de acordo com o espaço e o tempo em que se encontram inseridos. Antes, entretanto, é importante avaliarmos o que significa a **identidade** em seu significado básico e quando pensamos em cultura.

As definições dicionarizadas apenas comprovam o que intuitivamente já sabemos, posto a vida em sociedade nos proporcionar uma série de conhecimentos informais e associações de conceitos a partir da experimentação. O que precisamos, neste momento, é refinar estes conhecimentos para consolidar as formas mais adequadas de abordagem acadêmica. Assim, continuando com a relação cultura e identidade, podemos entender que os vocábulos-adjetivos *erudito*, *popular* e *de massa* são elementos identificadores de determinado tipo de cultura, estabelecendo diferenças conceituais e de objetos entre elas.

É no estabelecimento de diferenças conceituais e de objetos que podemos associar espaço e tempo como fixadores de determinados conceitos ou percepções informais acerca de algo, como um fenômeno cultural, por exemplo. Se pensarmos na valsa, uma modalidade de dança clássica, vamos ver que sua origem está em danças camponesas tradicionais da Áustria que, assimiladas pela nobreza para execução em ocasiões de entretenimento, sofreu determinadas alterações – desde o uso do salão, até a entrada de instrumentos de orquestra – que lhe retiraram a carga signíca do popular para lhe impor a identidade de peça clássica ou erudita. Deste modo, mesmo a sua origem popular e a sua composição alegre e leve, que conduz os pares a movimentos giratórios e deslizantes, bastante comuns nas danças populares, permitindo, inclusive, a troca de pares, não conseguem mais retirar da valsa a marca da erudição.

O que passa, então, a determinar se dada manifestação cultural é erudita, popular ou de massa é a forma como ela é assimilada e transformada ao longo do tempo e de acordo com o espaço social em que é manifestada. Isto significa que a compreensão do que é erudito, do que é popular e do que é de massa pode depen-

Identidade

sf. 1 Característica ou qualidade de idêntico (identidade de interesses); IGUALDADE [Antôn.: diferença]; 2 Semelhança, analogia (identidade de interpretação); 3 Concordância: Nossa identidade de pontos de vista é total; 4 Conjunto de características próprias de uma pessoa, um grupo etc. que possibilitam a sua identificação ou reconhecimento [...]; 5 Bras. O mesmo que carteira de identidade ou cédula de identidade; 6 Ling. Para Saussure, igualdade de um elemento consigo mesmo, ainda que em circunstâncias diferentes; 7 Lóg. Fil. Característica pela qual dois ou mais objetos de pensamento apresentam as mesmas propriedades, embora designados de forma distinta. [F.: Do lat. tard. *identitas*, a *tis*]

Fonte: <http://www.auletedigital.com.br/>

der muito mais do receptor e de seu próprio padrão cultural do que as definições dicionarizadas para um ou outro verbete.

Assim, o que há de comum entre as culturas erudita, popular e de massa é que elas são responsáveis pela identidade de um grupo social: nós nos conhecemos e nos fazemos conhecer a partir de padronagens que nos identificam dentro de um grupo maior pausterizado, muitas vezes, pela globalização. Basta pensarmos na força propulsora de identidade ímpar como o carnaval.

Cultura e Identidade – 2ª Parte

Pensemos, portanto, no carnaval.

O carnaval é festa. É uma celebração universal e data de muitos séculos antes de sua formalização, pela Igreja Católica, na Idade Média. É, entretanto, no medievo que ele adquire o viés que, hoje, o identifica em diversas partes do mundo ocidental: como um período de alegria, fartura e concessões, contrastando com o período da Quaresma – penitência e jejum. Daí o adverso: terça-feira gorda (último dia de carnaval) seguida da quarta-feira de cinzas (o primeiro dia da Quaresma).

O carnaval, no Ocidente Cristão, essencialmente, é um período de interrupção da “seriedade” para a entrega à diversão, aos prazeres e a toda sorte de liberdades/liberalidades. Podemos, no entanto, afirmar que o carnaval, mesmo com esta identidade comum em diversos países, é igual em todos os lugares?

Você deve ter afirmado que não, certo? E sua afirmação tem como base as informações a que você tem acesso pela televisão, internet, filmes, dentre outros veículos de comunicação. Isto significa, grosso modo, que cada espaço tem a sua representação de um dado fenômeno cultural. Do mesmo modo, cada tempo também terá a sua representação.

Vejamos, então, imagens do carnaval no Rio de Janeiro, Brasil, e em Veneza, na Itália.



Sergio Luiz

Figura 6.4: Desfile do Grêmio Recreativo Escola de Samba (avenida Marquês de Sapucaí, Carnaval do Rio de Janeiro).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Carnival_in_Rio_de_Janeiro.jpg



Figura 6.5: Mascarados do carnaval de Veneza, na Itália.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maschere_carnevale_venezia.JPG

Observando as imagens, podemos associar a primeira, o carnaval do Rio de Janeiro, a uma manifestação explicitamente popular, enquanto o carnaval de Veneza, para muitas pessoas, mais se parece com uma manifestação erudita, apesar de ser popular. Antes de continuarmos, assista aos dois vídeos agora indicados.



Pelos vídeos, podemos ver que ambos os carnavais primam por um rebuscamento na representação da história que “narram” e, ainda que tenham suas diferenças centradas em dinâmicas distintas, a intenção é, através da carnavalização do uso de elementos clássicos, a celebração da *carne*. Talvez, para alguns, o carnaval do Rio de Janeiro deixe mais clara esta intenção da celebração da carne, por causa da exposição do corpo, da exploração da sensualidade e do clamor público nas arquibancadas. Ao contrário, o carnaval de Veneza nos oferece uma plasticidade cênica comportada e de certa forma quase sagrada. E isto nos possibilita perceber a relatividade da adjetivação que fazemos quando tentamos nomear e classificar identidades culturais.

- Carnaval de Veneza (2011).
<http://www.youtube.com/watch?v=jl1KD7nte60&feature=related>
- Carnaval do Rio de Janeiro (Imperatriz 2011).
<http://www.youtube.com/watch?v=4P3qTTs1hLQ&feature=fvwrel>

Assim como é um equívoco afirmar que o carnaval do Rio de Janeiro é permissivo sob todos os ângulos possíveis e, por isto, sua natureza é popular, é outro equívoco afirmar que em Veneza o carnaval é comportado e, daí, sua natureza ser erudita. O que temos, portanto, é uma relatividade quanto ao que cada tipo de cultura expressa. Por exemplo: o carnaval está para a cultura popular, como o futebol para a cultura de massa e o canto gregoriano para a cultura erudita. O samba, a modinha, as marchinhas e toda a produção musical com inspiração temática ou sonora nestas raízes estão para a cultura popular, como as produções dirigidas para multidões, sem a necessidade de uma identifica-

de particular, estão para a cultura de massa e os concertos de músicas clássicas, mesmo na beira da praia ou em parques públicos, estão para a cultura erudita. O que nos leva, então, a tais identificações é a compreensão local do fenômeno ou do objeto cultural e de como este fenômeno ou objeto é alterado, de modo a agregar um novo valor identitário a ele.



Sem receio, afirmamos que o exemplo dos Beatles, mediante a música Hey Jude, é de cultura popular – alguns teóricos dizem um clássico popular –, afinal, movimentaram milhares de fãs, criaram novos referenciais para a produção musical de sua época e influenciaram gerações futuras.

Confira o site: <http://www.youtube.com/watch?v=eDdl7GhZSQA>



Monges conseguem unir dois padrões culturais: de um lado a música dos Beatles (popular) e, de outro, a atualização da composição musical para o estilo gregoriano ou cantochão que, sabemos, é um estilo erudito.

Partindo do som original dos Beatles, monges, ao entoarem a música sob a forma de canto litúrgico, mesclam à identidade popular a erudita, mas não tornam erudita a música dos Beatles; pelo contrário, aproximam o cantochão (cultura erudita) do popular e, assim, atribuem novo *status* cultural ao que antes pertencia somente aos quadros da cultura erudita. Se este tipo de aproximação e de atribuição de novo *status* cultural é possível, isto significa que a identidade cultural está sempre em trânsito. Sua caracterização depende de como se concebe um determinado objeto ou fenômeno cultural, levando em conta época, local e necessidade.

Confira o site: <http://www.youtube.com/watch?v=0zIUOUi8p0U&feature=related>

Antes de iniciarmos a próxima seção, vamos responder à primeira Atividade da aula.

tórico e do cultural. Deste modo, podemos entender que os Beatles em canto gregoriano não são tornados eruditos, mas contagiam o erudito com sua popularidade. O mesmo você pode considerar sobre o carnaval de Veneza, que não torna a música clássica ou medieval em música popular, mas fixa a força do clássico, presentificando o erudito através do popular. Partindo das imagens, cada um dos elementos identificados têm suas origens em circunstâncias específicas que o tempo tratou de direcionar de acordo com a necessidade ou a dificuldade de acesso. Por exemplo: a harpa era um instrumento musical comum na Antiguidade e, hoje, por causa da complexidade do aprendizado, é vista como um instrumento típico da música clássica – portanto, da cultura erudita. Por sua vez, a feijoada tem sua origem num prato português, consumido, primeiro, pelos mais abastados – por causa das carnes gordas. Depois, no Brasil, vem sendo reelaborado ao longo dos séculos, juntando partes que não eram usualmente consumidas e, assim, tornou-se um dos principais pratos da culinária brasileira, referenciando um elemento de nossa cultura popular. Já o futebol originou-se na China e sua função era de treinamento militar. Com o tempo foi perdendo esta identidade militar, passando a ser um elemento típico da cultura de massa.

Culturas erudita, popular e de massa

Quando pensamos em cultura, logo nos vem à mente imagens de grupos específicos, como os indígenas, as tribos africanas e os aborígenes da Austrália, por exemplo, com todos os seus hábitos e rituais. De igual modo, os festivais de Nova Orleans, os da região do Minho ou o Círio de Nazaré, entre tantos outros. Porém, cultura é tudo isto e muito mais do que podemos imaginar ou associar, como já vimos nas seções anteriores. Por ser muito mais, também há muita discussão em torno do que seja cultura erudita, cultura popular e cultura de massa.

A cultura erudita é aquela que está relacionada à produção intelectual. Só pode ser adquirida por uma camada social distinta e capaz de poder investir na aquisição do saber. No âmbito social, é compreendida como uma manifestação superior às demais (popular e de massa). No entanto, debates mais modernos, como os da Escola de Frankfurt e os da Estética da Recepção, indicam

que a condição de erudito depende do que se quer dominar e de qual tipo de domínio se exerce, além de quais são os atores envolvidos e em que espaços físicos e de tempo se manifestam.



Escola de Frankfurt – Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Walter Benjamin são os principais nomes da Escola de Frankfurt e seu principal objeto de estudo é a teoria crítica da sociedade. Em torno deste objeto, procuram compreender a formação cultural da sociedade contemporânea, analisando as influências da massificação dos valores, através de uma indústria cultural, na sociedade em constante processo de modificação.



Estética da Recepção – Hans Robert Jauss é o criador da Estética da Recepção, quando, em 1967, discute a forma como a Teoria Literária aborda a História da Literatura. Mesmo nascendo no seio da Teoria Literária, os preceitos teóricos da Estética da Recepção são válidos para aplicação em outros estudos – incluindo os relativos à Cultura. Segundo a Estética da Recepção, a forma como se assimila determinado objeto depende do processo histórico e estético, de modo que um mesmo objeto poderá ter várias interpretações, acolhimentos e significados, dependendo do tempo e do espaço em que está sendo consumido.



Assista ao vídeo da Orquestra Sinfônica Brasileira (<http://www.youtube.com/watch?v=PhbeYFmGvEQ>), em espaço aberto ao grande público, e perceba como é a recepção do estilo.

A cultura popular, por sua vez, pode ser entendida como o resultado de interação entre indivíduos e grupos de uma mesma região objetivando a afirmação de sua identidade. Neste aspecto, temos as crenças; as religiões; os cantos e contos populares;

os artesanatos. Enfim, as manifestações folclóricas dos vários grupos que compõem uma identidade nacional. Debruçando-se sobre o assunto, você irá verificar que vários estudiosos apontam que cultura popular e cultura de massa são sinônimas entre si. Se considerarmos, entretanto, as interpretações teóricas da Escola de Frankfurt e da Estética da Recepção, vamos perceber que entre uma e outra cultura (popular e de massa) há diferenças.

A cultura popular tem como base as manifestações regionais, apresentando características típicas de uma região ou grupo social, como vemos no Círio de Nazaré (Pará), no Boi-Bumbá (Maranhão) e na própria roda de samba (Rio de Janeiro). A cultura de massa, por sua vez, é caracterizada por uma identidade genérica, posto não identificar uma região, um grupo social, pois avança sobre todos os territórios graças aos meios de comunicação que massificam um determinado gênero e/ou produto. Isto significa que enquanto a cultura popular tem um nascimento espontâneo e local, a cultura de massa é produzida com a finalidade de envolver e homogeneizar o gosto da coletividade. Daí ser uma produção para multidões. Sua marca principal é a ausência de território.



Para entender a diferença entre a cultura popular e a cultura de massa, veja os vídeos indicados.

Assista ao Círio de Nazaré, que é festejado em Belém do Pará (Brasil), desde 1793, sempre no segundo domingo de outubro: <http://www.youtube.com/watch?v=yeiWcsnEeWQ&feature=related>.

Assista ao show da banda Calypso, que surgiu em Belém do Pará (1999) e que é formada pelo casal Joelma e Chimbinha: <http://www.youtube.com/watch?v=WDYWjqEv77M&feature=related>.

Resposta comentada

Certamente, em sua resposta, você deve ter dito que não. Significa, então, que para você o entendimento sobre uma dada manifestação cultural está além de rótulos impostos por um grupo social. Sem dúvida, portanto, ficam evidentes que o tempo e o espaço são elementos determinadores dos padrões culturais. Como exemplo, podemos pensar em composições, hoje, consideradas eruditas – porque apreciadas ou acessíveis a uma classe intelectualmente privilegiada da sociedade – que foram, há séculos, populares – é o que vemos em muitas composições do Leste Europeu. No ambiente tribal, podemos ter a mesma leitura, pois o domínio de uma sabedoria ancestral, envolvida em ritos e mistérios, pertence, para seu povo nativo, ao erudito; enquanto para nós, um povo urbanizado e escolarizado, está para o popular.

A história contemporânea, por sua vez, está recheada de exemplos em que o Estado revolucionário tenta eliminar o senso de erudição e, portanto, de existência de uma classe social mais abastada, seja financeira ou intelectualmente, oportunizando a todos o acesso ao erudito. Houve a procura, então, de se intensificar o gosto pelo clássico, através de sua banalização. Ironicamente, este recurso não funcionou. Afinal, a força que impulsiona o tempo e o espaço não pode ser manipulada pela vontade de um governo autoritário, pois seu trânsito é invisível, contínuo e involuntário no seio da sociedade – seja esta qual for.

Revoluções que procuraram eliminar as diferenças entre as classes sociais valendo-se da abertura de locais frequentados apenas pela nobreza, banalizando, inclusive, as suas preferências artísticas e gastronômicas, foram: Revolução Francesa (1789); Revolução Bolchevista ou Russa (1917); Revolução dos Cravos (1925); Revolução Chinesa (Revolução Nacionalista de 1911 e Revolução Comunista de 1949); Revolução Cubana (1959).



No Brasil, o Golpe de 1964, em especial a partir da década de 1970, sobretudo em seus anos finais, já com o anúncio das mudanças necessárias no cenário político brasileiro – o Movimento das “Diretas Já” (1983-1984) e a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência da República (1985) –, também procurou aproximar o povo daquilo que se tinha como pertencente à elite. Assim, Clementina de Jesus, na década de 1980, saiu dos terreiros do samba e foi parar no Teatro Municipal de São Paulo, enquanto orquestras, corais, balés e companhias de ópera saíram dos grandes teatros e foram para espaços populares.



Assista à Clementina de Jesus, 1982, cantando “Marinheiro Só”, no Teatro Municipal de São Paulo.

<http://www.youtube.com/watch?v=RQMB0IzajEg&feature=autoplay&list=PLE44C859061E2A423&index=73&playnext=2>

Conclusão

O movimento de aproximar as pessoas aos gêneros culturais diversos depende do objetivo de se atingir o indivíduo em sua identidade única, o indivíduo em sua identidade coletiva ou o indivíduo em sua ausência de identidade. Podemos entender, portanto, que são três os movimentos básicos.

1º movimento – o que aproxima o homem do que o transcende, do que é produzido pela inteligência e do que estimula o intelecto. Este movimento o individualiza no meio dos demais membros do grupo social através da aposição de um saber ou de uma sensação quase intocável e, daí, com uma força própria do que é sagrado. Este movimento é inerente à cultura erudita.

2º movimento – o que aproxima o homem de sua identidade local, assemelhando-o ao que é comum a dado grupo. Assim, reforça e valoriza uma força propulsora oriunda do povo. Este movimento é inerente à cultura popular.

3º movimento – o que aproxima o homem da ausência de identidade, tornando-o massa disforme movida por impulsos superficiais. Este movimento é inerente à cultura de massa.

De um modo geral, não podemos afirmar que os três gêneros culturais, aqui comentados, existem em sua natureza pura, pois, como já vimos, eles permitem um intercâmbio de estilos entre si. E, neste caso, um dos estilos prepondera sobre o outro, contagiando-o com sua natureza. É o exemplo de “Hey Jude”, dos Beatles, que sob a musicalidade do cantochão contagia o erudito com sua popularidade ou das músicas medievais e clássicas, que contagiam o carnaval de Veneza com seu eruditismo.

O tempo e o espaço também contribuem para a definição de conceitos, valores e juízos que se pode fazer acerca de um gênero cultural, pois cada época e cada tempo históricos possuem suas particularidades, que podem ser entendidas como um somatório de tendências. As tendências são espontâneas, mas sua matéria é plasticamente manipulável. Aqui, entra em cena o poder.

Cultura e poder parecem contraditórios, mas estão assentados sobre os mesmos princípios retóricos das figuras de acumulação. Segundo Lausberg (1993), a acumulação consiste num somatório de elementos, dando forma a um enunciado. Dada esta característica, o enunciado é fruto de uma construção do pensamento, da ideia. Logo, cultura e poder fazem parte de um repertório complexo e determinante que se define como ideologia.

A ideologia pode ser tanto um ideário (conjunto de ideias), quanto um instrumento de dominação pela persuasão; pela projeção de uma ilusão de realidade. A cultura, por conseguinte, seja erudita, popular ou de massa, é passiva a este tipo de manipulação. A questão, conforme já vimos, é que não há garantia de sucesso neste manejo. Caso contrário, a música clássica teria a mesma natureza do samba, ou vice-versa, porque ambos estão presentes em carnavais.

Resposta comentada

Você deve ter percebido que a rotulação de uma cultura em erudita, popular ou de massa depende do espaço, do tempo e da própria identidade do grupo em que ela é manifestada. Assim como, para o homem urbano, as rezas, o conhecimento sobre cada erva e seus efeitos malignos e benignos, por exemplo, estão para a cultura popular, para o indivíduo deste grupo social, de identidade rural ou tribal, todos esses saberes estão para a cultura erudita, pois só o mais antigo, o mais sábio, é capaz de deter tantos conhecimentos. É o mesmo que dizermos que o médico é um erudito para o homem da cidade, tanto quanto a rezadeira é uma erudita para o homem do campo.

No que diz respeito às culturas popular e de massa, a diferença é delicada, mas identificável. Você estudou que, de um lado, a cultura popular tem como base a identidade local. Daí o carnaval do Rio de Janeiro ser, apesar de toda a propaganda e da entrada de turistas, um produto da cultura popular, pois não está em nenhum outro lugar que não a cidade do Rio de Janeiro e o mesmo dizemos do Boi-Bumbá no Festival de Parintins; dos trios elétricos no carnaval da Bahia e da Festa de São João em Campina Grande, na Paraíba, entre tantas outras manifestações de cultura popular. Todas sofrem uma propaganda de massificação em razão do poder econômico que representam para suas localidades, mas é a identidade popular de cada uma que resiste, permitindo a particularização dos eventos, de acordo com a tradição e a atualização necessária para sua continuidade.

Você deve ter percebido, ainda, que os conceitos não são imutáveis. Suas atualizações são necessárias e servem para atender tanto a uma demanda econômica, quanto política. Ambas as demandas representam tipos de poder que impulsionam a espontaneidade cultural a serviço de uma ordem social e histórica, de modo que o erudito não deixa de ser erudito, mas pode emprestar sua identidade a um produto popular e, assim, conferir-lhe um refinamento que impulsiona seu valor monetário no mercado. Ao mesmo tempo, o erudito pode subtrair de matrizes populares inspirações que proporcionem uma aproximação maior com o grande público sem perder sua identidade cultural sedimentada pelos séculos.

Resumo

O objeto cultura pode ser, grosso modo, rotulado como erudito, popular ou de massa. Todos possuem uma identidade que lhe é inerente, mas não imutável. A relação entre cultura e poder, apesar da aparente contradição, é natural, pois ambos estão centrados nos mesmos princípios teóricos que fundamentam as figuras de acumulação – sendo que a ideologia pode ser entendida como uma figura de acumulação. Assim, pensando que a acumulação ocorre a partir do somatório de elementos, a fim de compor um enunciado, a natureza da ideologia é acumulativa e, desta forma, cultura e poder se aproximam, pois apresentam em sua essência a composição de elementos que podem ser manipulados e/ou alterados de acordo com o tempo e o espaço em que se manifestam. Deste modo, sabemos que as culturas podem intercambiar os seus valores, sem eliminar a identidade primeira do produto/objeto cultural. Ao acontecer este intercâmbio, o que temos é um empréstimo de identidade, de essência, que acaba por conferir um valor distinto ao produto/objeto. Este valor pode ser econômico e/ou político, resultando em atualizações que objetivam a manutenção da identidade intelectual, local ou universal ao mesmo tempo em que a difundem através de atualizações necessárias para a manutenção da própria natureza cultural do objeto/produto e do grupo que identifica.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, iremos abordar a questão da cultura imaterial.

7

O que é cultura material?

Camila Maria dos Santos Moraes

Meta da aula

Apresentar o conceito de cultura material a partir da análise do significado dos objetos como expressão das diferentes identidades sociais.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 apresentar as principais definições de cultura material;
- 2 diferenciar cultura material de patrimônio cultural material;
- 3 identificar elementos da cultura material e a sua articulação com expressões artísticas, religiosas etc.;
- 4 identificar a relação entre cultura material, consumo e o estudo do fenômeno turístico.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, sugerimos que tenha em mente os conceitos de cultura discutidos nas primeiras aulas desta disciplina.

Introdução

Como vimos na Aula 1 desta disciplina, o termo “cultura” faz parte do vocabulário cotidiano. Todos nós somos atores sociais que têm uma visão sobre a nossa própria cultura e sobre a cultura dos outros grupos que nos cercam, não é mesmo? E, ainda, todos nós podemos ter uma ideia particular do que é cultura material.



Figura 7.1: Desfile da Mocidade Independente de Padre Miguel, 2007.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/bb/Carnival_in_Rio_de_Janeiro.jpg/800px-Carnival_in_Rio_de_Janeiro.jpg

Por exemplo, o carnaval, em suas diversas manifestações pelo Brasil, é uma conhecida expressão da cultura brasileira. Vamos analisar um caso particular: o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. É fácil perceber que esse desfile é o resultado de um conjunto complexo de elementos expressivos: as fantasias,

os carros alegóricos, a performance de todos os participantes na hora em que as primeiras notas da bateria começam a se harmonizar, as letras dos sambas, a capacidade de contagiar e ganhar o público nas arquibancadas. Tudo isso faz parte de uma mesma manifestação cultural – que envolve uma série de componentes *materiais* e *imateriais*. As lindas fantasias, alegorias, os carros alegóricos, os instrumentos musicais – todos esses elementos podem ser vistos, alguns vestidos, outros manipulados, pegados, tocados. O seu caráter *material* é imediatamente perceptível.



Mark Scott Johnson

Figura 7.2: Casal de mestre-sala e porta-bandeira da Unidos de Vila Isabel, desfile de 2006.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/eb/Unidos_de_Vila_Isabel.jpg/800px-Unidos_de_Vila_Isabel.jpg



Figura 7.3: Repinique, instrumento tradicional das escolas de samba.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/52/Repinique1.jpg>

A partir desse breve exemplo, já podemos ter uma ideia do que trata esta aula. No entanto, mesmo que o significado de “cultura material” possa ser facilmente dedutível a partir de nossa própria experiência cotidiana, é importante fazermos uma breve discussão sobre a expressão. Dentro dos estudos sobre a cultura material, há uma série de possibilidades de entendimento sobre esse mesmo fenômeno. Nesta aula, iremos apresentar algumas destas possibilidades conceituais que nos ajudam a refletir sobre a sua relação com o patrimônio e com a atividade turística.

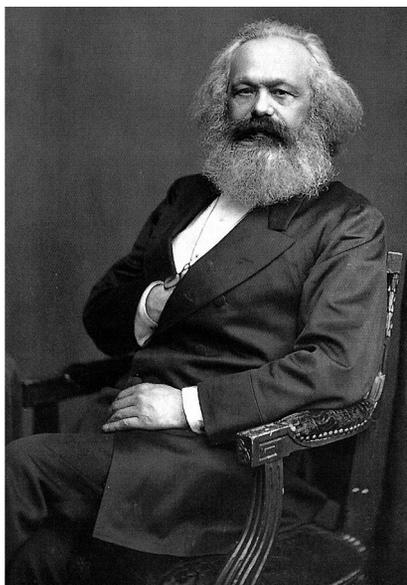
Breve histórico do conceito “cultura material”

Com base na *Enciclopédia Einaudi* e seu ensaio sobre cultura material, escrito por Bucaille e Pesez (1989), apresentarei um histórico dessa expressão.

A noção de cultura material nas Ciências Humanas é relativamente antiga. A origem dessa noção é difícil de precisar. No entanto, podemos localizá-la já na segunda metade do século XIX, no coração de diversas correntes de pensamento. O que era comum entre tais correntes era o uso de objetos e fatos concretos na construção de seus pensamentos empíricos. A partir desses pressupostos, dentro das Ciências Humanas, três ciências se constituíram, tendo a noção de “cultura material” como objeto de estudo: a Arqueologia, a pré-história e a Antropologia.

Uma figura importante para o entendimento da construção da noção de cultura material foi Karl Marx (1818-1883). Sua obra influenciou muitas gerações de intelectuais que refletiram sobre as relações entre a vida material dos homens (suas riquezas e seus meios de produção) e as relações ideológicas e de poder que ela estabelece entre as classes sociais.

Karl Marx



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d4/Karl_Marx_001.jpg



Karl Marx é autor de obras como *O capital* e *O manifesto do Partido Comunista*, além de ser um dos maiores pensadores da sociedade no âmbito das Ciências Sociais. Ao longo do século XX, suas ideias influenciaram profundamente muitas gerações de intelectuais. Algumas correntes eram tão fiéis às suas teorias que se autodenominavam “marxistas”. Durante o governo de Lênin, nos primeiros anos da União Soviética, sob a influência dos marxistas, foi criada a Academia de História da Cultura Material da Rússia. A criação da Academia é um exemplo da importância que a noção de “Cultura Material” ganhava no âmbito institucional. Tratava-se do ingresso oficial dessa noção no campo da História como objeto de estudo (BUCAILLE; PESEZ,1989).



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b9/Lenin.jpg/455px-Lenin.jpg>

Vladimir Ilyich Lênin (1870-1924) foi um revolucionário marxista russo e político comunista. Ele liderou a Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, e chefiou o Estado soviético nos seus primeiros anos (1917-1924).

A partir de 1920, após a Segunda Guerra Mundial, a ideia de cultura material passou a ser muito utilizada pelas Ciências Humanas, em especial pelos historiadores.

Algumas definições de cultura material

Segundo o *Dicionário de Ciências Sociais* (1987), a expressão cultura material era usada para designar apenas técnicas e artefatos como elementos da cultura. No entanto, hoje, após críticas à primeira noção, a definição se ampliou: “cultura material designa aspectos da cultura que determinam a produção e o uso de artefatos” (DOUGLAS apud SILVA, 1987, p. 294). Assim, a cultura material seria, ao mesmo tempo, as formas materiais da cultura – os produtos da cultura, como a arquitetura, os objetos, os artefatos, as obras de arte, as vestimentas, os utensílios, os instrumentos e todas as formas de tecnologia – e a *lógica* que determina a produção, invenção e significado de tais objetos.

É interessante pensarmos que o termo “cultura material” seria uma contradição, já que a *cultura*, na sua acepção contemporânea, tem o sentido de *lógica*, de *linguagem*, de *sistema de significados*, ou seja, ela é composta por elementos abstratos e, portanto, imateriais.

Assim, devemos entender que a expressão “cultura material” é utilizada com a finalidade de organização de estudos.

Em geral, quando construímos uma ciência, devemos tipificar e categorizar as coisas do mundo, de modo a ordená-las de forma lógica. No entanto, isso não significa que tais categorizações sejam verdades absolutas, mas sim recortes feitos para facilitar a organização e a construção do pensamento. Deste modo, no decorrer desta aula trataremos do termo “cultura material” como parte da construção da Ciência Antropológica.



Atividade

Atende ao objetivo 1

Apresente as principais definições de cultura material e cite um exemplo de um elemento da cultura material.

Resposta comentada

Cultura material pode ser definida como os elementos materiais da cultura – os produtos da cultura, como a arquitetura, os objetos, os artefatos, as obras de arte, as vestimentas, utensílios, instrumentos e todas as formas de tecnologia. Como, por exemplo, as roupas, colares, talheres, pratos etc.

Algumas características da noção de “cultura material”

Tendo ainda como base a *Enciclopédia Einaudi*, apresentaremos algumas características do conceito “cultura material”.

A primeira delas se refere à questão que acabamos de levantar: cultura material é antes de tudo *cultura*. Por ser cultura, ela expressa características de um grupo, de uma coletividade, ou seja, quando falamos de cultura material não estamos falando do objeto de uma pessoa específica, mas sim de um objeto importante para um grupo social, cujo significado e valor são compartilhados.

A segunda característica está relacionada à primeira. Quando falamos de cultura material estamos interessados nos elementos materiais (todos e quaisquer elementos materiais – objetos, utensílio, matérias-primas, artefatos, construções, móveis, roupas etc. – que fazem parte da vida de um grupo) utilizados *com frequência*. Tais elementos estão, assim, ligados aos hábitos, à rotina, ao cotidiano ou à tradição de um grupo.



Stahlkocher

Figura 74: Fogão a lenha feito de metal: elemento da cultura material.
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/eb/Kohleherd.jpg>



Figura 75: O chapéu (xapo ou plumaj em patoá e iuti em palikur) é o ornamento plumário mais prestigiado entre os Galibi Marworno, Palikur e Karipuna.
Fonte: http://oiapoque.museudoindio.gov.br/exposicao/chapeus/images/A06_chapeu.jpg

A terceira característica da cultura material se refere à materialidade. Nesta aula, iremos seguir o conceito de materialidade desenvolvido pelos estudos antropológicos, que atribuem aos elementos da cultura material valor explicativo em relação aos fenômenos socioculturais.

Outro ponto importante que devemos esclarecer: a “cultura material” não é igual ao patrimônio cultural material, apesar de terem características em comum.

Segundo Lemos (2000), patrimônio cultural material é aquele elemento da cultura que herdamos do passado e/ou que transmitimos a gerações futuras. A ideia de patrimônio cultural está ligada à herança e à memória. No entanto, nem tudo que herdamos e/ou transmitimos para as futuras gerações é *reconhecido* como patrimônio. Para ser reconhecido como tal, um elemento material de uma determinada cultura passa por uma seleção consciente. O conceito de patrimônio cultural implica uma *noção de posse* coletiva. Quando falamos que uma edificação, uma paisagem ou uma coleção de objetos do passado expostos em um museu são *patrimônios culturais*, estamos dizendo que tais elementos materiais pertencem a determinados grupos de pessoas (os cidadãos de uma cidade, estado, país ou mesmo toda a humanidade). E, mais ainda, que é de nosso interesse comum que tais elementos sobrevivam aos efeitos do tempo, sejam preservados e legados para as próximas gerações.

Os elementos da cultura material não passam necessariamente por uma seleção consciente para serem transmitidos de geração em geração. Aliás, grande parte do que nos constitui culturalmente, ou seja, toda a *lógica* que nos orienta no mundo, é inconsciente. Os elementos da cultura material não estão ligados, necessariamente, à noção de posse da forma como o patrimônio cultural material assim a estabelece.

A cultura material está sempre relacionada a um grupo que a detém, mas o que temos é mais uma relação de pertencimento do que de posse. Por exemplo, se eu pertenço a alguma religião (ela faz parte da minha cultura), logo os elementos materiais ligados àquela

religião fazem parte do exercício de minha fé. Eu não possuo a igreja ou templo que frequento, por exemplo, como eu possuo a minha casa, minhas roupas, meus objetos pessoais. No entanto, sou eu quem, conscientemente, junto com o meu grupo, determino que tais elementos culturais são um patrimônio cultural material – por exemplo, o templo ou igreja que frequento. Então, esses elementos materiais da cultura tornam-se patrimônio e podem mesmo ser legalizados por intermédio da lei de tombamento.



Lionel Baur

Figura 76: Igreja de São Francisco, Patrimônio Cultural de João Pessoa (PB).
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/6a/Sfc-paraiba.jpg/576px-Sfc-paraiba.jpg>

Note que a diferença é sutil: todo patrimônio cultural material é um elemento cultural, mas nem todo elemento cultural é um patrimônio cultural material. Assim que um elemento cultural torna-se patrimônio cultural material, referente a um grupo social, ele deve ser, inclusive legalmente, valorizado e preservado coletivamente.

Vamos analisar outro exemplo para entendermos esta diferença: o Palácio Imperial, situado em Petrópolis, foi reconhecido como Patrimônio Cultural Material. Tudo dentro dele é considerado patrimônio cultural material: desde sua arquitetura, a sua decoração até os seus objetos e artefatos. No entanto, nem todos os objetos ou todas as casas de todos os grupos sociais são considerados patrimônio, embora sejam parte da cultura material de um grupo. Por exemplo, uma casa em uma favela é parte da cultura material daquela comunidade – é um imóvel construído seguindo a técnica de um grupo específico, para habitar um lugar específico, em geral, as encostas dos morros. No entanto, este elemento da cultura material ainda não é reconhecido como patrimônio (mas pode muito bem vir a ser um dia).



Figura 7.7: Panorama da cidade histórica de Ouro Preto (MG), Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f4/Panor%C3%A2mica_de_Ouro_Preto.jpg/800px-Panor%C3%A2mica_de_Ouro_Preto.jpg

No Brasil, é o Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o órgão federal responsável pela preservação do acervo patrimonial, tangível (material) e intangível (imaterial), do país.

O patrimônio material é protegido com base em legislações específicas. Os bens culturais são classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. O patrimônio cultural material é dividido em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e bens móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Para ver essas informações na internet, acesse o *link*: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginalphan>.



Figura 7.8: Teatro Amazonas, Manaus (AM), Patrimônio Histórico.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/dc/Teatro-amazonas.jpg/450px-Teatro-amazonas.jpg>



Atividade

Atende ao objetivo 2

Diferencie cultura material de patrimônio cultural material e dê um exemplo de um elemento da cultura material e um exemplo de patrimônio cultural material.

Resposta comentada

Patrimônio cultural material se refere apenas aos elementos da cultura material que foram valorizados, selecionados e escolhidos como representativos de uma cultura, e, por isso devem ser preservados. Tais elementos são escolhidos para se tornarem a memória materializada de uma sociedade, testemunhos de um passado que são legados às gerações futuras. A cultura material se refere a todos os elementos materiais de uma cultura: os objetos, os artefatos, os utensílios, os instrumentos e construções. Elementos da cultura material, quando ganham um status de representatividade de um povo, podem ser reconhecidos e consagrados como patrimônio. Você poderá ter em mente uma série de exemplos do que é cultura material e do que é patrimônio cultural. Por exemplo, o artesanato em pedra sabão comum nas cidades históricas de Minas Gerais são elementos da cultura material daquela região, mas somente as esculturas de Aleijadinho – também esculpidas em pedra sabão – se tornaram Patrimônio Cultural.

A cultura material como objeto de estudo

Na antropologia, os objetos concretos, sejam eles móveis ou imóveis, como, por exemplo, armas, ferramentas, utensílios, casas ou cidades, provenientes de grupos sociais, são o suporte concreto necessário na descrição ou compreensão de um grupo. Por meio da cultura material podemos entender hábitos e costumes de um grupo social.

Tomemos como exemplo o candomblé ou a umbanda, em que determinadas roupas e colares (as guias) representam o santo da pessoa que as usa ou o santo homenageado no dia. As roupas

são elementos da cultura material que possuem significados culturais. Assim, a partir desses significados compartilhados pelo grupo, como o uso das roupas, uma mensagem é passada. A análise dos significados daquelas roupas e guias nos ajuda a entender melhor a organização de um centro de candomblé, bem como sua hierarquia e a identificação da festa do dia.



André Koehne

Figura 7.9: Baianas na Lavagem da Esquina do Padre, Caetité (BA).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/0b/Caetit%C3%A9_baianas.jpg/800px-Caetit%C3%A9_baianas.jpg

Ao empreendermos o estudo de um grupo ou sociedade, a partir de sua cultura material, tomamos os seus elementos materiais como objetos de estudo. Dentro de um sistema cultural, aquilo que chamamos de “cultura material” pode representar diferentes tipos de objetos a serem estudados, os quais podem estar ligados à produção de bens materiais de diferentes formas.

Podemos fazer a seguinte distinção entre os elementos que podem ser categorizados dentro de “cultura material”:

- 1) Os materiais da natureza (ex.: a madeira, as pedras, a água, as plantas etc.), bem como o uso da energia desses materiais (quando construímos moinhos e represas, usamos carvão ou o vento para combustível etc.) para produzir outros materiais.



Lourdes Cardenal

Figura 7.10: Moinhos de vento no Campo de Criptana em La Mancha, na Espanha.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/13/Campo_de_Criptana_Molinos_de_Viento_1.jpg/799px-Campo_de_Criptana_Molinos_de_Viento_1.jpg



Figura 7.11: Toras de madeira para construção.

Fonte: <http://www.tigweb.org/images/express/panorama/articles/23747.jpg>

- 2) Os instrumentos de trabalho (por exemplo, machados, lanças, máquinas etc.) e o conhecimento técnico para a produção de novos bens materiais (as técnicas de construção, de tecelagem, de olaria etc.).



Figura 7.12: A eolípila, inventada no século I por Heron de Alexandria, é considerada o primeiro motor a vapor documentado.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/3e/Aeolipile_illustration.JPG/395px-Aeolipile_illustration.JPG



Figura 7.13: Uma moça trabalhando numa roca de fiar, França, 1910.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fe/56-Baud-Jeune_fille_au_rouet-vers_1910.JPG



Figura 7.14: Indústria têxtil atual.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/77/GF-07_b.JPG/800px-GF-07_b.JPG

3) Os objetos fabricados e os produtos destinados ao consumo (por exemplo, os vasos de barro feitos com água e técnicas artesanais, as casas construídas a partir do corte da madeira com o machado de pedra, os cristais lapidados e polidos a partir de ferramentas e técnicas específicas etc.).



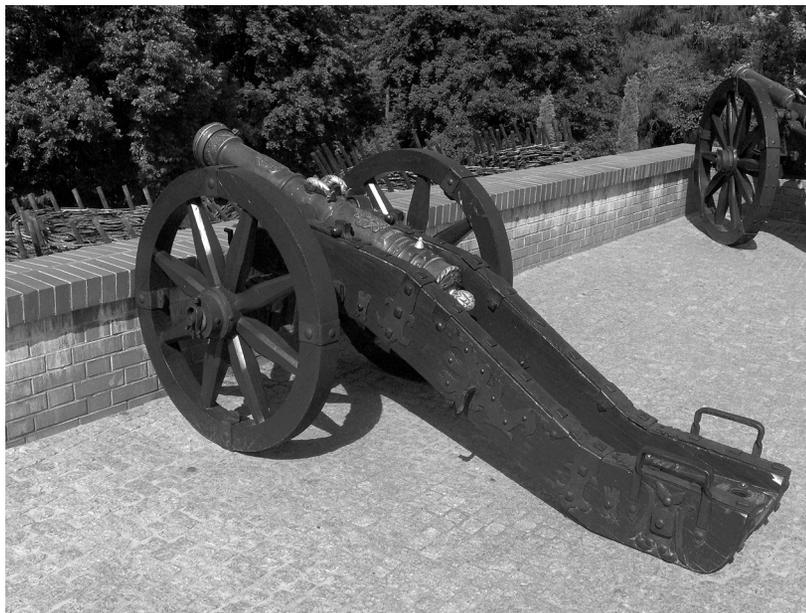
Figura 7.15: Vaso grego datado dos séculos XIV a XIII a.C.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/64/Mycenaean_stirrup_vase_Louvre_AO19201.jpg/672px-Mycenaean_stirrup_vase_Louvre_AO19201.jpg



Figura 7.16: Casa de pau a pique ou taipa de mão, Serra Talhada (PE).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/88/Serra-Talhada-Casa-de-taipa.jpg/800px-Serra-Talhada-Casa-de-taipa.jpg>



Krzysztof Burghard

Figura 7.17: Canhão, Jasna Góra, Polônia.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4b/Armata_z_bastionu_%C5%9Bw._Rocha_%28twierdza_Jasna_G%C3%B3ra%29.jpg/800px-Armata_z_bastionu_%C5%9Bw._Rocha_%28twierdza_Jasna_G%C3%B3ra%29.jpg



Stewart Butterfield

Figura 7.18: Ursinhos de brinquedo à venda em uma loja japonesa.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/71/Stewart-Japanese_toy_bears.jpg



Atividade

Atende ao objetivo 3

A foto a seguir apresenta um homem vestido de Oxum, um santo do candomblé. Como dito anteriormente, a roupa é parte da cultura material de um grupo e, no caso da imagem apresentada, trata-se do grupo que pratica a religião do candomblé. Agora, a partir dos conceitos expostos, pense em um exemplo, que lhe seja familiar, de outros tipos de vestimentas, roupas ou trajes que podem ser relacionadas ou referidas a um grupo e suas cerimônias, rituais ou tradições. Justifique a sua escolha.



Cristina Domelles

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/312361>

Resposta comentada

As roupas são elementos da cultura material na medida em que podemos classificá-las como produtos materiais extraídos da natureza (como, por exemplo, o algodão) somados às técnicas de costura e tecelagem. A roupa também legitimava e legitima determinados

tipos de comportamento, inclusive a posição social. As roupas revelam hábitos, costumes, tradições, valores e crenças. Você pode ter imaginado vários exemplos diferentes. As próprias fantasias de carnaval, assim como os trajes em uma cerimônia religiosa, estabelecem essa relação entre a materialidade da roupa e os significados sociais a elas associados. O traje de um batizado evangélico ou católico, ou um vestido de noiva em uma cerimônia de casamento em uma igreja católica, também são exemplos dessa relação entre a cultura material e a identidade de um grupo social.

O estudo da cultura material e do consumo

Durante muito tempo os estudos relacionados à cultura material estavam voltados para as grandes coleções etnográficas e para as coleções dos viajantes que passavam por tribos indígenas, recolhendo, por todo o mundo, machados, colares, pulseiras, entre outros objetos representativos dessas culturas. Esse ato dos viajantes de recolher objetos por onde passavam já podia ser qualificado como um tipo de consumo.



Figura 7.19: Os maracás, instrumentos de percussão de uso nos rituais, são elementos da cultura material indígena.

Fonte: http://oiapoque.museudoindio.gov.br/exposicao/maracas/imagens/A07_maraca.jpg

Em geral, esse consumo era realizado a partir de trocas, ou seja, o viajante dava algo em troca de um artefato indígena. Todos nós lemos nos livros de História que os portugueses realizavam o chamado escambo com os indígenas em seus primeiros contatos. Geralmente eles trocavam tecidos europeus por produtos indígenas.

Hoje, o estudo do consumo dos objetos representativos da cultura material ganha uma nova roupagem. Os pesquisadores não se limitam mais ao estudo dos objetos de sociedades distantes e exóticas. O olhar volta-se para uma economia global, para um conjunto de objetos cada vez mais abrangente, que envolve tanto as produções tradicionais e artesanais (as miniaturas de barro de Mestre Vitalino, os instrumentos musicais produzidos a partir de técnicas medievais, as toalhas de renda cearenses etc.) como as mercadorias de alta tecnologia e produtos de massa (telefones celulares, brinquedos, tecidos, carros etc.).

Nos últimos anos, o interesse nos estudos das sociedades nos contextos urbanos vem crescendo entre os pesquisadores. Desta forma, o estudo da cultura material ligada à cultura urbana tem ganhado espaço.

E o que seria, então, o consumo da cultura material, nos dias de hoje, dentro dos contextos culturais urbanos? Como esse consumo da cultura material acontece?



Allanpatrick

Figura 7.20: Loja de artesanato da feira de Caruaru (PE).

Fonte: http://farm1.static.flickr.com/128/330960263_fa9bf72419.jpg



Christopher Woo

Figura 7.21: Shopping center em Toronto, Canadá.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/83/Eaton_Centre_HDR_style.jpg/800px-Eaton_Centre_HDR_style.jpg

Há vários tipos de objetos que podem ser consumidos, os quais são parte da cultura material de um grupo. Vejamos um exemplo: as Havaianas, os famosos chinelos de borracha que ganharam o mundo nos últimos anos.

Esse consumo está intimamente ligado a todo um trabalho de reformulação e reposicionamento da marca, que ligou o chinelo a uma imagem moderna e positiva do Brasil. Até a década de 1990, o chinelo era ligado ao consumo das classes mais baixas e não tinha o menor *glamour*. A partir de década de 1990, após queda no faturamento, houve um forte investimento em marketing da marca, em torno de 12% a 13% do faturamento. O longo percurso para a sandália ganhar um *status fashion* e cosmopolita levou em conta mudanças no *design*, a criação de novos modelos, nas redes de distribuição do produto, no posicionamento dos *displays* nas lojas e propagandas com modelos, celebridades e personalidades. Um dos *slogans* mais lembrados é “Havaianas: todo mundo usa”.



Figura 7.22: Expositório de Havaianas à venda em São Paulo.

Fonte: http://farm1.static.flickr.com/117/298879660_ff89dc64c2.jpg

Nesse processo, a marca foi lançada internacionalmente com fortes campanhas de promoção, inclusive junto aos candidatos ao Oscar de 2003. O chinelo, hoje, é visto como “tipicamente” brasileiro. Faz parte de nossa cultura material, pois é um produto material voltado para uso do homem em seu meio, como vimos no início de nossa aula.

Hoje, as Havaianas não são mais um simples chinelo. Seus formatos e suas cores seguem as tendências mundiais do mundo da moda. Elas têm um “valor de uso”, pois têm uma utilidade muito direta: usamos para proteger o nosso pé. Elas têm, muito expressivamente, um “valor de troca”, pois são mercadorias que estão na base de uma empresa que fatura perto de R\$ 1,6 bilhão, e um poderoso “valor simbólico”, pois são objetos que têm valores ligados à cultura, a um modo de ser, de se vestir, com regras de etiqueta, com a moda.

As casas são outro elemento da cultura material que sofreu modificações relacionadas aos hábitos de consumo nos últimos anos. A arquitetura das casas se altera hoje diante das demandas do consumo. Vejamos o caso do uso da madeira para a sua construção.

Houve um tempo em que a madeira de lei, originária da Mata Atlântica e da Amazônia, era muito consumida para a construção de casas e muito valorizada. Hoje, em função do discurso favorável à preservação do meio ambiente, as madeiras valorizadas para as casas são as de reflorestamento e de demolição, peças já utilizadas e que são reutilizadas, evitando-se a derrubada de novas árvores.

O tema consumo é recorrente nos estudos antropológicos. Podemos pensar no consumo como o consumo de uma cultura, a partir do consumo dos aspectos materiais da cultura. É possível encarmos esse “consumo da cultura” como uma forma de

destruição da mesma. Consumo pode ser interpretado como um fator de extinção do que é consumido: quando consumimos um alimento, um prato de comida, por exemplo, significa que, ao final desse consumo, o prato estará vazio.

No caso do turismo, para muitos pesquisadores, a “turistificação” do carnaval, das escolas de samba (o fato de o carnaval ter se tornado uma atração turística da cidade do Rio de Janeiro), teria destruído a festa. Hoje as escolas de samba, por exemplo, são cada vez mais compostas por pessoas que não fazem parte das comunidades. Além disso, seu público é cada vez mais seletivo em função do elevado custo dos ingressos. Os desfiles teriam perdido algumas características de liberdade do carnaval para tornarem-se shows com coreografias.

A partir dessa visão do consumo como um fator destrutivo foram elaborados inúmeros estudos sobre Turismo nas décadas de 1970 e 1980. Alguns discutiam o carnaval, outros discutiam a destruição do meio ambiente por turistas. De uma forma geral, tais estudos consideravam o consumo turístico destrutivo, em especial para as culturas receptoras de turistas, como veremos a seguir.

Turismo e cultura material

Como vimos nesta aula, nas viagens e trabalhos de campo, os antropólogos, de um lado, e exploradores e aventureiros, de outro, recolhiam vários objetos representativos de determinadas culturas. Esses objetos, elementos da cultura material, eram utilizados para os mais diferentes fins: uns podiam se tornar objetos de estudos, outros eram transformados em coleções, expostos em museus ou, ainda, viravam mercadorias, suprindo todo um comércio especializado em “peças indígenas”. É aqui que começa a relação entre turismo e cultura material.



Figura 7.23: Acervo de máscaras indígenas em exposição no Museu Etnológico de Berlim.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d8/Malanggan-Masken_Berlin-Dahlem.jpg/800px-Malanggan-Masken_Berlin-Dahlem.jpg

Segundo Barreto (2003), os primeiros grandes estudos antropológicos sobre turismo consideravam este como a “indústria sem chaminés”, porém, tão destrutiva quanto as indústrias mais poluidoras. A destruição da indústria do turismo acontecia de formas bem particulares: pela aculturação e pela perda de autenticidade dos povos atingidos por ela. Tais temas foram os grandes assuntos abordados nesses estudos. Todavia, a partir da década de 90, esta visão foi se modificando e, hoje, a relação entre turismo e cultura é interpretada de outra forma.

A cultura material, ou seja, a soma de materiais, artefatos e bens manufaturados ligados a uma cultura, pode definir o significado da identidade cultural de um grupo ou sociedade. O consumo de tais elementos como representantes de uma *identidade cultural* é um elemento crucial no desenvolvimento do turismo.

Os elementos da cultura material, como os objetos, edificações e artefatos que usamos atualmente e aqueles considerados “vestígios do passado” (os objetos históricos e arqueológicos) têm sido reconhecidos, valorizados e apropriados pelo turismo e transformados. Passam, assim, a ser objetos de consumo turístico.



Figura 7.24: A cachaça, bebida alcoólica artesanal produzida a partir da cana-de-açúcar, é um produto visto como “típico” do Brasil e é vendida em muitas lojas de souvenirs pelo país.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7d/Olho_de_boi.JPG

O turismo apropria-se de elementos da cultura material ou imaterial para desenvolver suas potencialidades. Temos aí o “turismo cultural”. E aqui encontramos um ponto fundamental do conceito de cultura, que já havíamos mencionado no início desta aula: a “cultura material” não existe sem a chamada “cultura

imaterial”, ou seja, os hábitos, os valores, os significados, os conceitos que uma determinada cultura constrói sobre si mesma.

Os elementos materiais só têm sentido porque têm significado, são conceituados, valorados, compreendidos dentro de um sistema ou lógica cultural.



O Ministério do Turismo e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional de Turismo, estabeleceram a seguinte definição de Turismo Cultural:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Para mais informações sobre as orientações básicas do Turismo Cultural, segundo o Ministério do Turismo, acesse o link:

http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/TurismoCultural.pdf

No Turismo Cultural, a atividade turística desenvolve-se com base nos símbolos da cultura material e imaterial, que são os princípios motivadores da demanda turística. Trata-se de um tipo de turismo realizado quando o turista é motivado a se deslocar especialmente com o objetivo de vivenciar aspectos e situações particulares, ligadas a algum universo cultural.



Figura 7.25: Artesanato produzido e vendido especialmente para os turistas que visitam Olinda (PE).

Fonte: http://farm4.static.flickr.com/3191/3706993043_ec5d1dc45c.jpg

Dentro da perspectiva dos estudos citados anteriormente, das décadas de 1970 e 1980, o consumo da cultura material era destrutivo. O consumo gerava uma perda da autenticidade. Por exemplo, os vasos de barro produzidos por determinadas tribos indígenas para utilização própria, como utensílios do dia a dia e objetos da cultura material local, com a atividade turística, passavam a ser comercializados para os turistas. Assim, deixavam de ser objetos “autênticos”.

Essa perspectiva estava associada a uma visão preservacionista, que defendia a tradição quase como um “congelamento” no tempo. De acordo com esse pensamento, as tribos indígenas deveriam continuar a existir de certo modo “isoladas”. Pois, em contato com outras culturas, tenderiam a se descaracterizar.

Esses estudos passaram a ser vistos e revistos, e essa perspectiva passou a ser interpretada como unilateral – tratava-se mais da visão romântica ocidental sobre as culturas indígenas, de como elas deveriam ser, do que uma visão que levasse em conta os próprios interesses dos povos e sua capacidade de se autodefinir. Começaram a surgir questões como o acesso à internet e aos meios de comunicação nas tribos indígenas. Setores da população em geral entendiam que os índios não deveriam ter acesso à luz, à água encanada, à internet ou à TV, pois assim estariam “deixando de ser índios”. Mas ser índio resume-se à imagem de isolamento e primitividade?



Afinal, o turismo é uma forma de aculturação ou de resgate cultural das sociedades tradicionais e indígenas?

O governo do Acre aposta que o turismo sustentável pode ser uma excelente forma de resgate e valorização das culturas indígenas da região. Por isso, começa a estabelecer uma política de incentivo a esse tipo de atividade – o turismo vivencial nas aldeias, um tipo de iniciativa que parte da própria comunidade. O Estado auxiliar na organização e estruturação da atividade. O turismo indígena não pode ser visto como um produto de massa, e requer um contrato ético entre o turista, os profissionais do turismo e a comunidade indígena. As visitas turísticas não devem, por exemplo, interferir de forma constante nas rotinas da aldeia. A garantia que o turista tem é de que ele terá uma experiência única. Para 2010, o setor aposta em uma intensa movimentação em torno das duas principais aldeias abertas para a atividade: a Nova Esperança, na terra indígena do rio Gregório, dos Ywanawá, e a Apiwtxa, no rio Amônia, no município de Marechal Thaumaturgo, dos Ashaninkas. Os índios Kaxinawá, do rio Jordão, também abrem as portas para receber visitantes este ano, com uma programação cultural que promete atrair os turistas encantados pelos rituais xamânicos.



Sérgio Vale/Secom

Figura 7.26: Índios Ywanawá promovem um dos maiores festivais de cultura indígena da região.

Fonte: http://www.agencia.ac.gov.br/images/stories/fotos/00_marco_10/etnoturismo_05.jpg



Sérgio Vale/Secom

Figura 7.27: Índios Ashaninkas trabalham no resgate da cultura e tradições.

Fonte: http://www.arquivodenoticias.ac.gov.br/images/stories/easygallery/resized/2495/1267651638_fotos_do_acre_376_secom.jpg

Informações retiradas de reportagem de Tatiana Campos, publicada em 18/03/2010, disponível no site do Governo do Estado do Acre: http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12092&Itemid=294

Os estudos mais recentes começaram a entender que ser índio era mais do que viver em tribo e isolado, sem acesso às novas tecnologias. Ser índio envolvia o conhecimento de sua língua nativa, o cumprimento de seus rituais e sua crença religiosa.

Neste sentido, na década de 1990, surgiram novos estudos sobre consumo de cultura e turismo. Nestes novos estudos, a venda dos vasos pelos índios para os turistas passou a ser compreendida como fator de geração de desenvolvimento local e inclusão das tribos indígenas na atividade turística.

Hoje, em Porto Seguro, os pataxós representam e revivem rituais para os turistas, produzem vasos, colares e outros adereços para comercializar. Alguns estudiosos, como o antropólogo Rodrigo Grunenwald, entendem que as tribos dos pataxós, com tais mudanças provocadas pela atividade turística, se resignificaram e revalorizaram sua cultura. Já outros estudiosos acreditam que talvez essas tribos tivessem desaparecido se não fosse o interesse turístico. Mas há, ainda, os que acreditam que essas tribos aculturaram-se nesse processo e não são mais índios, apenas fingem ser.

Fabio Pozzembom/ABR

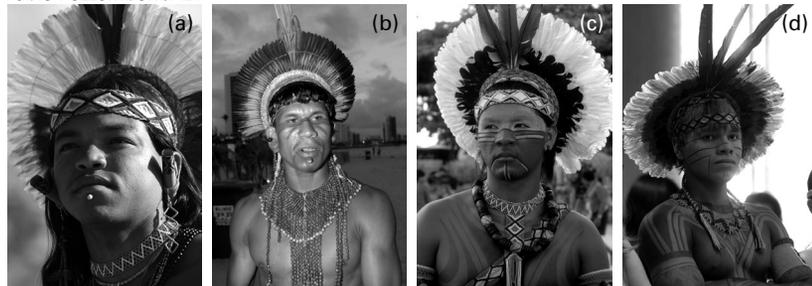


Figura 728: Índios pataxós em diferentes contextos: (a) nos Jogos Indígenas; (b) em Brasília; (c) no 2º Encontro dos Povos da Floresta; (d) no 1º Encontro Sul-Americano de Culturas Populares.

Fontes: (a) <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f0/Pataxo004.jpg/393px-Pataxo004.jpg>; (b) <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/9b/Pataxo001.jpg/404px-Pataxo001.jpg>; (c) <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a7/Pataxo002.jpg/412px-Pataxo002.jpg>; (d) <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/53/Pataxo003.jpg/395px-Pataxo003.jpg>



Atividade

Atende ao objetivo 4

A foto a seguir apresenta colares feitos de sementes brasileiras, que hoje são produzidos no Brasil todo, representando a cultura e natureza locais. O turismo muitas vezes contribui para a valorização da cultura e dos objetos locais. Os turistas gostam de comprar os chamados suvenires, que são elementos da cultura material, uma vez que são objetos que representam a cultura local.



Luciana Lobato

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/882670>

Descreva outro exemplo de objeto da cultura material que você conheça de perto, que foi valorizado e é comercializado pelo turismo. Justifique sua resposta.

Resposta comentada

Para esta atividade, você deve tentar relacionar conhecimentos familiares a você – afinal, todos nós já fizemos algum tipo de turismo e já fomos a feiras ligadas a culturas locais, não é mesmo? As redes de dormir são um bom exemplo de objeto da cultura material, ligada a um grupo, que foi valorizado pelo turismo, ou pelo consumo dos turistas. As redes são objetos que foram criados por grupos como indígenas, populações ribeirinhas e pescadores, a partir de uma técnica de tecelagem para confecção de um lugar para dormir. Para esses grupos, a rede era uma garantia de sua segurança, pois ficavam afastados do chão e com boa parte do corpo cercado pela rede, protegendo seus corpos durante a noite. Hoje, essas redes são comercializadas na beira da estrada ou nas praias e em feiras. Os turistas compram as redes e criam novos usos para elas: passam a enfeitar suas varandas, são usadas para um bom descanso durante o dia, mas raramente são usadas para se dormir à noite – sobretudo se estamos falando de turistas de estados do Sul e Sudeste do Brasil.

Conclusão

O homem, para sobreviver em determinado lugar, cria ferramentas e técnicas para aproveitar as matérias-primas à disposição na natureza, transformando o meio ambiente a sua volta. Essas ferramentas e o resultado da ação das técnicas dos homens no meio ambiente são os artefatos da cultura material. Em uma vila de pescadores, por exemplo, os barcos, as varas de pescar, as redes de pesca, as carraças na frente dos navios e outros objetos, bem como as técnicas relacionadas a essas práticas, são elementos da cultura material dos pescadores.

Podemos considerar a cultura material também como mantenedora da identidade cultural de um grupo, como algo presente nos diversos segmentos da vida, contribuindo para perpetuar os usos e costumes, uma vez que reflete o pensamento e os valores de cada cultura e de cada sociedade.



Atividade final

Pesquise em sua cidade elementos materiais característicos da cultura local que hoje também são utilizados para comercialização turística e justifique a escolha mostrando que são elementos da cultura material.

Resposta comentada

Se fôssemos falar da cidade do Rio de Janeiro, um bom exemplo de elemento da cultura material são as cangas. As cangas são parte da cultura material do carioca, pois a população local as utiliza para se proteger da areia da praia ou até enroladas no corpo por cima do biquíni. Hoje, as cangas são também vendidas aos turistas com motivos que lembrem a cidade do Rio de Janeiro, como o desenho do calçadão de Copacabana ou do Cristo Redentor.

Resumo

A noção de cultura material surge nas ciências humanas a partir da antropologia, da história e da arqueologia. Diferencia-se da noção de cultura na medida em que chama a atenção para os aspectos materiais, concretos, tangíveis das atividades produtivas dos homens, para os produtos, ferramentas e técnicas. Ou seja, os materiais e os objetos concretos da vida das sociedades.

A cultura material também deve ser diferenciada de patrimônio cultural material. Nem tudo que é cultura é patrimônio; o patrimônio é eleito, é reconhecido e valorizado por um grupo social, que determina que algumas construções e/ou objetos devem ser preservados e legados para as próximas gerações como símbolo de uma cultura. Já a cultura material prescinde de reconhecimento e valorização para existir.

A partir do estudo e da pesquisa sobre a cultura material de uma sociedade, podemos identificar diversas características do grupo estudado. Por exemplo, a partir das roupas, do material utilizado, de sua costura e da sua utilização podemos entender tantas outras características dessa sociedade.

Por último, a cultura material é objeto de consumo. Para muitos, vivemos na chamada sociedade de consumo. No contexto desta sociedade, o turismo é uma atividade que está intimamente ligada ao consumo. Durante alguns anos, o turismo foi considerado uma atividade danosa à cultura e à tradição. No entanto, hoje, os estudos apontam para os benefícios do turismo e do consumo da cultura material ou imaterial para a preservação das próprias tradições e sociedades.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula iremos estudar os museus, sua função como local da cultura material e sua transformação através dos tempos.

8

Museu não é lugar de coisa velha!

Camila Maria dos Santos Moraes

Meta da aula

Apresentar uma revisão do conceito de museu, a sua transformação através dos tempos, as novas categorias e seu diálogo com o turismo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 definir e identificar o que é um museu;
- 2 apontar as principais características dos museus em diferentes épocas, do seu surgimento aos dias atuais;
- 3 descrever as diferentes categorias de museus;
- 4 estabelecer relações entre os museus e o fenômeno do turismo.

Pré-requisito

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, sugerimos que tenha em mente as noções de cultura material discutidas nas primeiras aulas desta disciplina.

Hoje é quase impossível conhecer algum turista que, viajando pela França, Inglaterra, México ou Estados Unidos, não tenha visitado os principais museus desses países, como o Museu do Louvre, o Museu Britânico, o Museu do Prado, o Museu Nacional de Antropologia da Cidade do México ou o Museu de Arte Moderna de Nova York, respectivamente (VASCONCELLOS, 2006).

Introdução

Você já foi a um museu? Se sim, como foi essa visita? Que tipo de museu você visitou? Se você nunca foi a um museu, como você acha que é?

No senso comum, muitas vezes, ouvimos dizer que museu é sinônimo de “lugar de coisa velha”. Mas pensemos bem nos museus que já ouvimos falar ou naqueles que já visitamos. De fato, alguns são museus históricos, como o Museu Imperial em Petrópolis (RJ), um museu com os objetos da família real. Porém, há vários museus que não estão necessariamente voltados para o passado.

Os museus transformaram-se nas últimas décadas, ganharam novos formatos, novas finalidades e trazem hoje muito mais do que objetos do passado – que às vezes parecem tão distantes de nossa realidade e interesse. Hoje há, inclusive, os chamados museus vivos, museus a céu aberto e museus comunitários.

Nesta aula, vamos fazer um passeio por diversos tipos de museus e perceber como essa noção se desenvolveu ao longo dos séculos.

O que é um museu?



Figura 8.1: Museu Guggenheim, Nova York.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b1/Guggenheim_01.jpg/800px-Guggenheim_01.jpg

Se pensarmos na origem do termo museu, veremos que não há ligação alguma entre museus e coisas velhas. Segundo Chagas (2008), o termo museu vem do latim *museum*, que, por sua vez, se origina do grego *mouseion*. Na antiga Grécia, essa era a denominação do templo, santuário ou casa das musas, filhas de Mnemósine (a deusa da Memória), que protegiam as artes e a história.



Figura 8.2: *Mnemósine*, óleo sobre tela de Dante Gabriel Rossetti (1828-1882); acervo do Museu de Arte de Delaware (EUA).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/6/6d/Mnemosyne_%28color%29_Rossetti.jpg

Mnemosine ou Mnemósine, na mitologia grega, era uma das Titânides, filha de Urano e Gaia. Ela era a deusa que personificava a Memória e preservava as pessoas do esquecimento. Tratava-se da divindade da enumeração vivificadora, que se colocava como proteção aos perigos da infinitude e do esquecimento.

Mnemosine teve com Zeus as Nove Musas, cada uma representando uma arte ou ciência: Calíope, a Poesia; Clio, a História; Polímnia, a Pantomima; Euterpe, a Música; Terpsícore, a Dança e Poesia Musicada; Érato, a Lírica Coral; Melpômene, a Tragédia; Tália, a Comédia; e Urânia, a Astronomia e/ou Matemática.

Vasconcellos, em seu livro *Turismo e museus* (2006), conta que as musas eram criativas e tinham boa memória, eram dançarinas e poetisas, ajudando, assim, os homens a esquecer a ansiedade e a tristeza do cotidiano. As obras de arte expostas na casa das musas tinham como objetivo agradar às divindades.

O termo museu estava, então, relacionado, sobretudo, a um lugar de inspiração, que não se resumia à inspiração a partir de objetos.

Diferentes definições do termo museu

As definições de museu estão intimamente ligadas à sua institucionalização, ou seja, a forma como as instituições definem, regulamentam e apoiam as organizações museais.

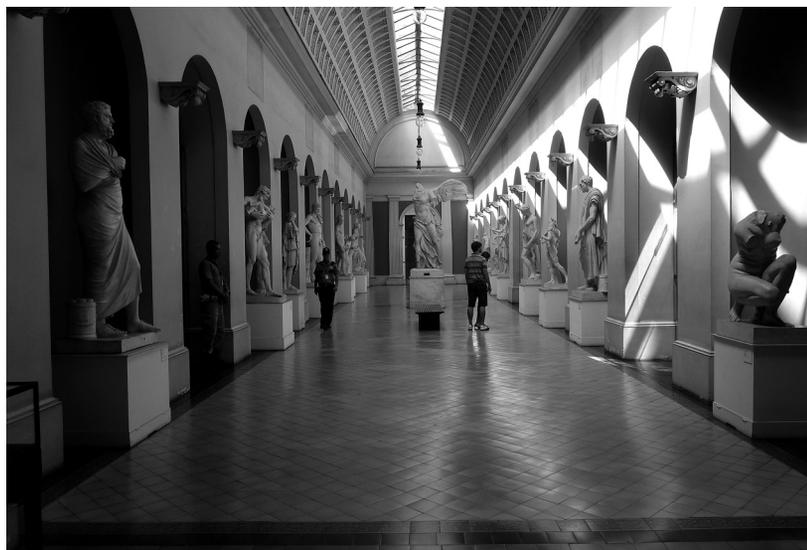
Internacionalmente, quem organiza as funções dos museus, bem como o trabalho dos profissionais ligados a eles, é o Conselho Internacional de Museus (Icom). A partir dele, são traçadas as políticas de conservação, preservação e difusão do patrimônio mundial para a sociedade. E quando falamos de patrimônio mundial, não estamos falando apenas do patrimônio cultural material – como seria o caso das construções e peças históricas. Estamos falando também do patrimônio mundial natural, presente e futuro, e também imaterial. O site do Icom pode ser acessado pelo *link*: <http://www.icom.org.br/>.

No Brasil, até 2008, os direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais eram regulados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em janeiro de 2009, com a Lei nº 11.906 (BRASIL, 2009), assinada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada uma nova autarquia, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), vinculada ao Ministério da Cultura.

Como nos informa o *site* do Ibram (<http://www1.museus.gov.br/>), o órgão é responsável pela Política Nacional de Museus e pela melhoria dos serviços do setor. Essa melhoria aconteceria com:

- a) o aumento de visitação e arrecadação dos museus;
- b) o fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos;
- c) a criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

Segundo lemos no site do Instituto Brasileiro de Museus (<http://www1.museus.gov.br/>), os museus são como casas que “guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas”. Assim, seguindo essa definição bastante poética, os museus são como “pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes”.



Luís Guilherme

Figura 8.3: Interior do Museu Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro.
Fonte: http://farm5.static.flickr.com/4067/4447834527_ce447ef9a4.jpg

Através dos tempos, o termo “museu” ganhou várias definições. Veremos a seguir algumas das mais importantes, destacadas pelo Ibram em seu site na internet: <http://www1.museus.gov.br/> .

Instituição	Ano	Definição
Comitê Internacional de Museus – Icom	1956	“Museu é um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras o conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários”
Comitê Internacional de Museus – Icom 20ª Assembleia Geral. Barcelona, Espanha	2001	“Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade”.
Departamento de Museus e Centros Culturais – Iphan/MinC	2005	<p>“O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:</p> <p>I – o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;</p> <p>II – a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;</p> <p>III – a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;</p> <p>IV – a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;</p> <p>V – a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;</p> <p>VI – a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.</p> <p>Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas.”</p>

Comparando o conceito de museu de 1956 ao de 2001, percebe-se que o termo museu não aparece na definição de 2001, mas sim o termo instituição. Isso acontece porque o termo “instituição” inclui também os sítios e monumentos naturais, arqueo-

lógicos e etnográficos. A definição compreende instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais; galerias de exposição; institutos de conservação; parques naturais; centros culturais e outras instituições que trabalhem com conservação e gestão de bens patrimoniais, materiais ou imateriais, reunindo características do museu.



Figura 8.4: Museu de Arte de São Paulo.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/ad/Museu_de_Arte_de_Sao_Paulo_1_Brasil.jpg/800px-Museu_de_Arte_de_Sao_Paulo_1_Brasil.jpg

Atualmente, seguimos a definição dada pelo antigo Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, que data de 2005.

O Estatuto de Museus, instituído pela Lei nº 11.904, de 14/01 /2009, nos fornece uma nova definição oficial de museu, a partir de seu artigo 1º. Note que não há uma diferença significativa entre esta e as definições já descritas anteriormente.

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preserva-

ção, estudos, pesquisas, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Ainda, segundo o artigo 2º da Lei nº 11.904, são

princípios fundamentais dos museus:

- I – a valorização da dignidade humana;
- II – a promoção da cidadania;
- III – o cumprimento da função social;
- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional.



Atividade

Atende ao objetivo 1

A partir do site do Iphan, podemos ter acesso a uma significativa lista de museus brasileiros, com a descrição de cada um. É possível que você até já tenha visitado algum deles. Mas se ainda não teve a chance de conhecê-los, a internet hoje em dia nos ajuda a ter informações sobre os mais diferentes tipos de museus, no Brasil e no mundo. Há museus em que é possível até fazermos visitas virtuais! Mas, claro, nada que substitua a nossa experiência viva, sensível e – por que não? – emocional, quando visitamos um museu de verdade! Dessa viagem “virtual” ao Iphan, separei duas descrições de importantes museus, que você pode ver logo a seguir.

Museu da Abolição – Recife (PE)



Figura 8.5: Fachada do Museu da Abolição.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/renderizaFcdMidia.do?id=301>

O Museu da Abolição foi criado em 1957, no governo Juscelino Kubitschek, mas só foi inaugurado em 1983, 26 anos depois. Com o propósito de ressaltar a importância do passado, o museu incentiva o debate de temas como escravidão, abolição, racismo, exclusão, violências, diversidades culturais e identidade brasileira.

O museu dispõe de uma sala de exposição permanente, denominada “Memorial”, onde estão expostas 39 peças do cotidiano dos senhores e dos escravos, possibilitando ao visitante um encontro com símbolos do processo de formação da cultura brasileira; salas de exposições temporárias, destinadas à divulgação da temática afro-brasileira e de expressões contemporâneas, permitindo uma maior identificação desta cultura, no Brasil e no mundo; miniauditório para a realização de seminários, cursos, palestras e debates, lançamentos de livros, apresentação de vídeos educacionais para escolas, e outros eventos.

Museu de Arqueologia de Itaipu – Niterói (RJ)



Figura 8.6: Museu de Arqueologia de Itaipu.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/16/Mai_patio.jpg/800px-Mai_patio.jpg

Criado em 1977, o Museu de Arqueologia de Itaipu está instalado nas ruínas do antigo Recolhimento de Santa Teresa, fundado no início do século XVIII. O MAI desenvolve um programa educativo-cultural voltado para as escolas e comunidade local, com base no seu acervo, composto por objetos testemunhos dos povos que viveram no litoral fluminense antes de 1500. São machados de pedra, pontas de ossos, lascas de quartzo, polidores, peças de cerâmicas e conchas. O museu é considerado também como sítio arqueológico.

A partir desses exemplos, identifique as principais características que definem um museu.

Resposta comentada

A partir dos exemplos, podemos identificar o compromisso de tais instituições em estabelecer um canal aberto com o seu público, promovendo o desenvolvimento cultural da sociedade. Vemos ações que integram educação – com o incentivo de visitas das escolas e pesquisas junto às universidades – e preservação do patrimônio. Em cada caso, vemos que um museu é um lugar em que se guardam e se expõem acervos, seja de objetos históricos dos últimos séculos, seja de objetos de natureza arqueológica. Em todos os casos, os museus têm a finalidade de apresentar um testemunho do passado e formar uma identidade cultural brasileira. Essas características estão de acordo com a definição do Departamento de Museus e Centros Culturais – Iphan/MinC –, que estabelece que o museu é uma instituição aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento –, e do Comitê Internacional de Museus – Icom –, que estabelece que

o museu é uma Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.

História da instituição museu

Com base no material elaborado por Mario Chagas (2008), o primeiro museu do qual temos registro na história foi o Museu de Alexandria, criado por Ptolomeu I. Esse museu tinha algumas características que se assemelham à ideia atual de museu. Por exemplo, ele expunha coleções de objetos. Além disso, abrigava também um parque botânico e zoológico e uma biblioteca.

Com o passar dos anos, a significação do termo museu foi ampliada para além de “um lugar de inspiração” – e passou também a ser conhecido como “lugar em que se guardam coleções”.

Segundo Suano (1986), colecionar é um hábito tão antigo quanto o homem. Contudo, os significados desses hábitos sempre foram diversos e dependiam do contexto em que se inseria. As coleções podem retratar, ao mesmo tempo, a história de uma parte do mundo dos quais os objetos foram coletados, como também

podem contar a história do homem ou a sociedade que coletou esses objetos. Os museus estão intimamente ligados às coleções.

Para Vasconcellos (2006), as elites econômicas e políticas detentores de coleções refletiam nos museus seu poder econômico ou político. Os museus eram conhecidos apenas pelas elites, e seu acesso era restrito.

Nos séculos XVII e XVIII, observou-se, na Europa, a crescente necessidade de organização do conhecimento, o crescimento do interesse pela cultura, pelas ciências, e as reivindicações da população ao acesso às coleções particulares. E, finalmente, com a Revolução Francesa de 1789, foram abertos os primeiros museus públicos, como instituição.

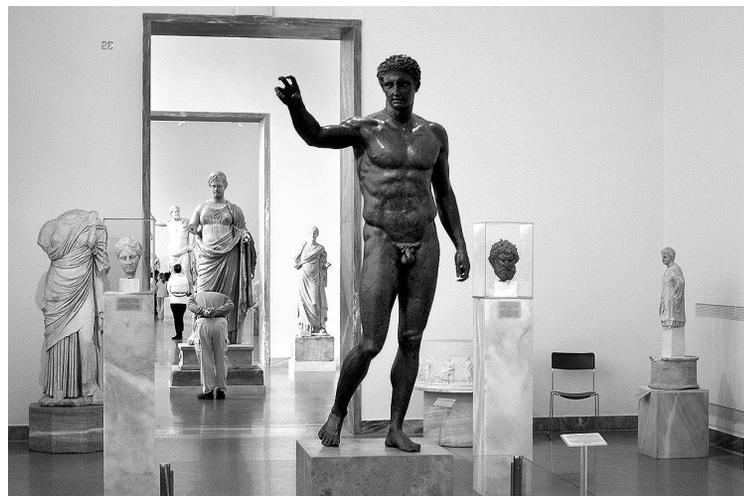
Vasconcellos nos conta que, com a ascensão da burguesia na Europa, após a Revolução Francesa, uma nova concepção foi incorporada aos museus: a noção de patrimônio. Antes, o acesso aos museus era uma exclusividade da corte e, com as mudanças revolucionárias, os museus passaram a pertencer às nações. A partir daí, as instituições museológicas passaram a refletir os padrões políticos e estéticos, e os valores e concepções de mundo de cada nação.

Segundo Vasconcellos (2006), o primeiro grande museu fundado após a Revolução Francesa foi o famoso Museu do Louvre, inaugurado em 1793, criado com a finalidade de educar a população francesa nos moldes burgueses. O museu ficava aberto à visitação três dias em cada dez e era constituído por coleções de igrejas saqueadas pelos revolucionários franceses, e, mais tarde, pelos objetos do Egito trazidos pelas tropas de Napoleão.

A partir de então, os museus foram se diversificando, a partir das condições sociais, políticas e intelectuais da época. Com o nacionalismo, surgiram os museus históricos ou nacionais. Com a expansão colonial vieram os museus etnológicos. Com a Revolução Industrial, foram criados os museus de ciências e tecnologia.



Figura 8.7: Museu Histórico do Estado, Moscou, Rússia, fundado em 1872.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/2e/State_Historical_Museum%2C_Moscow%2C_Russia.jpg/613px-State_Historical_Museum%2C_Moscow%2C_Russia.jpg



Ricardo André Frantz

Figura 8.8: Interior do Museu Arqueológico Nacional de Atenas, aberto à visitação em 1889.
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b7/0028MAN-Room3.jpg/800px-0028MAN-Room3.jpg>

Segundo Gaspar (1993), na época da Revolução Industrial, em função do avanço tecnológico, os museus passaram também a ser utilizados como um instrumento de educação. Nesse contexto, a educação passava a ser entendida como uma das principais funções dos museus públicos.

Gaspar também nos conta que, em 1906, foi criado o Museu de Ciências de Munique, com ênfase na educação, introduzindo inúmeras inovações e procurando tornar acessíveis ao público, as conquistas da ciência. O museu apresenta ainda réplicas e equipamentos em tamanho natural, modelos animados, acionados pelo visitante por meio de botões, ilustrando o funcionamento de máquinas ou princípios físicos, entre outras coisas. Foi o início das exposições interativas como conhecemos hoje.



Figura 8.9: O Deutsches Museum (Museu Alemão) em Munique, Alemanha, é o maior e mais antigo museu de ciência e tecnologia do mundo. Foi inaugurado em 1908 e recebe cerca de 1,5 milhão de visitantes por ano.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/28/Deutsches_Museum.jpg



Figura 8.10: Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo (SP), o museu mais visitado do Brasil no seu primeiro ano de vida (2006-2007), com um público de 580 mil pessoas, investe em criatividade, tecnologia, virtualidade e interatividade.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d2/MPL_022.jpg/796px-MPL_022.jpg

Após a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos novos museus e centros de ciências passou a se preocupar com o presente e o futuro, e muitos deles não possuem acervo histórico. Substituíram as coleções de objetos por exposições e experimentos destinados a um maior envolvimento e aprendizagem dos visitantes, além da preocupação em fornecer informações atualizadas em ciências e tecnologia de uma forma educativa e agradável (GASPAR, 1993).

Segundo Gaspar (1993), atualmente, há uma preocupação das instituições museológicas em desligar-se da imagem elitista tradicional tem prevalecido e se faz desde as próprias edificações até o acervo. Há ainda a tendência de uma ligação maior com a realidade cotidiana, com o meio ambiente e a divulgação científica.

Segundo Vasconcellos (2006), na América Latina e no Brasil, os museus receberam forte influência europeia no século XIX. Em função da recente independência desses países, foram criados os primeiros museus nacionais. No Brasil, foi fundado o Museu Nacional, criado no Rio de Janeiro por D. João VI, em 1818.



Figura 8.11: Fachada principal do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (RJ).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7a/Pa%C3%A7o_de_S%C3%A3o_Crist%C3%B3v%C3%A3o.jpg/800px-Pa%C3%A7o_de_S%C3%A3o_Crist%C3%B3v%C3%A3o.jpg



Atividade

Atende ao Objetivo 2

A concepção de museu se transformou profundamente ao longo dos anos e continua a ganhar novos significados. Relacione o tipo de museu (numerado à esquerda) com as suas principais características, segundo as referências socio-históricas indicadas na segunda coluna. Numere, assim, a segunda coluna com o seu correspondente indicado à esquerda. A primeira correspondência já foi feita.

1	Museu de Alexandria		Os museus eram símbolos de poder econômico e político de uma pequena parte da sociedade.
2	Acervos particulares, com acesso restrito às elites aristocráticas		Reflexão voltada para presente e o futuro. Substituição das coleções de objetos por exposições e experimentos destinados a interação divertida e aprendizagem dos visitantes.
3	Museus nos séculos XVII e XVIII	1	Primeiro museu do qual se tem registro na História. Expunha coleções de objetos. Abrigava também um parque botânico e zoológico e uma biblioteca.
4	Museus públicos e ascensão da burguesia		Os museus passaram a se voltar para a organização do conhecimento, embalados pelo crescimento do interesse pela cultura, pelas ciências e pelas reivindicações da população ao acesso às coleções particulares.
5	Museus históricos e nacionais		Revolução Industrial
6	Nascimento dos Museus Etnológicos		Preocupação em se distanciar da imagem elitista tradicional. Tendência de uma ligação maior com a realidade cotidiana, com o meio ambiente e a divulgação científica.
7	Primeiros museus de Ciências e Tecnologia		Museus voltados para a exaltação da nação, de sua história e conquistas.
8	Novos museus e centros de ciências surgidos na segunda metade do século XX		Expansão colonial
9	Museus atuais		Nascimento da noção de patrimônio cultural. Os museus passaram a pertencer às nações e a refletir valores e concepções de mundo de cada nação. Museus passam a ter função educativa, abertos à visitação.

Resposta comentada

A partir da leitura atenta da seção 3, “História da instituição museu”, nossa correspondência seria feita da seguinte forma:

- 1. Museu de Alexandria - Primeiro museu do qual se tem registro na História. Expunha coleções de objetos. Abrigava também um parque botânico e zoológico e uma biblioteca.*
 - 2. Acervos particulares, com acesso restrito às elites aristocráticas – Os museus eram símbolos de poder econômico e político de uma pequena parte da sociedade.*
 - 3. Museus nos séculos XVII e XVIII – Os museus passaram a se voltar para a organização do conhecimento, embalados pelo crescimento do interesse pela cultura, pelas ciências e pelas reivindicações da população ao acesso às coleções particulares.*
 - 4. Museus públicos e ascensão da burguesia – Nascimento da noção de patrimônio cultural. Os museus passaram a pertencer às nações e a refletir valores e concepções de mundo de cada nação. Museus passam a ter função educativa, abertos à visitação.*
 - 5. Museus históricos e nacionais – Museus voltados para a exaltação da nação, de sua história e conquistas.*
 - 6. Nascimento dos Museus Etnológicos – Expansão colonial*
 - 7. Primeiros museus de Ciências e Tecnologia – Revolução Industrial*
 - 8. Novos museus e centros de ciências surgidos na segunda metade do século XX – Reflexão voltada para o presente e o futuro. Substituição das coleções de objetos por exposições e experimentos destinados a interação divertida e aprendizagem dos visitantes.*
 - 9. Museus atuais – Preocupação em se distanciar da imagem elitista tradicional. Tendência de uma ligação maior com a realidade cotidiana, com o meio ambiente e a divulgação científica.*
- A ordem dos números segunda coluna fica assim, de cima para baixo: 2, 8, 1, 3, 7, 9, 5, 6, 4.*

As categorias de museus

Os museus se apresentam ao público em diferentes formas e estilos. Veremos, a seguir, algumas categorias de museus apresentadas por Chagas (2008):

Museu clássico ou tradicional

Museu tradicional

A estética do ambiente é fundamental; os núcleos de exposição são integrados; os espaços são delimitados para cada núcleo; a exposição segue um roteiro definido (circuito); há uma ênfase no objeto como produto cultural. Exemplo: Museu Imperial de Petrópolis (RJ) (CHAGAS, 2008).



Alexandre Machado

Figura 8.12: Carruagem do Império do Brasil: peça do acervo do Museu Imperial de Petrópolis (RJ).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6e/Petropolis-CoachImperialMuseum.jpg>



Figura 8.13: Coroa do Império do Brasil: peça do acervo do Museu Imperial de Petrópolis (RJ).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/97/Brazilian_Imperial_Crown2.jpg

Museu tradicional interativo

A estética geral do ambiente não é fundamental; a exposição é feita em núcleos definidos; os espaços não são rigidamente delimitados; há a ênfase na percepção e no tempo do visitante; temos um novo conceito de objeto; há a ênfase a conjuntos; não há roteiros definidos, mas sim conjuntos interativos; a compreensão só é possível com a participação do visitante. Exemplo: Museus de Ciência e Tecnologia (CHAGAS, 2008).



Daniela Cristina Wilwert

Figura 8.14: Museu de Ciências e Tecnologia da PUC do Rio Grande do Sul.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b8/MCT_PUCRS.jpg/450px-MCT_PUCRS.jpg

Museu tradicional com coleções vivas

Temos a exposição em núcleos definidos por classificação científica ou ocorrência segundo critérios ecológicos (plantas); temos uma ênfase no acervo constituído por espécimes vivos; acervo produzido para montagem de exposições; a exposição pode ou não ter um roteiro definido; há pouca interação; pode provocar intensa reação no visitante, mas, para que haja compreensão, é necessário o complemento educativo. Exemplo: jardins botânicos (CHAGAS, 2008).



Figura 8.15: Jardim Botânico de Curitiba (PR).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5b/Jardim_Botanico_de_Curitiba.jpg/800px-Jardim_Botanico_de_Curitiba.jpg

Museus de território

Museus comunitários e ecomuseus

Baseados na musealização de um território, a ênfase é dada às relações culturais e sociais do homem com o território; valoriza processos naturais e culturais e não os objetos enquanto produtos da cultura; são baseados no tempo social; podem conter exposições tradicionais, baseadas em objetos. Exemplo: Ecomuseu de Ilha Grande (RJ) (CHAGAS, 2008).

Os Ecomuseus são a principal expressão da Nova Museologia, que é uma nova forma de pensar museus, em especial, de pensar a prática social dos museus.

A tabela a seguir apresenta um quadro demonstrativo das principais diferenças entre museus tradicionais e os ecomuseus:

Museu	Ecomuseu
Prédio	Território
Coleção de objetos	Patrimônio público
Visitante	População, comunidade participativa

Fonte: Chagas, 2008.

Parques naturais e outros sítios musealizados

Baseados na musealização de um território; a ênfase é dada às relações entre os diversos componentes de um ecossistema, incluindo a presença humana; valorizam os processos naturais e culturais; são baseados no tempo natural (biológico); podem conter exposições tradicionais. Exemplo: Parque Nacional da Serra da Capivara (PI) (CHAGAS, 2008).



Figura 8.16: Pedra Furada, símbolo do Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), que abriga um grande parque arqueológico, com pinturas e gravuras pré-históricas. É Patrimônio Mundial da Humanidade.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e1/20030924PPedraFurada9.jpg>

Cidades monumentos

Baseadas na musealização de um território; a exposição é todo o conjunto arquitetônico; a ênfase é dada às relações entre diversos componentes do ecossistema, com priorização para a presença humana; valorizam os resultados da presença humana sobre o território; são baseados no tempo social (cidades-monumentos) e no tempo geo-humano (sítios arqueológicos); podem conter exposições tradicionais, com espécimes e objetos; as cidades-monumentos podem conter todos os tipos de museus já citados. Exemplo: Ouro Preto (MG) (CHAGAS, 2008).



Figura 8.17: Casario de Ouro Preto (MG).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/db/OuroPreto1-CCBYSA.jpg/399px-OuroPreto1-CCBYSA.jpg>

Museus virtuais ou museus digitais

Os museus virtuais ou digitais não existem em materialidade, pois não é possível visitar seus acervos de outra forma que não virtualmente (CHAGAS, 2008). O Museu Digital de Memória AfroBrasileira (<https://arquivoafro.ufba.br/arquivoafro/>) é um exemplo de museu virtual ou digital, pois, de fato, ele não existe em materialidade. É importante diferenciar museu virtual de exposição virtual. A maioria dos grandes museus, que podem ser fisicamente visitados, dispõe na internet exposições ou visitas virtuais. Assim, “exposição virtual” não é o mesmo que “museu virtual”, cuja realidade é estritamente digital. As exposições virtuais podem existir virtual e materialmente, e podem ser visitadas tanto virtual como pessoalmente.



Figura 8.18: Apresentação, na internet, do Museu Digital da Memória Afro-Brasileira.

Fonte: https://arquivoafro.ufba.br/arquivoafro/internalcontent/gallery_list.jsf



Atividade

Atende ao objetivo 3

Leia atentamente as duas descrições:

Descrição 1:

Longe de ser uma casa que acumula e guarda, congelados no tempo, tesouros materiais do passado, a proposta do Ecomuseu é de valorizar e enfatizar a relação do homem com o patrimônio tangível e intangível, apresentando-se como um instrumento adequado para desenvolver programas, projetos e ações de preservação, pesquisa e comunicação com acentuado interesse social, consoante à proposta mais geral da UERJ [Universidade do Estado do Rio de Janeiro] (...).

No caso do Ecomuseu Ilha Grande, em termos esquemáticos, temos a seguinte situação: o território é a própria ilha, ainda que os principais núcleos do museu estejam instalados no Campus da UERJ em Vila Dois Rios (...)

Fonte: <http://www.sr2.uerj.br/ilhagrande/ecomuseu.htm>

Descrição 2:

As relações do Ecomuseu de Santa Cruz com a Comunidade, Território e Patrimônio demonstram, desde as suas origens, o alargamento do conceito de ecomuseu e a ampliação das ações em projetos desenvolvidos com e pela

comunidade, tais como campanhas, exposições, ações pedagógicas na educação formal e não formal, envolvendo o patrimônio, promovendo a sua apropriação, difundindo suas finalidades e objetivos. [...]

ECOMUSEU é uma ação museológica consciente da COMUNIDADE com o objetivo de desenvolver o TERRITÓRIO que habita, a partir da valorização da História Local e do PATRIMÔNIO (natural e cultural) nele existente.

Fonte: <http://www.quarteirao.com.br/oquefaz.html>

A partir das duas descrições de Ecomuseu, a primeira referente ao Ecomuseu da Ilha Grande e a segunda ao Ecomuseu do Quarteirão, identifique os elementos que explicam por que esses museus são ecomuseus e não museus tradicionais.

Resposta comentada

A partir das descrições, podemos notar que os ecomuseus são parte da nova museologia, pois trazem uma nova abordagem em torno da prática social dos museus. Nos ecomuseus, a comunidade possui um papel central e ativo, pois está à frente do reconhecimento de seu patrimônio e das atividades sociais e culturais desses museus. O território também é um componente fundamental, diferente dos museus tradicionais, que preservavam muitos objetos de grupos sociais fora dos locais de origem. Os ecomuseus prezam pela permanência das pessoas na comunidade que forma o próprio museu, os objetos, a arquitetura e tudo o que compõe a cultura daquele grupo naquele território.

Museus e turismo

Segundo Vasconcellos (2006), as estatísticas de museus como o Museu do Louvre, na cidade de Paris, na França, ou o Museu de Arte Moderna de Nova York, nos Estados Unidos, indicam o crescente afluxo de turistas, interessados nas manifestações culturais e acervos que estimulam sua curiosidade e seu imaginário.



Cada vez mais, ir ao museu torna-se um programa obrigatório para turistas de determinadas cidades.

O Louvre, em Paris, por exemplo, é o museu mais visitado do mundo. Em 2007 foram 8,3 milhões de visitantes, e, em 2009, 8,5 milhões. Para uma visita virtual ao Louvre, acesse o link: <http://www.louvre.fr/llv/commun/home.jsp>



Figura 8.19: Vista panorâmica do Museu do Louvre.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/2b/Museo_de_Louvre_Full_Panorama.jpg/1500px-Museo_de_Louvre_Full_Panorama.jpg

O MoMA – Museu de Arte Moderna de Nova York – recebeu no seu ano fiscal de 2010 (que vai da metade de 2009 a 30 de junho de 2010) cerca de 3,09 milhões de visitantes. Para uma visita virtual ao MoMA, acesse o link: <http://moma.org/>



Figura 8.20: Fachada do MoMA em Nova York

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8b/MoMa_NY_USA_1.jpg/450px-MoMa_NY_USA_1.jpg

Nossos museus ainda são pouco visitados para os padrões internacionais. Mas, certamente, o potencial de crescimento do número de visitantes é enorme. Com os investimentos corretos, os museus brasileiros podem contribuir bastante para a economia do turismo e o desenvolvimento cultural de forma geral.

Segundo dados de 2002 (BRAGA apud SANTOS, 2004), o número de visitantes em alguns dos principais museus brasileiros ficou assim distribuído:

Museus	Número de visitantes/ano
Museu de Arte Moderna, São Paulo	302.000
Museu Paulista, São Paulo (média 1994-1998)	260.000
Museu Nacional, Rio de Janeiro	85.000
Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro	75.000
Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro	55.000

No Brasil, segundo Vasconcellos (2006), a visitação a museus pelo turista nacional e também internacional vem aumentando, o que demanda uma organização maior dos setores – Museológico e Turístico – para bem atender a estes turistas.

John Urry, em seu clássico livro *O olhar do turista*, analisa a relação entre turismo e museus no final do século XX, e destaca que, desde o surgimento dos guias de viagem, os museus foram fundamentais para a experiência turística.

Nos dias de hoje, há uma notável ampliação dos objetos considerados dignos de preservação e mesmo de estudo. Houve uma pluralização dos temas tratados dentro das disciplinas da história, sociologia e antropologia. Tanto os pesquisadores como o público em geral não se interessam apenas por grandes obras pertencentes a períodos históricos muito distantes. Eles estão também atraídos por representações do que é comum e cotidiano. Por exemplo, nos interessamos hoje tanto por construções do século XVIII, como pelas casas mais modernas, de arquitetura arrojada. Tem havido uma tendência ao fascínio pela cultura popular. Mas, de uma forma geral, isso reflete um novo olhar, não elitista, sobre a cultura.

A própria natureza do museu se modificou. Hoje, os “museus vivos” ganham espaço frente aos “museus mortos”; os museus ao ar livre passam a disputar espaço com os museus fechados, e há mais interação na experiência do visitante com o museu.

Além disso, também mudou o relacionamento daquilo que é considerado um museu e outras instituições. Muitas instituições estão se tornando semelhantes a museus: as vitrines das lojas hoje apresentam, de forma elaborada, suas mercadorias para chamar a atenção das pessoas, que contemplam os produtos como se estivessem em um museu.

Hoje podemos notar uma competição entre os museus e outros equipamentos turísticos (lojas, restaurantes, teatros, cinemas etc.). Os museus estão cada vez mais comerciais. Hoje, é comum encontrarmos lojas, ao final de exposições, que vendem souvenirs das exposições ou do próprio museu, principalmente depois que estes passaram a competir com os grandes centros de compras.

No Brasil, ações conjuntas entre o Ministério do Turismo e o Iphan, a partir de uma Política Nacional de Museus, buscam a adequação dos acervos e a promoção das instituições museais

brasileiras, por meio de investimentos públicos e da iniciativa privada. O objetivo é dar maior visibilidade aos museus, criar uma maior demanda de turistas nacionais e internacionais, e desenvolver o intercâmbio entre os moradores e os turistas.

Algumas ações para incrementar o turismo em museus

Os museus e o turismo sempre tiveram alguma relação. No Brasil, em 2009, essa relação foi posta em evidência pelo Ministério do Turismo e pelo Ministério da Cultura com a Semana Nacional de Museus intitulada “Museus e Turismo”. Existem inúmeras ações conjuntas que podem ser desenvolvidas por ambos os ministérios.

Vasconcellos (2006, p. 35) apresenta quatro tipos de ações que, se bem exploradas, podem favorecer o aumento do fluxo de turistas e/ou visitantes em espaços museais. Tais ações visam a determinados resultados no âmbito dos museus que podem favorecer o turismo.

Atividade	Benefícios para o museu	Benefícios para o turismo
Pesquisa	A atividade científica e de pesquisa é fundamental para a constituição do acervo. Ela pode organizar as exposições mais interativas, propor visitas guiadas, avaliações junto ao público etc.	A atividade de pesquisa atrai outros possíveis pesquisadores, o que constitui uma demanda turística potencial a ser explorada pelo museu e também por outros museus com características semelhantes. A pesquisa favorece e atrai não apenas outros pesquisadores, mas também o público em geral, ao adequar as propostas do museu às demandas do público, por exemplo.
Papel social	Ao demonstrar o interesse em reunir turistas e moradores em atividades culturais passíveis de trocas de experiências, o Museu se fortalece.	O interesse pelas trocas culturais impulsiona o crescimento do turismo ampliando a procura por produtos culturais.

Papel educativo	As atividades educativas contribuem para despertar a consciência do indivíduo em relação ao patrimônio do qual é herdeiro e do seu potencial em termos de ensino e aprendizagem.	Os museus conservam e preservam parte de nossa história. Sendo assim, esse tipo de instituição pode utilizar-se de seu patrimônio para atrair diferentes fluxos de turistas interessados na história do local visitado
Instituição aberta ao público	Seu espaço deve atender às necessidades das distintas categorias que buscam essa instituição.	Instituição aberta ao público e ao turismo, ou seja, uma instituição que se prepara para receber turistas, disponibilizando materiais explicativos em outros idiomas e capacitando profissionais para o atendimento ao turista.

Atividade

Atende ao objetivo 4

Os museus podem ter muitas funções para a sociedade, desenvolvendo-a a partir de várias frentes. Leia atentamente os casos abaixo em torno da experiência dos seguintes museus brasileiros:

Museu da Maré



Figura 8.21: Reprodução de uma antiga palafita da Maré dentro do museu. Fonte: http://www.museudamare.org.br/joomla/plugins/content/mavikthumbnails/thumbnails/229x152-images-stories-layout-mare_de_historias-museumare-058.jpg

O Museu da Maré é o primeiro museu do país localizado dentro de uma favela. Ele foi criado em 2006 pela própria comunidade (Complexo da Maré) na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio do Ministério da Cultura. Desenvolve um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré, em seus aspectos culturais, sociais ou econômicos. O museu tem como centro de suas ações a exposição permanente, que conta a história dos moradores, imigrantes do Nordeste em sua maioria, e episódios da resistência social das comunidades. O museu organiza esse acervo documental, realiza pesquisas em história oral, desenvolve atividades lúdicas e educativas, como o grupo de Contadores de Histórias. Também realiza diversos eventos, como exposições itinerantes, seminários, cursos, oficinas e produção de material temático. Lá funcionam o Arquivo Dona Orosina Vieira, a Biblioteca Elias José e o Maré Ponto Cine.

Para conhecer mais, visite o museu pelo *site*: <http://www.museudamare.org.br>.

Museu Imperial



Figura 8.22: Museu Imperial de Petrópolis.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/38/PetropolisMuseumImperial1-CCBYSA.jpg>

O Palácio Imperial de Petrópolis, hoje Museu Imperial, foi a residência predileta do imperador D. Pedro II, e se tornou museu em 1943. Ele, além de abrigar vasto e importante acervo histórico e

artístico, é também palco de inúmeros espetáculos, atividades, exposições e eventos voltados para a educação e o entretenimento de 300 mil visitantes ao ano. O museu possui um laboratório de conservação e restauração, que visa à preservação de seu acervo. O laboratório atende a grupos de estudantes, profissionais da área e o público em geral, interessados nas suas práticas, cumprindo, assim, sua missão social. Os objetos do patrimônio cultural são o ponto de partida para a atividade pedagógica realizada a partir da observação, do questionamento e da exploração de todos os seus aspectos. O Museu Imperial oferece ao público escolar experiências que exploram o universo do século XIX e compara-o com o modo de vida e as ideias contemporâneas. A meta é levar crianças e adultos à valorização de sua herança cultural e o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. O acervo de cerca de 250 mil documentos originais, que vão do século XIII até o início do XX, é franqueado aos acadêmicos, roteiristas de TV, cineastas, escritores e até cenógrafos de escolas de samba.

Para uma visita virtual ao museu, acesse o *link*: <http://www.museuimperial.gov.br/portal/>

A partir das descrições dos museus e do quadro baseado na obra de Vasconcellos apresentado anteriormente, indique quais as ações já implementadas nesses museus que podem favorecer o fluxo de turistas e a integração com a sociedade.

Resposta comentada

Nas descrições anteriores, percebemos uma forte ênfase nas ações que visam integrar a comunidade local e a atividade turística. Uma das ações previstas no quadro de Vasconcellos diz respeito ao papel social dos museus. No Museu da Maré, vemos a clara ligação entre o museu e a divulgação da história e cultura das comunidades do Complexo da Maré. Os moradores passam a valorizar seu próprio patrimônio cultural e sua identidade. E, ainda, com o museu e o crescente afluxo de turistas, a própria área se revitaliza, geram-se

empregos e a formação de novos agentes culturais. As ações educativas também estão no centro das atividades do Museu da Maré, com o grupo de Contadores de Histórias, os seminários e as oficinas, produção de material temático, os cursos, exibição de filmes e a Biblioteca Elias José. O museu desenvolve pesquisas em história oral e em torno de seu acervo documental.

No caso do Museu Imperial, o intercâmbio com a comunidade se dá por meio das ações educacionais, sobretudo com o público escolar. O acervo, aberto para pesquisadores dos mais diversos setores da cultura, está voltado para o desenvolvimento de produtos culturais (como filmes, teses, novelas, desfiles de carnaval etc.). Isso demonstra a política do museu em estabelecer vínculos com a sociedade, em um sentido mais abrangente, e em se colocar como agente efetivo de desenvolvimento sociocultural. Ações de pesquisa, de promoção social e educacional se fazem, aqui, em conjunto. O grande afluxo de turistas, para os padrões brasileiros, também indica o papel importante na economia do turismo desempenhado pelo museu.

Conclusão

Os museus são importantes instituições para um país e sua população. Nos últimos anos, percebemos que os museus se transformaram e deixaram de ser prédios monumentais para guardar objetos valiosos para um determinado grupo social. Os museus ganharam as ruas, as comunidades, regionalizaram-se, municipalizaram-se e localizaram-se.

Os papéis do museu relacionados ao resgate da memória, preservação do patrimônio e desenvolvimento social ganharam uma nova leitura, uma nova cara, e o turismo foi grande aliado dos museus, ganhando também um papel novo e um diálogo maior com a sociedade.

A comunidade local também ganhou um papel mais central dentro dos museus. O patrimônio local, valorizado e reconhecido, passou a ser objeto museológico e da atividade turística. O fenômeno do turismo, por sua vez, passa a ser considerado um aliado na preservação do patrimônio e um reforço na valorização da identidade local a partir de projetos mais sustentáveis.



Atividade final

Para a finalização desta aula, vamos fazer um trabalho de campo, ou seja, vamos a um museu. Você poderá buscar na internet um museu que tenha visita virtual – ou mesmo um museu virtual. Ou, se preferir, vá a algum centro cultural ou museu de sua cidade – ou mesmo um Ecomuseu ou “museu a céu aberto”. Faça a visita e depois descreva que tipo de museu você visitou. A seguir, para te auxiliar na descrição, apresentamos algumas perguntas sobre essa visita para que você responda. Use as perguntas como inspiração e não como um questionário!

- O museu é aberto a todas as pessoas?
- É gratuito?
- Há guias?
- Há turistas? Qual o tipo de frequentador?
- Trata-se de um museu tradicional, um museu de território ou um museu virtual? Quais foram as características do museu visitado que determinaram essa definição?
- Há atividades educacionais previstas ou ligadas ao intercâmbio com a comunidade local?
- Qual o tipo de exposição você viu?
- Você poderia andar pelo museu fazendo o trajeto que quisesse, ou há um caminho pré-determinado?
- O que você achou mais interessante ali?

Resposta comentada

As possibilidades de resposta para esta atividade são múltiplas – tudo vai depender das suas escolhas pessoais e de seu acesso a algum museu. E, ainda, mesmo com as perguntas para guiá-lo, visitar

um museu é sempre uma experiência subjetiva. O museu desperta o nosso imaginário, reaviva as nossas lembranças mais remotas, nos faz viajar no tempo. Eu, por exemplo, escolhi o museu imperial na sua versão virtual. Entrei no site <http://www.museuimperial.gov.br/portal/visita-interativa.html> e pude fazer uma visita virtual interativa ao Museu Imperial de Petrópolis. Nessa visita, consegui visualizar as obras dispostas no museu, que é do tipo tradicional. Pude ver os objetos da família real preservados no local onde a família passava as suas férias. A visita despertou a minha curiosidade e, agora, pretendo ir lá pessoalmente. No entanto, mesmo no site, consegui ter acesso a uma série de outras informações, inclusive sobre o show de luz que só é possível assistir pessoalmente. Além disso, o museu é um estímulo ao turismo no município de Petrópolis. Como a minha visita foi “virtual”, eu pude fazer um caminho aleatório, clicando onde tive mais interesse. Fui construindo o meu próprio roteiro dentro do museu. Vi no site do museu, que também abriga a visita interativa, que lá se desenvolvem muitas ações de pesquisa, educação e intercâmbio com a sociedade. O museu “de verdade”, em Petrópolis, inclusive é um dos mais visitados do Brasil.

Resumo

Entre os conceitos de museu, são fundamentais a definição do Departamento de Museus e Centros Culturais – Iphan/MinC – e a do Comitê Internacional de Museus – Icom. O Iphan estabelece que o museu é uma instituição aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. A definição do Icom estabelece que “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade”.

Entre as principais categorias ou tipos de museus, há os museus clássicos ou tradicionais, que trazem as seguintes características: a ênfase no ambiente; a presença de núcleos de exposição integrados; há espaços delimitados para cada núcleo; a exposição segue um roteiro definido (circuito); há uma ênfase no objeto como produto cultural. Há, ainda, os museus de território baseados na musealização de um lugar e/ou comunidade. Neste caso, a ênfase é dada às relações culturais e sociais do homem com o território;

há a valorização dos processos naturais e culturais e não dos objetos enquanto produtos da cultura; ele é baseado no tempo social; tais museus podem conter exposições tradicionais, baseadas em objetos. Há, enfim, os museus virtuais ou digitais cujas exposições podem ser vistas na tela do computador e podem apresentar todas as características de um dos demais tipos de exposição.

Na relação entre o fenômeno do turismo e os museus, o turismo surge como uma ferramenta capaz de valorizar o patrimônio e a identidade local. Ao realizarem um trabalho em conjunto com a comunidade local, os museus podem beneficiar esta comunidade auxiliando no seu desenvolvimento cultural, econômico e social, por meio de projetos sustentáveis de turismo.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula iremos estudar os artefatos arqueológicos produzidos pelo homem, bem como sua preservação e potencial de aproveitamento pela atividade turística.



Os vestígios materiais do Homem: os artefatos arqueológicos

Rosane Soares dos Santos

Meta da aula

Apresentar elementos representativos dos vestígios materiais do Homem – seus artefatos arqueológicos – e fomentar a discussão sobre as formas de utilização dos sítios arqueológicos pela atividade turística.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 descrever a necessidade de um profissional de Arqueologia à frente das ações de escavações dos sítios arqueológicos, destacando a relevância dos artefatos descobertos para a construção da nossa identidade;
- 2 identificar elementos representativos de vestígios materiais do Homem;
- 3 conceituar sítio arqueológico;
- 4 reconhecer a importância do planejamento na elaboração de políticas públicas que incidem no uso turístico de sítios arqueológicos.

Pré-requisito

Para que você tenha melhor compreensão e entendimento desta aula, sugerimos que reveja os conceitos apresentados na Aula 1, “Revisitando o conceito de cultura”, pois desta forma você terá melhores indicadores para uma revisão acerca dos conceitos de cultura e de formação das sociedades.

Introdução

Nesta aula, analisaremos questões relativas aos vestígios da presença do Homem, mais especificamente os artefatos arqueológicos, deixados como legado às sociedades atuais (século XXI), além de incentivar a discussão acerca da implantação de políticas públicas participativas – no que diz respeito ao uso turístico, sobretudo dos sítios arqueológicos. Entendemos, assim, que, sem o envolvimento e a ajuda de comunidades locais e da sociedade em geral, esse patrimônio corre o risco de se perder. Com isto, as gerações futuras não terão o direito de conhecerem o que os antepassados deixaram como legado.

A autora Teresa Cristina Franco (1996) argumenta que, algumas vezes, os vestígios do Homem podem se apresentar para a sociedade atual sob a forma de sinais, gravados ou pintados nas pedras, e até mesmo através de pedaços de panelas de barro, de conchas e de ossos de animais, além de restos de esqueletos humanos.

A autora salienta que é possível encontrar fragmentos de pedra. Estes à primeira vista podem parecer comuns e iguais a vários outros, mas na verdade, têm uma característica marcante, pois foram lascadas pelo Homem em um passado remoto.

São estes vestígios que iremos mostrar na aula de hoje, fruto de um trabalho detalhado e, como a autora afirma, “minucioso e delicado”, desenvolvido pelos arqueólogos, que expõem através das escavações arqueológicas, parte do que ocorreu nos locais onde estes mesmos vestígios foram achados.



“O arqueólogo super-herói que o cinema inventou”

Steven Spielberg, diretor do filme *Caçadores da arca perdida* [<http://www.lucasfilm.com/films/indy/>], imortalizou o ator Harrison Ford no papel de “Indy” – Indiana Jones – A obra foi sucesso de público em 1981 e vencedor de 5 Oscars, no ano seguinte. A partir deste filme, o estereótipo da imagem do arqueólogo super-herói, criado pelo cinema

norte-americano, passou a ser difundido, mas cabe lembrar que essa imagem deve ser contestada pela realidade vivenciada pelos profissionais da área.

Cultura, sociedade e Arqueologia

Podemos destacar em nosso estudo muitas conceituações desenvolvidas em torno de cultura, mas em um ponto essas diversas definições coincidem. Todas elas salientam que cultura é um sistema de valores e regras sociais que envolve costumes, crenças, leis, conhecimento, artes e demais hábitos que compõem determinada sociedade, sendo estes passados por várias gerações.

É necessário que tenhamos o entendimento de que não existe apenas uma cultura ou a melhor cultura em detrimento às outras. A sociedade é heterogênea. Cada povo, cada nação, cada etnia e cada grupo social têm a sua expressão – a sua cultura – que deve ser respeitada por todos os cidadãos, independente de compreenderem, apreciarem ou fazerem parte dela.

Para entendermos de forma mais objetiva, a aula de hoje faremos, a partir de agora, uma viagem à Pré-história. Franco (1996) ressalta que já naquela época o ser humano tinha cultura e que era este traço marcante o que nos distinguia dos demais animais.

Mas, o que foi, exatamente, esse período da história e qual a relação com os artefatos arqueológicos e com os vestígios materiais deixados pelo ser humano?

Franco (1996) salienta que o período mais antigo da História teve seu início com os ancestrais do homem moderno – os **hominídeos**. Não podemos precisar a data, mas a autora (1996) destaca que seria algo em torno dos 4,2 milhões de anos – com o registro do mais antigo ancestral do Homem – o **australopithecus ramidus**, descoberto através das escavações realizadas na África, em 1995, pelos pesquisadores Meave Leakey e Alan Walker (**Figura 9.1**).

Hominídeos

Viveram há cerca de 3 a 1 milhão de anos. Andavam com postura ereta. Usavam os longos braços para se pendurar em árvores e coletar frutos. Tinham capacidade craniana superior a de outras famílias aparentadas e tinham dentes pequenos – com caninos não especializados. No processo de hominização surgiram, como comportamentos distintivos, a confecção de instrumentos e a linguagem verbal.

Australopithecus ramidus



Jason Saffina

Figura 9.1: *Australopithecus ramidus*
Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ardipithecus.jpg>

O *Ardipithecus ramidus* é uma espécie de hominídeo fóssil, provavelmente bípede e que pode ser considerado um dos antepassados da espécie humana. Os primeiros ancestrais do ser humano viveram na África há mais de 4 milhões de anos. O *Australopithecus ramidus* tinha uma capacidade craniana de 410 cm³, ou seja, três vezes menor que a do *Homo sapiens*.

Contudo, a capacidade em transformar objetos a fim de adaptá-los às próprias necessidades, conferindo-lhes, dentre outras funções, a de ferramentas, ele nos faria supor a datação ao redor de 2,5 milhões de anos – quando surgiram as primeiras pedras lascadas (utensílios *líticos*) de maneira intencional – podendo ser consideradas como manifestações da cultura material produzidas pelo Homem – da espécie *homo habilis* (FRANCO, 1996).

Lítico

Relativo à pedra.

Homo habilis

O *Homo habilis*, cujo nome significa “homem habilidoso”, surgiu há aproximadamente 2 milhões de anos; confeccionava e utilizava ferramentas, começando pela pedra. De cérebro grande e mãos habilidosas, o *Homo habilis* levava uma vida nômade nas savanas do leste da África, alimentando-se de carne, obtida por meio da caça, além da carne de animais mortos, de frutos e de outros vegetais.

Arqueologia

A palavra Arqueologia deriva do grego *archaios* (antigo) e *logos* (conhecimento, estudo); ou seja, é o estudo do que é antigo. Com o desenvolvimento das Ciências Humanas, o conceito de Arqueologia ampliou-se. Pode ser compreendida como a disciplina que estuda as sociedades atuais ou passadas, através da cultura material, ou seja, através dos objetos e vestígios materiais, da sociedade estudada.

Neste ponto, salientamos que é a **Arqueologia** que se encarrega de estudar os objetos e vestígios materiais deixados pelo ser humano. Logo, de acordo com Franco (1996), é possível dizer que a Arqueologia pré-histórica tem seu começo nesta época, através do registro das primeiras ferramentas de pedra, descobertas em escavações na Etiópia e no Quênia.

Várias mudanças deram-se ao longo desses 4 milhões de anos, podendo citar a evolução física do ser humano e, sobretudo, o desenvolvimento de sua cultura. O ser humano conquistou diferentes continentes, adaptou-se aos ambientes encontrados e, como não poderia deixar de ser, também desenvolveu suas crenças e estabeleceu suas regras sociais. Franco (1996) corrobora, informando-nos que nos últimos 10 mil anos o ser humano começou a plantar e a criar animais, deixando de lado o nomadismo e, enfim, estabilizando-se.

Sestieri (1996) ressalta que a reconstrução das culturas e das sociedades passadas, tendo por embasamento a análise dos contextos ambientais, além da cultura (neste caso, a material), perfaçam o objetivo geral da Arqueologia. Tal forma de conceituar esta ciência (a Arqueologia) apresenta um caráter amplo, pois indica que o objeto da pesquisa arqueológica não é apenas a cultura material das sociedades, o artefato, o vestígio passado e os restos biológicos humanos, animais e vegetais de dado fato. Deste modo, o objeto em questão também diz respeito aos elementos do ambiente natural que tenham sido inseridos neste contexto cultural.

Uma das atribuições da Arqueologia é desvendar os vestígios relacionados aos elementos encontrados, via associação de

fatos e acontecimentos, considerando a cultura material e a ideia de que todo objeto achado perfaz um relato de relações entre os seres humanos. Assim, a Arqueologia faz uso de documentações materiais, o que viabiliza que o objeto material retorne à sua gênese, à civilização que o produziu, e da qual elas são resultados diretos.

Os vestígios materiais são dotados de informações que apenas aparecem para a sociedade com a intervenção e atuação do profissional arqueólogo. Através dos esclarecimentos e das considerações destes profissionais, é que nós conseguimos compreender o que significam os artefatos materiais e os sítios arqueológicos, como vestígios da cultura dos nossos antepassados.

De forma isolada, estes objetos e artefatos, para nós, sociedade leiga no assunto, não teriam sentido ou significado. Somente passam a ser considerados como vestígios materiais do Homem ao serem inseridos no contexto específico do qual são resultantes, como através de exposições em museus e demais centros culturais, onde o profissional traça um paralelo entre o artefato que representa a história e a formação da sociedade. Cabe aos profissionais deste ramo de estudo tentar diminuir a distância presente entre o registro, a conservação, a cultura e a nossa atualidade.

Apenas a partir deste processo detalhado e minucioso é que poderemos ter condições de entender as dimensões subjetivas, simbólicas, funcionais e, até mesmo ideológicas, enraizadas nos artefatos e objetos arqueológicos encontrados.

Como enfatizamos, o trabalho do arqueólogo é bem detalhista e por essa razão este profissional não deve se prender em análises superficiais, referentes à cultura material com a qual trabalha. É preciso prosseguir nas descobertas e na busca pelo entendimento do que foi e como foi o passado da humanidade. Sestieri (1996) ressalta e incentiva-nos a considerar que a cultura humana pode ser expressa independentemente da forma escrita ou material. Além disso, não podemos nem devemos afirmar que haja uma cultura melhor do que outra.

Resposta comentada

Em consonância com a exposição da aula e do artigo citado, é possível dizer que cada povo, em cada época, apresenta a sua cultura. Isto não significa que esta seja melhor do que outras, de outros povos e sociedades, do passado ou do presente. É possível salientarmos que o período da Pré-história seja o mais antigo, vivenciado pela humanidade, e que já nesta época os grupos eram dotados de cultura. Os objetos produzidos por esses grupos são encontrados por meio das escavações arqueológicas, compondo o quadro dos nossos bens arqueológicos, artefatos que refletem o passado remoto, que retratam os vestígios do ser humano. Para garantir o andamento adequado das escavações e pesquisas, é necessário que haja profissional qualificado para realizar tal feito. Neste ponto, emerge a necessidade da presença do arqueólogo. Este, além de desenvolver as ações de maneira correta, consegue transmitir à sociedade, de forma ampla, o que significam os objetos por eles achados. Dotados de simbolismos e representatividade, e confere-lhes a importância devida à construção da nossa identidade – auxiliando o entendimento a respeito da nossa evolução histórica.

Artefatos arqueológicos

Conforme já mencionado, os primeiros utensílios líticos produzidos pelo ser humano datam de mais de 2,5 milhões de anos. De acordo com o arqueólogo Antônio Canto (2003), as primeiras ferramentas utilizadas pelos nossos ancestrais eram caracterizadas por um material disponível nas áreas ocupadas, durante a Pré-história: a pedra. Canto (2003) ressalta ainda que dentre os artefatos que o ser humano produziu, os objetos em pedra são conhecidos como os mais antigos da atividade humana, apresentando finalidades e funções diversas, destacando, por exemplo, cortar, raspar, quebrar sementes, triturar e defender.

Essas primeiras atividades em pedra perfazem o início do processo criativo da cultura material, que evoluiu para demais utensílios – também em pedra – contudo, mais sofisticados, além de ossos e outros materiais que auxiliassem nas necessidades do cotidiano pré-histórico. Podemos salientar as lâminas de machado, os furadores, as lascas, as pontas e os fragmentos resultantes da preparação destes artefatos como os instrumentos mais comuns, dentre os objetos confeccionados pelo ser humano.

Lascamento

Percussão simples e direta com um seixo (percutor).

Segundo Canto (2003), os artefatos arqueológicos de pedra lascada foram construídos através das técnicas de **lascamento** e foram elaborados sobre uma matriz, denominada núcleo. Estes (núcleos) eram blocos de matéria-prima, utilizados para desenvolver as peças líticas, locais de onde também se obtinham os fragmentos destacados por percussão – as lascas.

Os artefatos arqueológicos produzidos por meio de tais lascas apresentavam formas diversas, adquiridas após serem destacadas da rocha matriz, recebendo os retoques necessários, de maneira a atender às funções a eles atribuídas: “a linha de sequência operacional, realizada por um artesão pré-histórico, é, portanto, a seguinte: bloco – núcleo – lascas sem retoques – lascas com retoque – artefato” (PALLESTRINI; CHIARA, 1985 apud CANTO, 2003).

Podemos dizer que estes instrumentos e ferramentas, confeccionados em pedra lascada, foram utilizados em atividades, tais como: a caça, a coleta, a pesca e também no preparo dos alimentos.

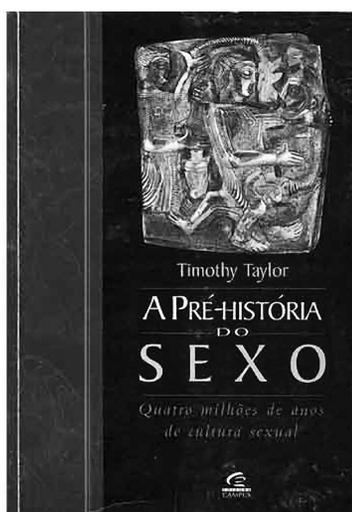
A partir do aperfeiçoamento dos trabalhos feitos em pedra, o ser humano atingiu a fase da pedra polida, destacando ser este o período aceito por grande parte dos pesquisadores, como o associado ao desenvolvimento da cerâmica e também ao domínio do fogo.

Canto (2003) ressalta que, a fim de conseguir o efeito de polimento nas peças líticas, o ser humano da Pré-história fez uso de areia e água, com fins abrasivos. Para exemplificar os artefa-

tos arqueológicos polidos, podemos citar as lâminas de machado (polidas), os almofarizes, as bolas de boleadeiras, mós, mãos de pilão, dentre outros objetos.



Timothy Taylor escreveu um livro sobre como era a atividade sexual humana na Pré-história, baseado em descobertas arqueológicas. No livro *A Pré-história do sexo*, o autor descreve a evolução sexual do ser humano da Pré-história até os dias de hoje. Quer ver um infográfico sobre o sexo na Pré-história? Então Acesse o *link*: http://2.bp.blogspot.com/_0j_JXbrnWa0/SqE3ua_Fq-I/AAAAAAAAABPo/_-CCxOSge9s/s1600-h/pre_historia.jpg



Fonte: <http://www.editoras.com/campus/2012.jpg>



Atividade

Atende ao objetivo 2

Exemplifique os tipos de artefatos arqueológicos pré-históricos que podem ser encontrados pelos arqueólogos, ressaltando suas principais finalidades e o seu papel na evolução do ser humano no decorrer da história.

fessor aponta ainda que o patrimônio arqueológico também faça parte desta configuração. Este patrimônio – os artefatos arqueológicos – é encontrado através das pesquisas e escavações, nos sítios arqueológicos, realizadas por instituições especializadas. Salienta-se que estes sítios são os locais onde se encontram as evidências humanas – locais onde podemos relembrar os fatos vivenciados pelas sociedades do passado.

No Brasil, algumas regiões tornaram-se “turísticas” em decorrência da presença dos sítios arqueológicos, podendo mencionar os municípios de São Raimundo Nonato, no Piauí; de Piraju, em São Paulo; a Pedra do Ingá (no estado da Paraíba), – conforme a **Figura 9.2**. Nessa perspectiva de conservação do patrimônio como um bem a ser apreciado por toda a sociedade, emerge a importância em se ter o apoio e a participação das comunidades no processo de planejamento da atividade turística.



Figura 9.2: Pedra do Ingá: localizada no estado da Paraíba.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cabaceiras_apn_abril2006_a_002.jpg –

Mas, antes de nos aventurarmos a entender a forma como que se dá a condução das políticas públicas e o planejamento da atividade turística nos sítios arqueológicos, precisamos compreender o que são, afinal, estes lugares denominados sítios arqueológicos.

Canto (2003) define sítio arqueológico como o local utilizado pelas sociedades do passado para construir suas moradias e as práticas das atividades que permitissem e garantissem sua subsistência nesses espaços, cujos testemunhos ou os vestígios arqueológicos encontram-se espacialmente distribuídos.

O espaço que envolvia estes locais ocupados pelos grupos – destinados à caça, à pesca, à coleta e também à agricultura é que pode ser – em um sentido mais amplo – entendido como sítio arqueológico. Canto (2003) esclarece que é de extrema importância que possamos compreender a área ecológica que constituía o cenário onde estes sítios arqueológicos foram implantados, pois a partir de então, poderemos compreender, também, como os antepassados viviam e como faziam uso do meio ambiente, para suprir suas necessidades.

Agora que já vimos o que são sítios arqueológicos e a importância que há em considerarmos os espaços onde estes se estabeleceram, a fim de melhor compreendermos nossos antepassados, vamos classificar os tipos de sítios arqueológicos existentes:

I. os *sítios cerâmicos/líticos*, ou *lito-cerâmicos* – nestes sítios, há a predominância de materiais cerâmicos na superfície, sendo um indício para a classificação. Ao ser escavado, é possível encontrar cacos de cerâmicas, ou até mesmo cerâmicas inteiras, associadas a demais artefatos arqueológicos, tais como: os líticos, ossos e restos de alimentos. Pratos, tigelas, vasos e *urnas funerárias* (Figura 9.3) são exemplos de materiais cerâmicos que podem ser encontrados nesses sítios. Exemplificando os artefatos arqueológicos líticos, citamos os moedores, os raspadores e as machadinhas.

■ **Urna funerária**

Objeto para colocação dos mortos.



Figura 9.3: Urna funerária.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Urna_funer%C3%A1ria,_MAE-USP_\(2\).JPG](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Urna_funer%C3%A1ria,_MAE-USP_(2).JPG)

II. os *sítios de arte rupestre* – arte rupestre são as pinturas e as gravações que foram feitas nos paredões de rocha pelos grupos pré-históricos. É comum as equipes de pesquisadores encontrarem estes sítios próximos aos cerâmicos/líticos, Contudo, há casos em que estas gravuras foram realizadas em locais que os grupos não fincaram moradia. Quando isso ocorre, o pesquisador (arqueólogo) realiza o registro como sítio de arte rupestre. Vejamos o exemplo na **Figura 9.4:**



Alexandre Siqueira

Figura 9.4: Pintura rupestre na cidade de Ivolândia (GO).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ivolandia_Rupestres_14.JPG

III. os *sambaquis* – são antiquíssimos depósitos, situados ora na costa, ora em lagoas ou rios do litoral e formados de montões de conchas, restos de cozinha e de esqueletos, amontoados por grupos que habitaram o litoral na época pré-histórica. Apresentavam-se sob a forma de colinas de base oval, formadas, sobretudo, de carapaças de moluscos, dispostas em camadas nítidas e de pouca espessura, separadas por leitos de carvão, contendo numerosas evidências de ocupação humana, inclusive sepultamentos. O professor Canto (2003) salienta que este tipo de sítio arqueológico pode atingir de 2 a 30 metros de altura e em torno de 100m de diâmetro, conforme podemos ver na **Figura 9.5**.

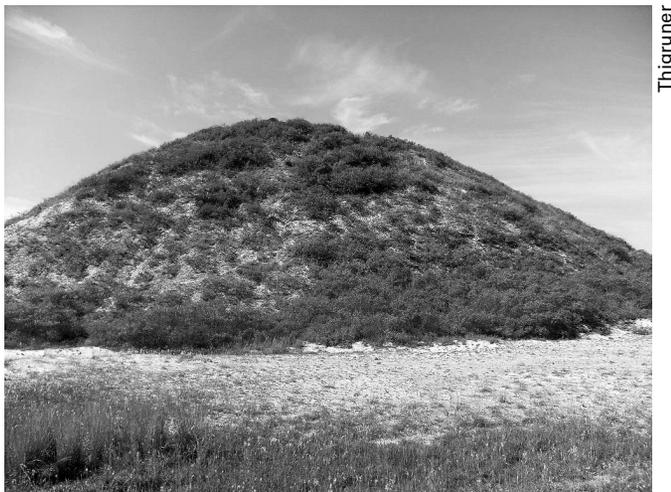


Figura 9.5: Sítio Arqueológico de Sambaquis Figueirinha I (Jaguaruna, SC).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Figueirinha_I_Central.JPG

IV. os *sítios históricos* – em geral, são constituídos por ruínas de edificações, além das próprias construções, tais como: fortes, igrejas, prédios antigos, engenhos e monumentos. Arelados aos artefatos encontrados nestes sítios arqueológicos, também podemos achar canhões, armas de fogo, balas, moedas, louças, garrafas e demais objetos representativos do passado.



Figura 9.6: Sítio Histórico de Olinda (PE) – vista aérea.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sítio_Historico_de_Olinda.jpg

Agora que acabamos de verificar os diversos tipos de sítios arqueológicos, abordaremos, então, as políticas públicas e as formas de planejamento desses espaços, principalmente para a prática da atividade turística.

Sabemos que o turismo é um fenômeno que abrange as áreas econômica, cultural, ambiental e social. Desta forma, há uma necessidade enorme de ser planejado com atenção para que os locais e as comunidades que neles vivem também possam ser beneficiadas com o desenvolvimento do setor. Sobretudo, para que o patrimônio utilizado como indutor da atividade turística não seja danificado, depredado, descaracterizado ou destruído.

Morais (2002) ressalta que, especialmente no que diz respeito ao uso do patrimônio arqueológico com finalidade turística, é preciso considerar duas vertentes: as expectativas da população que detém o patrimônio em seu território e a imposição das normas legais em vigor – que têm ingerência na relação entre Arqueologia e turismo.

Em nosso país, boa parcela dos sítios arqueológicos descobertos encontra-se em áreas já ocupadas por populações humanas. Há, nesta situação, alguns caminhos que merecem ser analisados com cautela pelos profissionais responsáveis: a comunidade do entorno desses locais pode se beneficiar com a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural – por meio da geração de empregos associados ao turismo. Por outro lado, a presença desses sítios arqueológicos, pode dificultar a implantação de medidas simples e necessárias à população, como, por exemplo, a construção de habitações. Ressalta-se que pode ser que haja a urgência em deslocar esta comunidade para outra área, pela mesma urgência em criar unidades de conservação de uso restritivo – ou seja, sem a presença de populações residentes.

Assim, é essencial que seja incentivado o estabelecimento da parceria entre o desenvolvimento turístico e as comunidades locais. O envolvimento da comunidade auxilia na preservação

dos sítios arqueológicos, mas para que isto ocorra é preciso que esta comunidade saiba do que está sendo tratado e decidido, sobretudo porque pode interferir na dinâmica do seu cotidiano.

A Portaria nº 230, de 2002, emitida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), determinou a necessidade de elaborar e executar um Programa de Educação Patrimonial, paralelo às pesquisas arqueológicas desenvolvidas. Desta forma, os arqueólogos do nosso país passaram a ter responsabilidades que incluem, além da produção das informações científicas, o envolvimento da comunidade na gestão do patrimônio.

Podemos ilustrar essa ação conjunta, fazendo uso do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí – criado em decorrência dos vários sítios arqueológicos encontrados na região, por solicitação da missão franco-brasileira. Esta, desde a década de 1970, realiza um programa de pesquisas na área e que, em 1986, criou a entidade civil sem fins lucrativos Fundação Museu do Homem Americano (Fumdham).

O decreto de criação do parque foi assinado em 5 de junho de 1979. Entretanto, somente no final da década de 1980, mais especificamente nos anos de 1987 e 1988, foi efetivada, após a indenização, a retirada dos moradores do povoado Zabelê, moradores naquelas terras por gerações.

Logo um ano após, em 1989, um grupo de pesquisa, ligado ao Fumdham, passou a atuar na capacitação da população local, a fim desta conseguir ocupar os postos de serviço, gerados pela atividade turística presente nos sítios.

Para atingir esse objetivo, escolas foram criadas para que cursos fossem ofertados, tais como formação de guias de turismo, guarda-parques e técnicos que atuassem nas diferentes atividades desenvolvidas no Museu do Homem Americano. Nesta localidade, há ainda os:

- “arqueólogos mirins”: adolescentes das escolas do local que no período das férias escolares auxiliam a equipe de profissionais;
- técnicos em conservação de pinturas rupestres;

- mateiros que acompanham os botânicos e os zoólogos nas pesquisas pela região;
- técnicos em informática, que desenvolvem ações como tratamento das imagens e alimentação do banco de dados com informações sobre o Parque Nacional.

Enfatizamos aqui que a sensibilização da comunidade, desde o início do processo de planejamento e das políticas públicas, voltadas a desenvolver o espaço, pode determinar o sucesso das ações realizadas.

Morais (2002) salienta que o exercício da Arqueologia, que inclui o uso do patrimônio arqueológico para finalidades diversas, destacando a turística, é regido em nosso país por instrumentos jurídicos, há bastante tempo.

Conforme já ressaltamos no decorrer desta aula, uma das funções do turismo é o desenvolvimento social e é neste ponto que a utilização do patrimônio arqueológico respalda-se.

Morais (2002) esclarece-nos que por ser um bem de uso comum da nação brasileira e de igual forma regido por normas especiais, o patrimônio arqueológico pode ser utilizado, desde que embasado nas premissas de sustentabilidade ambiental, cultural e social, para finalidades turísticas permitidas pela nossa legislação.

Em se tratando de leis, podemos dizer que o sistema federativo brasileiro seja de caráter cooperativo, cabendo assim, à União editar as leis gerais. Os estados membros da Federação, por sua vez, editam suas normas legais de abrangência regional e os municípios tecem as leis de âmbito local, todas em consonância com a legislação federal. O gerenciamento do patrimônio arqueológico, desta forma, é normatizado por estas legislações, considerando sempre suas várias maneiras de aproveitamento e uso. Podemos entender, a partir de então, que a lei assume, assim, características de instrumentos de gestão – administração.

Morais (2002, p. 100) corrobora que seja dever do Estado brasileiro regular sobre os bens patrimoniais, mesmo que tais patrimônios estejam localizados em áreas e terrenos particulares – como é o caso de grande parte dos nossos sítios arqueológicos.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, atribui como dever da União, Distrito Federal, estados membros e municípios a preservação destes espaços, – a fim de proporcionar a realização de estudos, uso social da comunidade local, da prática turística. Cabe, assim, à União e aos seus estados membros o ato de legislar sobre as questões do patrimônio arqueológico. A legislação de nível e abrangência locais fica a cargo dos municípios.

Como exemplo de legislação, citamos a norma legal brasileira que dispõe sobre o patrimônio cultural, onde se insere, inclusive, o patrimônio arqueológico, conforme explícito no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, em seu artigo 1º.

o conjunto de bens móveis e imóveis no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação aos fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Já a Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, discorre sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, conferindo ênfase ao estabelecimento das competências institucionais, referentes às pesquisas desenvolvidas nos sítios arqueológicos, implantando as formas de prover autorização ao órgão federal competente – o Iphanº

Sintetizando, não há como utilizar o patrimônio, nesse caso, o arqueológico, para finalidades turísticas, sem o apoio do planejamento e o respeito pelas normas legais. A formação de uma equipe multidisciplinar é essencial, com profissionais dos mais variados campos de estudo – Turismo, Arqueologia, Sociologia, Geografia, Geologia, Antropologia, dentre outras áreas.

Contudo, o que percebemos é a carência de profissionais capacitados, o que pode aumentar de forma significativa os conflitos e possíveis danos quanto ao uso turístico desses sítios arqueológicos e, de igual forma, desses vestígios do tempo passado da nossa cultura, da nossa formação.

Conforme sugerem autores, tais como Morais (2002, p. 101) e a própria Fundação do Homem Americano, a educação patrimonial pode ser um bom caminho a ser trilhado, objetivando unir pesquisa e uso social – neste caso, o turismo. Para tanto, aponta a universidade como o ponto de partida, pois sob a visão daquele autor, as discussões e os debates sobre turismo e patrimônio arqueológico, tem na academia o ambiente mais adequado, ao reunir pesquisa, ensino e envolvimento com a comunidade. Ainda: não se esquece de mencionar que os profissionais citados (das áreas de Turismo, Arqueologia, Geografia, dentre outros), devem poder opinar na formulação das políticas públicas, bem como na implementação do planejamento que busque fazer uso turístico dos sítios arqueológicos, do patrimônio arqueológico e dos bens, e artefatos neles encontrados. Quanto à forma de uso do patrimônio arqueológico, para finalidades turísticas, podemos mencionar a criação de museus, onde a população de maneira geral possa apreciar e conhecer essa parte da história de nosso país, citando como exemplo o Museu de Arqueologia de Itaipu, em Niterói, estado do Rio de Janeiro (**Figura 9.7**)

Assim, o acervo arqueológico tornar-se-ia parte da sociedade – por se tornar conhecido, o que implicaria, dentre outras coisas, no incentivo à preservação. Afinal, “quem conhece ama e quem ama, cuida”.



Pedro Colares da Silva Heringer

Figura 9.7: Museu de Arqueologia de Itaipu (RJ) – vista do pátio de entrada.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mai_patio.jpg

Se os museus representam, em geral, uma versão urbana para o uso turístico dos sítios arqueológicos, no meio rural, podemos encontrar algumas escavações arqueológicas abertas ao público, além de grutas e abrigos rochosos com registros rupes- tres – que fazem parte de trilhas ecológicas, como é o caso do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí.

Não podemos nos esquecer de abordar as experiências de outros países, tais como México e Peru, onde o patrimônio arqueológico é aliado à atividade turística, com respaldo legal, aproveitando, desta forma, o enorme potencial que apresentam, sem, contudo, depredar e destruir o legado do passado.

Resposta comentada

Sítios arqueológicos são locais onde podemos encontrar vestígios das sociedades passadas e, a partir disso, compreender a dinâmica da vida daquela época. Nestes espaços, os grupos construíam suas moradias e desenvolviam atividades que possibilitassem a sobrevivência dos componentes deste nicho social, como, por exemplo, a agricultura, a caça, a pesca dentre outras ações. Os objetos encontrados nesses sítios nos permitem conhecer a cultura, a forma de vida do ser humano e a maneira como isso se tornou um legado; um patrimônio. Neste ponto sobre o legado patrimonial e sua preservação, emerge a necessidade de políticas públicas eficientes serem implantadas, resultantes do diálogo entre a comunidade, que detém esse artefato e esse sítio, e a universidade – por ter mão de obra qualificada e capacitada para ir em busca desses espaços e objetos representativos do passado: através dos profissionais arqueólogos e o do próprio poder público no momento de criar as leis que irão vigorar e reger as ações sobre esta área e regulamentar seu respectivo uso. Através deste pensamento conjunto, boas práticas podem ser idealizadas e implantadas, oferecendo aos usuários (visitantes) o conhecimento do passado formador da nossa sociedade atual.

Arqueologia e sítios arqueológicos no Brasil

Sintetizando e esclarecendo alguns pontos vistos até aqui, a Arqueologia é a ciência que estuda as sociedades passadas (e seus variados aspectos), tendo como embasamento os vestígios materiais por estas deixadas – a cultura material produzida por estes grupos e a nós deixada como legado. O desafio desta ciência é descobrir através destes registros (vestígios) os modos de viver e de pensar que eles apresentavam na história.

A Arqueologia brasileira é dividida em pré-histórica (antes de 1500) e histórica (após o ano de 1500), tendo como base o calendário cristão. Chamamos à época pré-histórica de período pré-contato e a época histórica de período pós-contato (ou seja, o contato com o povo europeu). Em relação ao ano de 1500, sinaliza-se que este se configura como nosso marco temporal por ter sido o ano em que o Brasil foi descoberto – marcando a chegada das culturas estrangeiras em nosso território.



Figura 9.9: A pintura *Desembarque de Cabral em Porto Seguro* (1904), de Oscar Pereira da Silva faz parte do acervo do Museu Histórico Nacional, localizado no Rio de Janeiro.

Como vimos ao longo da aula, os sítios arqueológicos são os locais onde os testemunhos e vestígios das atividades humanas do passado ficaram preservados e pelos arqueólogos são encontrados. No Brasil, há tipos distintos de sítios arqueológicos, visto a diversidade das culturas existentes – assim, podemos encontrar marcas diferentes nas paisagens e cada qual com seu vestígio material característico.

Do período pré-histórico (antes de 1500) destacamos as dunas, os sambaquis, os abrigos (com a presença da arte rupestre) e as aldeias.

Do período histórico (após 1500) salientamos como exemplos os sítios que mostram o contato da população nativa com os povos estrangeiros, além dos períodos históricos da nossa nação (Colônia, Império e República).

De acordo com o Iphan, no nosso país, existem mais de 20 mil sítios arqueológicos, que registram a presença da vasta gama de grupos humanos que vive aqui desde a época pré-histórica até à atualidade (século XXI). Podemos destacar, ainda, que o sítio mais antigo do estado do Rio de Janeiro é o Sambaqui de Camboinhas, com mais de 7 mil anos de idade, localizado na praia de Itaipu – na cidade de Niterói.

Ao realizar escavações nos sítios arqueológicos, o arqueólogo desenterra os artefatos – vestígios – constituintes da cultura material que foi produzida pelo grupo humano então estudado. A partir destes vestígios encontrados, é que se dá o desenvolvimento da pesquisa arqueológica – a fim de compreender o modo de vida dos grupos humanos.

O arqueólogo analisa a matéria-prima, a tecnologia empregada pela sociedade na formação dos artefatos, a variedade de formas destes mesmos objetos e artefatos, além dos desenhos e sinais, utilizados na decoração dos abrigos e das rochas, enfim, todas e quaisquer evidências que o auxiliem na compreensão do modo de viver dos grupos estudados.

O Iphan também é o responsável pela autorização e pela permissão de toda pesquisa arqueológica realizada em nosso país. É quem cuida, ainda, das coleções retiradas dos sítios arqueológicos.

Para proteger estes sítios e os vestígios encontrados, o Iphan cria mecanismos legais para regulamentarem os procedimentos que devem ser adotados para a gestão do patrimônio arqueológico, destacando: as Portarias nº 007/1988 – que indica de que forma as pesquisas devem ser desenvolvidas – e a nº 230/2002 – cujo objetivo é conciliar a pesquisa arqueológica às fases de licenciamento ambiental.

Algumas áreas do Estado do Rio de Janeiro têm forte incidência e concentração de sítios arqueológicos – principalmente a região sul fluminense, como a Baía de Angra dos Reis e Paraty, e a Costa do Sol, com as cidades de Cabo Frio, Saquarema e Araruama.

A diversidade de sítios arqueológicos, no Brasil, evidencia a necessidade de incentivo para a realização de pesquisas que permitam conhecer nosso rico patrimônio arqueológico – a fim de conferirmos a eles a devida e merecida preservação.

Conclusão

Podemos concluir que os artefatos materiais encontrados nos sítios arqueológicos, ou seja, os vestígios da cultura das sociedades pré-históricas configuram-se como o acervo patrimonial arqueológico de nosso país.

Esse acervo somente é compreendido pela sociedade atual (século XXI) a partir da pesquisa, da informação e do relato prestados pelos profissionais da Arqueologia. Deste modo, sem o auxílio de tais dados, para nós – leigos no assunto – tais artefatos seriam apenas objetos sem importância histórica. Ao serem considerados reflexos da cultura, da vivência de grupos e da forma com a qual a sociedade mantinha-se, nos espaços onde se fixava estes artefatos passam a ter, após as explicações dos arqueólogos, significação histórica.

Devido à importância desse rico patrimônio, é que precisamos ter cautela quanto ao uso dos sítios arqueológicos e dos artefatos neles encontrados. A atividade turística pode ser uma opção de desenvolvimento positivo, mas é necessária a efetiva participação da comunidade local em todas as etapas do processo, inclusive na formulação das políticas públicas que interfiram no setor, de maneira a não causar prejuízos à população, tampouco destruir o patrimônio existente.



Atividade final

Atende aos objetivos 3 e 4

Sítios arqueológicos necessitam de proteção e salvaguarda, mas também podem ter uso turístico, desde que este seja sustentável. Vamos pensar que em determinado sítio, a demanda turística tenha depredado parte do patrimônio arqueológico, por meio de práticas insustentáveis, danificando o acervo. De que forma, agora, você como profissional, responsável pela elaboração das políticas públicas relacionadas ao turismo e ao patrimônio arqueológico, pode minimizar os efeitos negativos de visitas futuras, promovendo opções sustentáveis para o uso turístico?

Resumo

Sítios arqueológicos são locais onde encontramos os vestígios materiais da cultura do ser humano, relatos das sociedades do passado, que passam a ter a importância devidamente compreendida a partir das explicações fornecidas por arqueólogos – que, ao realizarem escavações, encontram os artefatos arqueológicos representativos dos fatos ocorridos nas sociedades passadas.

Especificamente abordando o uso turístico desses espaços, tornando-os atrativos, é essencial a participação conjunta da sociedade com a universidade, a fim de que o entendimento se dê em todo o processo – acerca do que é o bem patrimonial e a forma como ele pode ser aproveitado para a atividade turística.

Seja com o uso turístico ou apenas para pesquisas, é notória a urgência em prover a divulgação desta parte da história, a fim de que a maior parte da sociedade tenha conhecimento de como foi a nossa própria evolução.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos questões relativas às manifestações e às tradições populares a partir da nossa cultura imaterial. Até lá!

Cultura Brasileira

Referências

Aula 1

KROEBER, Alfred Louis et al. *Culture: a critical review of concepts and definitions*. New York: Vintage Books, 1952.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Aula 2

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

Aula 3

COTRIM, Gilberto. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Aula 4

DA MATTA, Roberto. *O que faz do Brasil, Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

VIOTI, Emília da Costa. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1979.

Aula 5

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Chuvas de verão: “Antagonismos em equilíbrio” em Casa-grande & senzala de Gilberto Freyre. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 198-211.

CASA-GRANDE & senzala. Direção e roteiro: Marya Inês Landgraf. Alô Escola- Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/casagrande/>>. Acesso em: 31 dez. 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Luís da Câmara Cascudo e o estudo das culturas populares no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 174-183.

LIMA, Nisia Trindade. Euclides da Cunha: O Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 104-117.

POMPEU, Renato Ribeiro. *Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Júnior*. Blog do Renatão, 2011. Disponível em: <<http://renatopompeu.blogspot.com.br/2011/04/gilberto-freyre-sergio-buarque-de.html>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Junior e o lugar do Brasil no mundo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 226-239.

SANTANA, Miriam Ilza. *Sérgio Buarque de Holanda*. InfoEscola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/sergio-buarque-de-holanda/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nina Rodrigues: um radical do pessimismo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009. p. 90-103.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. A presença do negro no pensamento social brasileiro. *Revista Educação Pública*, 2013. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0110.html>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

TEIXEIRA, Luiz Antônio. Da raça à doença em Casa-grande e senzala. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 6 (2), p. 231-243, jul./out. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n2/v4n2a02.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

WEGNER, R. Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 212-225.

WIKIPEDIA. *Luís da Câmara Cascudo*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_da_C%C3%A2mara_Cascudo>. Acesso em: 15 dez. 2014.

WIKIPEDIA. *Sérgio Buarque de Holanda*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio_Buarque_de_Holanda>. Acesso em: 10 dez. 2014.

Aula 6

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

CRIBARI, Isabela. *Economia da cultura*. São Paulo: Queen Books, 2010.

FLEURY, Laurent. *Sociologia da cultura e das práticas culturais*. Rio de Janeiro: Senac, 2009.

LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

WERNECK, Vera Rudge. *Cultura e valor*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt*. São Paulo: Difel, 2002.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

Aula 7

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horiz. Antropol.*, v. 9, n. 20, p. 15-29.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Turismo cultural: orientações. Brasília, 2006. 44 p. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/TurismoCultural.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo cultural: orientação básica. Brasília, 2008.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imp. Nacional, 1989. v. 17.

CAMPOS, Tatiana. Turismo vivencial nas aldeias é a aposta acreana que tem atraído turistas. *Agência de Notícias do Acre*, Acre, mar. 2010. Disponível em: <http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12092&Itemid=294>. Acesso em: 2 fev. 2011.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e etnicidade. *Horiz. antropol.*, v. 9, n. 20, p. 141-159, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 fev. 2011.

LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio cultural*: São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILVA, Benedicto. (Coord.). *Dicionário de ciências sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas 1987.

Aula 8

BRASIL. Lei 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jan. 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília, 2008.

CHAGAS, Mário. Módulo I: museus, memória e cidadania. In: *Curso nova museologia: projeto de trabalho social e reurbanização do complexo Pavão, Pavãozinho e Cantagalo: PAC – RIO*, 2008.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

ECOMUSEU DO QUARTEIRÃO CULTURAL DO MATADOURO. O que faz. Disponível em: <<http://www.quarteirao.com.br/oquefaz.html>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

GASPAR, Alberto. Museus e centros de ciências conceituação e proposta de um referencial teórico. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Disponível em: <<http://www1.museus.gov.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

LOUVRE MUSEUM. Disponível em: <<http://www.louvre.fr/llv/commun/home.jsp>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

MUSEU IMPERIAL. Tour virtual. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/portal/visita-interativa.html>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004.

SUANO, Marlene. *O que é museu?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Nobel, 1990.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Turismo e museus*. São Paulo: Aleph, 2006. Coleção ABC do Turismo.

Aula 9

ARTIGOS SOBRE ARQUEOLOGIA. *Algumas reflexões sobre o significado da Arqueologia: o estudo dos vestígios legados pelo passado*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/57287/1/Introducao-a-Arqueologia-a-cultura-material-na-reconstrucao-das-sociedades-humanas/pagina1.html>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 2. ed. 1989. 233 p.

CANTO, Antonio. *Tópicos da Arqueologia*. Rio de Janeiro: CBJE, 2003. 66 p.

_____. *Desvendando a Arqueologia: uma viagem ao passado*. Parte 6: Artefatos Arqueológicos/Instrumentos Líticos. Colunista Brasil Escola. s/d. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/desvendando-arqueologia-vi.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

COMUNIDADE LOCAL. *Dificuldades de envolver a comunidade*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq04.shtml>>. Acesso em: 10 Jul. 2011.

DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA. *Novo Dicionário Folha/Aurélio*. Folha de S.Paulo, São Paulo. 687 p.

FRANCO, Teresa Cristina de B. Pré-história Brasileira: uma conversa interessante. MN/UFRJ/Furnas. In: *Arqueologia em conexão*. 1996. Disponível em: <<http://www.arqueologia.arq.br/page4-8.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2011.

FUNARY, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. *Turismo e Patrimônio Cultural*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 103 p.

HOMO HABILIS. Disponível em: <<http://www.avph.com.br/homohabilis.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens Materiais e Imateriais*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

MORAIS, José Luiz de. A arqueologia e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (Org.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 96-103.

SESTIERI, Bietti. *Protostoria: teoria e prática*. 1996. p. 43-93.

